

Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda:



O Real do Lula



www.fgv.br/librefcps

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

**Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula / Coordenação
Marcelo Côrtes Neri. - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007.**

[118] p.

**1. Pobreza 2. Economia 3. Renda 4. Desigualdade 5. Ciclos e Eleições 6.
Políticas de Rendas 7. Trabalho 8. Bem Estar Social 9. Metas do Milênio 10. I.
Neri, M.C.; Carvalhaes, L.; Monte, S.R.S.. II. Fundação Getulio Vargas, Instituto
Brasileiro de Economia. Centro de Políticas Sociais.**

©CPS/IBRE/FGV 2007

Miséria, Desigualdade e Políticas de Rendas: O Real do Lula¹

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2007

Versão 2.0

**Centro de Políticas Sociais
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getúlio Vargas**

Coordenação:

Marcelo Cortes Neri

mcneri@fgv.br

Equipe do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento

André Luiz Neri

Carolina Marques Bastos

Paloma Madanelo de Carvalho

Apoio CPS

Ana Beatriz Urbano Andari (Tradução e Revisão)

Ana Lucia Salomão Calçada (Produção e Revisão)

Gabriel Buchmann (Tradução e Revisão)

¹ Este trabalho é dedicado por toda a equipe do CPS a Maurício Andrade, coordenador da Ação da Cidadania que faleceu recentemente. Vide caixa de texto antes das conclusões do trabalho.

ÍNDICE

- 1. Introdução (Sumário Executivo)**
 - 1.1 Motivação
 - 1.2 Tendências a Longo Prazo
 - 1.3 Ciclos e Eleições
 - 1.4 Análise das Mudanças por períodos de Governo
 - 1.5 Distribuição na Década da Redução da Desigualdade
 - 1.6 Cenários Futuros de Miséria
 - 1.7 Custo da Erradicação da Miséria
 - 1.8 Políticas de Rendas: Estabilização e Equidade
 - 1.9 Políticas de Rendas: Evidência Factual
 - 1.10 A Nova Geração de Políticas de Rendas
 - 1.11 Plano do Trabalho
- 2. Mudanças Distributivas**
 - 2.1 Desigualdade
- 3. Medida de Bem Estar Social de Sen**
- 4. Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas.**
- 5. Cumprimento das Metas do Milênio**
- 6. Cenários Futuros de Miséria**
- 7. Custo da Erradicação da Miséria**
 - 7.1 A Dívida Social
- 8. Eleições e Políticas de Rendas**
 - 8.1 Ciclos e Eleições
- 9. Mudanças por Grupos Sócio-Demográficos**
 - 9.1 Panorama do Nível e da Evolução Social em 2006.
 - 9.2 Evolução Temporal
 - 9.3 Sexo
 - 9.4 Idade
 - 9.5 Educação
 - 9.6 Migração
 - 9.7 Posição na Ocupação
 - 9.8 Cor ou Raça
 - 9.9 Posição na Família

9.10 Aglomerado Subnormal

9.11 Estados

10. Equações de Renda e Miséria (e Simuladores Associados)

10.1 Visão Geral dos Simuladores de Renda e Miséria

10.2 Análise de Equações de Renda e de Pobreza

11. Inércia e Políticas de Renda

11.1 A Desigualdade Inercial

12. A Próxima Geração de Políticas de Rendas

12.1 Pontos

12.2 Bolsa-Família 2.0

12.3 Upgrades Sociais

13. Conclusões

14. Referências

15. Anexos

Anexo 1: Deflatores Regionais

Anexo 2: Tipo de Renda

Anexo 3: Contribuição na Renda e na Miséria

Anexo 4: Exercícios Multivariados

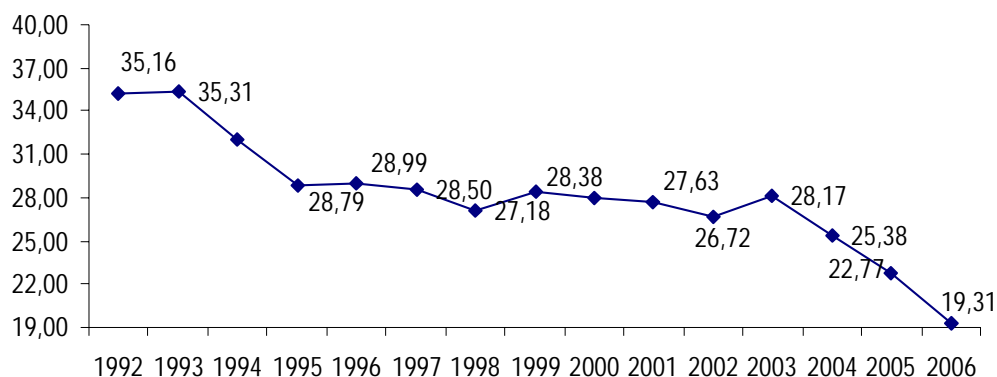
Miséria, Desigualdade e Políticas de Rendas: O Real do Lula

1. Introdução (Sumário Executivo)

1.1 Motivação

Trabalho quase homônimo do Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) lançado na mesma época do ano passado, imediatamente após o lançamento dos microdados da PNAD, indicou duas marcadas mudanças de patamar de miséria: no biênio 1993-1995 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003-05, a mesma cai 19,18%. Estes dois episódios foram separados por um período de 10 anos de relativa estabilidade da miséria apenas interrompidas em 1998 e 2002. O paralelo existente entre os dois episódios de redução permanente de miséria, assim como as flutuações transitórias ocorridas em anos eleitorais, podem ser percebidos no gráfico abaixo:

Miséria - % da População - Brasil



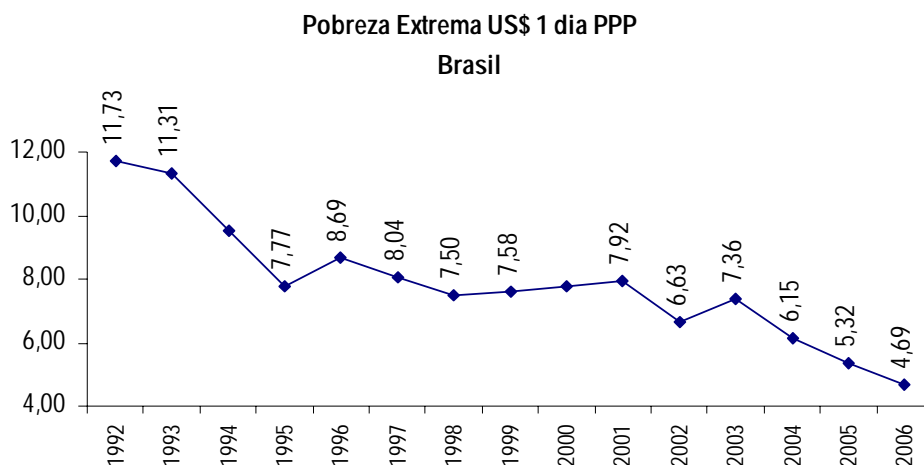
OBS: 1994 e 2000 são médias. Nesses anos a PNAD não foi a campo

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A novidade do gráfico deste ano é 2006, que não só dá seqüência às conquistas observadas desde 2003, como constitui o melhor ano isolado da série histórica, com queda de 15%. Em 2006, a proporção de miseráveis atinge 19,3% da população - milhões de pessoas - com renda per capita inferior a 125 reais mensais (a preços da grande São Paulo).

1.2 Tendências e as Metas do Milênio

Notem que as flutuações e tendências da insuficiência de renda apontadas acima são robustas para outras linhas de miséria para a linha de 1U\$S dia calculada a partir das metas do milênio, por exemplo, verificamos uma queda de 11,8% entre 2005 e 2006, com a miséria passando de 5,32% para 4,69% da população². Usamos o arcabouço das metas do milênio para considerar as tendências de longo prazo da miséria e de seus determinantes.



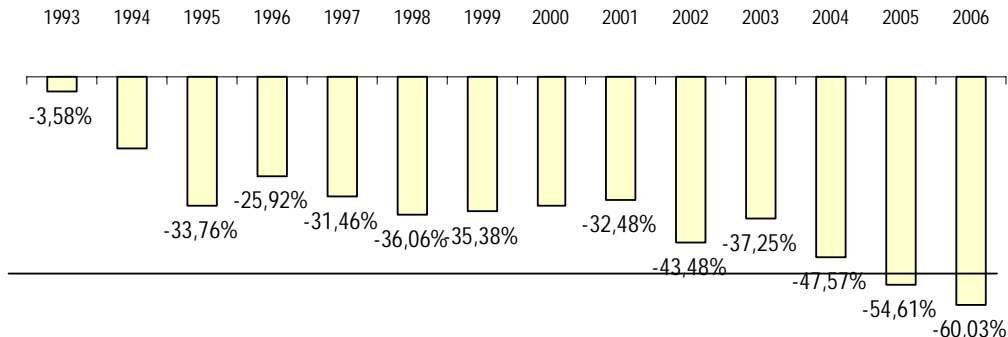
OBS: 1994 e 2000 são médias. Nesses anos a PNAD não foi a campo
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Conforme anunciamos no ano passado, o Brasil já havia cumprido a primeira, e talvez mais conhecida das 8 metas do milênio da ONU, referente à redução da miséria extrema em 50% em 25 anos. Enquanto a queda acumulada entre 1992 e 2005 havia sido de 54,61%, quando acrescentamos 2006 à serie temos uma redução acumulada de 58,54%, conforme o gráfico a seguir ilustra³.

² Trabalhamos também com a linha de extrema pobreza ajustada por Paridade de Poder de Compra (PPP) que corresponde a R\$ 47,6 a preços de hoje da grande São Paulo ajustada por diferenças regionais de custo de vida conforme o apêndice. Este mesmo procedimento de ajuste interno de preços e custos foi aplicado a linha do CPS que corresponde a R\$ 124,63. Vide Ferreira, Lanjou e Neri (2003). Cabe Frisar que 1994 e 2000 são médias os anos adjacentes. Nesses anos a PNAD não foi a campo.

³ Há três semanas a ONU anunciou o logro desta meta, confirmando o cumprimento antecipado pelo CPS.

Varição Acumulada da Pobreza Extrema em Relação às Metas do Milênio - Linha de 1 U\$S dia PPP - Brasil



OBS: 1994 e 2000 são médias. Nesses anos a PNAD não foi a campo
 Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Voltando a linha de miséria proposta pelo Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) – mais elevada do que a ONU – observamos, portanto, uma queda acumulada de 45,1% da respectiva insuficiência no período 1992 a 2006. Ainda não chegamos, portanto, à meia vida da miséria de acordo com os dados da nova PNAD. A taxa média anual de redução de miséria de 1992 a 2006 foi de 5,54% ao ano, que é quase exatamente o dobro da taxa necessária para reduzir a extrema pobreza à metade em 25 anos que seria de 2,73% ao ano.

Dadas diferenças de horizontes de tempo envolvidas, vamos comparar as estatísticas em termos de taxa de crescimento média anual, o que permitirá uma comparação direta com os resultados obtidos no último ano. Os 15% de redução de miséria obtidos em 2006 sugerem, por exemplo, que na aritmética das metas do milênio avançamos no último ano o que pelo acordo deveríamos avançar em 5,1 anos. Já a queda de miséria observada desde o fim da recessão 2003 atinge em média 11,8% ao ano, ou seja, cada ano do período que chamamos aqui de Real do Lula, corresponde a 4,1 anos de cumprimento do compromisso do milênio, enquanto no período do boom do Real original (1993 a 1995) reduzimos a miséria em média, a 10,74% a cada ano, o que corrobora o paralelismo dos dois episódios aqui explorado.

Da mesma forma que usamos metas do milênio para considerar as tendências de longo prazo da miséria aplicamos agora ciclos eleitorais para entender algumas oscilações sociais visíveis a olho nu.

1.3 Ciclos e Eleições

O ano de 2006 dá seqüência a tradição da nova democracia brasileira de apresentar melhores resultados sociais em anos eleitorais, conforme a tabela abaixo ilustra:

Variação da Renda Mediana e Ciclos Eleitorais*					
1982	3%	1989	6%	1998	2%
1983	-23%	1990	-2%	1999	-4%
1984	-%	1992	-3%	2001	2%
1985	20%	1993	-2%	2002	1%
1986	53%	1995	25%	2003	-4%
1987	-27%	1996	0%	2004	6%
1988	-11%	1997	3%	2005	9%
				2006	10%

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Obs: Em 1991, 1994 e 2000 não houve PNAD.

Os dados da tabela demonstram que a renda domiciliar per capita mediana cresceu em todos os anos de eleições nacionais, legislativas ou presidenciais ocorridas desde 1980, isto é - **1982, 1986, 1989, 1998, 2002 e 2006** - caiu em todos os anos pós-eleitorais - **1983, 1987, 1990, 1999 e 2003** - A taxa média de variação da renda mediana em anos pré-eleitorais foi de 12,52% contra -11,87% em anos pós-eleitorais, quando a conta do ajuste é cobrada. Nas eleições mais recentes os ciclos políticos foram menos exacerbados, porém ainda com ciclos eleitorais marcados: 4,38% dos anos eleitorais contra -3,68% dos anos pós-eleitorais. A literatura sobre ciclos político-eleitorais estuda o comportamento de políticos que tentam ludibriar o eleitor, sinalizando oportunisticamente melhoras de vida em anos eleitorais de forma a influenciar o sufrágio. Segundo a literatura da economia política, o eleitor mediano é aquele que decide as eleições, daí a escolha da renda mediana que, por virtude da PNAD, é datada próxima do primeiro turno dos pleitos, no começo de outubro. O fato de a PNAD não ter ido a campo em 1994 e ainda não ter ido em 2007 não permite captar o efeito dos ciclos associados aos dois episódios que desempenham papel de destaque neste estudo⁴.

⁴ Há evidências de que o que distingue estes dois anos de outros ciclos eleitorais não é o timing de entrada da política adotada, mas o grau de permanência dos seus efeitos.

Apresentamos na tabela abaixo um resumo sobre as flutuações da taxa de miséria em anos pré e pós-eleitorais de um período mais longo.

Variação da Taxa de Miséria e Ciclos Eleitorais*					
1982	0%	1990	1%	1998	-5%
1983	19%	1991	0%	1999	4%
1984	-1%	1992	0%	2000	-1%
1985	-13%	1993	0%	2001	-1%
1986	-37%	1994	-10%	2002	-3%
1987	47%	1995	-10%	2003	5%
1988	13%	1996	1%	2004	-10%
1989	-5%	1997	-2%	2005	-10%
				2006	-15%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

* Em 1991, 1994 e 2000 não houve PNAD.

Similarmente, quando analisamos a as flutuações da miséria partir da tabela a seguir, observamos que ela caiu praticamente em todas as sete eleições legislativas desde 1980 (1981 é a exceção), sobe em todos os anos eleitorais, e é negativo nos demais. A taxa média de variação de miséria em anos pré-eleitorais foi de -7,69%, contra 3,75% em anos pós-eleitorais.

Analisamos na seção 8 os canais da ação pública que afeta a renda nos episódios eleitorais recentes que podem ser captados pela nova PNAD, quais sejam 1998, 2002 e 2006. A tabela abaixo sintetiza os valores estimados:

Equação do Log da Renda Domiciliar per Capita - Diversas Fontes

	Todas as Fontes	Trabalho Principal	Previdência	Programas Sociais
1) Vota	0,4192 **	0,3125 **	0,5129 **	0,2857 **
2) Eleitoral	0,0611 **	0,0316 **	0,1051 **	0,2257 **
3) Vota * Eleitoral	0,0136 **	0,0127 **	0,0274 **	0,0343 **

** Significante a 95%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Obs: Controlados por Sexo, Cor, Educação do chefe, Tamanho de Cidade, Migração e UF

Os dados mostram com clareza para todas as fontes de renda (leia-se renda do trabalho principal, renda de aposentadoria e renda de programas sociais) para o conjunto delas que: 1) as rendas per capita das pessoas acima da idade de voto que⁵ corresponde a 16 anos ou mais no Brasil de qualquer

⁵ A rigor a renda de programas sociais inclui Bolsa-Família, seguro-desemprego entre outros programas públicos mas também renda financeira cujo principal pagador também é o estado. As rendas de todas as fontes incluem também renda de outros trabalhos, aluguéis e transferências privadas entre domicílios (pensões alimentícias, mesadas etc).

fonte de renda é inferior as demais que não constitui uma novidade no Brasil, ou em outras partes; O maior diferencial de renda é encontrado para a renda previdenciária 51,29% maior para os votantes e o menor diferencial na renda de programas sociais onde a renda de 28,57%. 2) as rendas crescem mais em anos eleitorais o que caracteriza em si a existência de ciclo eleitoral. Neste caso a renda de programas sociais é a que cresce mais em pleitos eleitorais 22,57%, seguido de previdência 10,51% e de trabalho 3,16%, já em outro patamar o que indica o uso de políticas de transferência de renda ao sabor do ciclo eleitoral. 3) finalmente, e mais importante, o teste mais específico é se - apesar de considerarmos as rendas domiciliar per capita que suaviza por construção os efeitos aqui testados - a renda das pessoas em idade de voto cresce mais em ano eleitoral do que as das crianças e adolescentes que não participam diretamente deste mercado. Esta diferença em diferença é captada pela interação das duas variáveis supra-citadas. Neste caso mais uma vez o principal ganho relativo neste caso é de renda de programas sociais com 3,43% a mais de ganho dos votantes em anos eleitorais frente os demais, isto é crianças e adolescentes abaixo da idade de voto, a previdência vem a seguir com 2,74%, seguido do efeito indireto da renda do trabalho principal com 1,27%⁶. Note que em teste empírico realizado no ano passado a hipótese 3) acima apresentava o sinal esperado mas não era significativa para a renda do trabalho principal e previdenciária, o que ilustra a magnitude potencial do impacto das últimas eleições presidenciais sobre os dados de renda. O atenuante qualitativo que deve ser feito as eleições de 2006 e de 1994 cujos dados não foram coletados (1994), ou ainda estão disponíveis (2007, o pós eleitoral de 2006), é que os efeitos parecem ter mais permanência que de todos os demais episódios eleitorais ocorridos na nova democracia brasileira. Por outras palavras falamos de expansões de caráter mais sustentado nas condições de vida das pessoas, daí talvez a expressão real vá além da denominação monetária, e se aplique a estes dois episódios⁷.

⁶ Ilustramos na respectiva seção a importância de ciclos políticos diretos na renda trabalhista através de aumentos de funcionalismo públicos dos três níveis de governo, em particular os municipais nas épocas dos pleitos locais. No caso de contratação de funcionários públicos o efeito é negativo talvez pela própria restrição de contratação em anos eleitorais.

⁷ A blindagem da política social em período eleitoral onde se regula o uso de programas sociais com fins eleitoreiros ou a desmontagem de bons programas na virada de governo, foi tentada sem aparente sucesso, na última eleição presidencial mexicana mas é uma agenda fundamental a ser perseguida.

1.4 Análise das Mudanças por Períodos de Governo

A cronologia dos dados por períodos de governo permite conciliar análises de flutuações de curto prazo e tendências de longo prazos em intervalos de responsabilidade administrativa. As limitações deste tipo de análise são fatores fora de controle do Governo Federal, tais como crises internacionais, bonança externa e ações de outros fatores internos ao país. Entretanto pode-se alegar em último caso que o papel do Governo Federal como articulador, coordenador e motivador dos demais agentes é de sua esfera de responsabilidade. Outra consideração se refere a defasagens dos efeitos de política social e econômica que não se mostra muito como o cerne de nossa análise são as chamadas políticas de rendas, que pela sua velocidade de operação são mais imunes a estes tipos de problemas.

Na ótica dos períodos de governo, a taxa de miséria calculada pelo CPS cai 8,47% ao ano no primeiro governo Lula (de 2002 a 2006), contra 3,14% nos dois Governos FHC (de 1993 a 2002)⁸, que é por sua vez formada pela redução de 5.1% anuais observada no primeiro mandato de FHC e 0,43% de segundo mandato.

VARIAÇÃO ACUMULADA DA MISÉRIA		
		<u>TOTAL</u>
Lula I	2006/2002	-27.7%
FHC	2002/1993	-24.3%
FHC II	2002/1998	-1.7%
FHC I	1998/1993	-23.0%
Equidade	2006/2001	-30.1%
Total	2006/1992	-45.1%

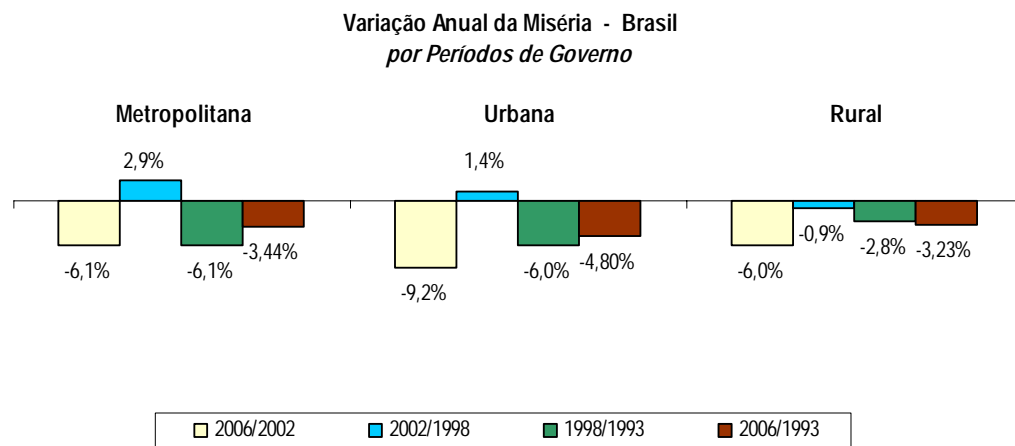
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DA MISÉRIA		
		<u>TOTAL</u>
Lula I	2006/2002	-7.79%
FHC	2002/1993	-3.05%
FHC II	2002/1998	-0.43%
FHC I	1998/1993	-5.10%
Equidade	2006/2001	-6.91%
Total	2006/1992	-4.19%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

⁸ O Governo FHC começa em janeiro de 2005 o natural seria usar dados de outubro de 1994, data de implantação da PNAD. Como não houve PNAD em 1994, optamos por usar os dados de 1993 como ano inicial do governo, uma vez que como os dados da Pesquisa Mensal do Emprego indicam a maior parte da redução da miséria trabalhista observada entre 1993 e 1995 ocorreu no primeiro semestre de 1995, já nos idos do primeiro mandato de FHC.

Analisando a miséria por tamanho de cidade, verificamos que as metrópoles (comparadas às áreas urbanas e rurais) são os lugares que apresentaram o maior crescimento relativo da miséria no período entre 1995 e 2003, de 41%, refletindo a chamada crise metropolitana vigente (Neri (2000)); embora desde 2003, tenham revertido este quadro, chegando ao nível mais baixo da série em 2006. Voltando aos períodos de governo, temos que a taxa média de queda da miséria foi rigorosamente igual nos primeiros mandatos de FHC e de Lula: 6,1% ao ano. Já no período de 1998 a 2002 houve aumento de 2,9% da miséria metropolitana fruto da crise de desemprego citada e da posterior retomada. As maiores cidades, pela menor presença de redes proteção social oficiais e maior exposição às oscilações dos mercados são aquelas que potencializam mais os efeitos das oscilações do ciclo econômico. As áreas rurais por sua vez, apresentam reduções de miséria em praticamente todos os anos da série desde 1992. Já as áreas urbanas fora dos grandes centros rurais apresentam os melhores desempenhos relativos para todo período com uma queda média de 4,8% ao ano, contra 3,44% das metropolitanas e 3,23% das rurais.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

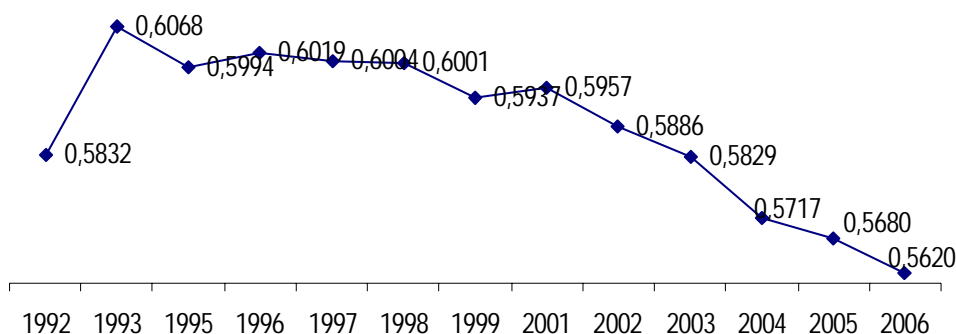
De maneira geral, 2006 se destaca mais pelo crescimento generalizado de renda para todos os estratos da população do que pela redução da desigualdade observada frente às séries dos últimos 15 anos, conforme os gráficos abaixo ilustram:

Cabe frisar que o crescimento da renda per capita média foi de 9,1%, número muito acima daquele embutido no PIB per capita de 2,3% em 2006, mesmo após a revisão metodológica nas contas nacionais. O primeiro número nos sugere um crescimento ao ritmo chinês de hoje enquanto o último aponta uma estagnação ao estilo haitiano.

1.5 Distribuição na Década da Redução da Desigualdade

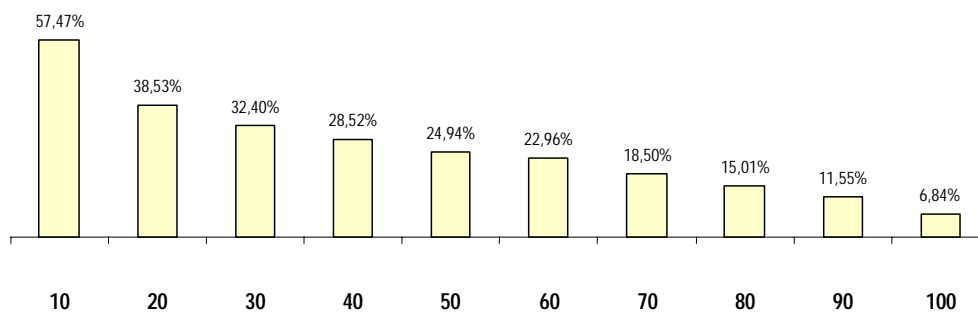
De maneira geral, 2006 se destaca mais pelo crescimento generalizado de renda para todos os estratos da população do que pela redução da desigualdade observada frente às séries dos últimos 15 anos, conforme os gráficos abaixo ilustram:

Índice de Gini - Desigualdade de Renda per capita Brasil



Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda entre 2001 e 2006 por cada décimo da população. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (57,47%) ao último décimo (6,84%), este caráter progressivo não é bem captado pelas aparentemente pequenas mudanças das séries do índice de Gini.

Varição Acumulada da Renda Por Décimo 2001- 06



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Isolando-se o último ano disponível da pesquisa, a renda média do brasileiro sobe, segundo a Pnad, 9,16% em 2006, contra 2,3 % do crescimento do PIB *per capita* no mesmo ano, mesmo após a revisão metodológica nas contas nacionais. O primeiro número nos sugere um crescimento ao ritmo chinês enquanto o último aponta uma estagnação ao estilo haitiano. Em 2006, a renda dos 50% mais pobres sobe 11,99%, a parcela dos 40% intermediários sobe 9,66%, e a renda dos 10% mais ricos sobe 7,85%. Em compensação, a desigualdade medida pelo índice de Gini cai um valor intermediário de -1,06%, valor esse bem abaixo daqueles da queda dos três anos anteriores: -1,2%, em 2002, 1%, em 2003, -1,9% em 2004, -0,6% em 2005. Sintetizando os resultados: todos ganharam aumentos maiores que em todos os anos da década, ou seja, a melhoria de 2006 domina a dos anos anteriores, inclusive a de 2004.

Varição Anual da Renda Per Capita dos brasileiros – por Estratos de Renda

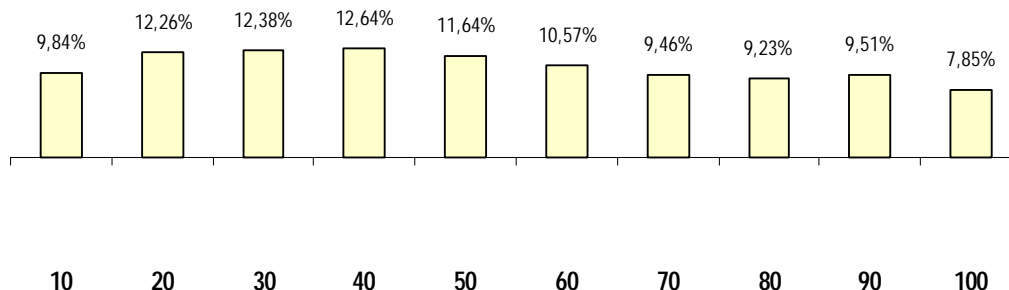
	Total	50% mais pobres	40% médios	10% mais ricos
2006	9,16	11,99	9,66	7,85
2005	6,63	8,56	5,74	6,89
2004	3,14	8,34	4,13	0,68
2003	-5,81	-4,15	-4,67	-7,32
2002	0,30	3,65	0,34	-0,68

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

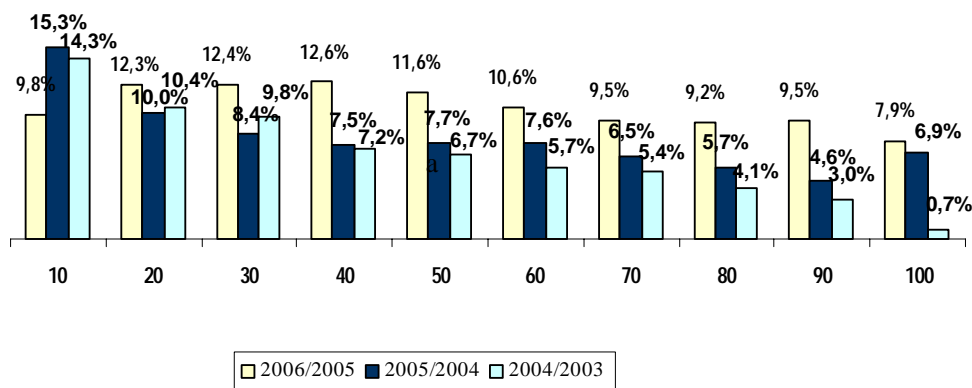
O crescimento do bolo de renda correspondeu a % da redução da pobreza contra os restantes causados pela redistribuição do bolo. Em 2006, a

renda média dos 50% mais pobres sobe 11,99%, contra 7,85% dos 10% mais ricos, e 9,66% do grupo dos 40% intermediários. Ou seja, o bolo cresceu para todos, mas com mais fermento para a metade mais pobre da população. Apresentamos abaixo o gráfico do crescimento da renda por décimos e tabela com outras agregações de estratos de renda que mostra ganhos menores para os primeiros décimos da distribuição. O que talvez esteja associado a escolha da combinação de políticas de rendas utilizadas com mais ênfase ao reajuste do salário mínimo e mais reajuste do salário mínimo e menos do Bolsa-família do eu por exemplo em 2004 mas mais à semelhança de 2005, conforme o gráfico a seguir ilustra.

Varição da Renda Per capita por Décimo - Brasil (em 2006)



Varição Acumulada da Renda Média - Brasil



1.6 Cenários Futuros de Miséria

Esta é uma seção tradicional nos nossos estudos anuais de miséria lançados logo após a PNAD projetando para o ano seguinte. Em geral, se tem a esta altura as informações fechadas de dois trimestres de contas nacionais, dados de mercado de trabalho metropolitano da PME e do Caged cobrindo pelo menos o mesmo período, que permitem a projeção do crescimento da PNAD e o da desigualdade se escolhendo uma curva de Lorenz de referencia e fazendo a associação com índices sintéticos, mais notadamente com o índice de Gini que é o mais popular deles. Entretanto, temos tido mais dificuldades de prever em 2005 e 2006 a tendência do produto do que da desigualdade.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 125 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2006) cairá dos 19,3% de 2006 para 18,55% em 2007, uma queda de 3,95%, se a renda per capita nacional crescer 3% no ano. Se o crescimento de renda for similar ao último ano (9%), a taxa de miséria cairá a 17% da população, queda de 12%.

A redução seria ainda maior se esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade. Se a expansão 3% fosse combinada com uma queda do índice de Gini (atingindo patamares fluminenses de 0,5605, por exemplo), a miséria brasileira cairia cerca de 14,57%. A proporção de miseráveis passaria para 16.50%.

Numa visão de longo prazo, a pobreza poderia recuar 28,21% se nos próximos quatro anos a renda crescer 4% ao ano, combinado a uma queda de desigualdade que leva ao nível do Sudeste em 2004 (Gini equivalente a 0.54479).

Cenários Sobre a Miséria

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil 2006	489.56	19.32	
Efeito Desigualdade (RJ)			
<i>taxa de crescimento*</i>			
0%	490.82	18.63	-3.55%
3%	505.55	18.06	-6.50%
9%	534.99	16.57	-14.22%
12%	549.72	15.99	-17.19%
Efeito Desigualdade (Sudeste)			
<i>taxa de crescimento*</i>			
0%	490.82	17.16	-11.17%
3%	505.55	16.50	-14.57%
9%	534.99	15.36	-20.49%
12%	549.72	14.68	-23.98%
16%	569.35	13.87	-28.21%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

1.7 Custo da Erradicação da Miséria

Uma medida útil no desenho de políticas públicas é o hiato de renda (P1). Isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer no mercado suas necessidades básicas. Utilizando como base nossa linha de insuficiência de renda, o déficit médio expresso em termos monetários de cada brasileiro miserável seria R\$ 48,52 mensais. Como só uma parte dos brasileiros está abaixo da linha os dados mostram que seriam necessários R\$ 9,37 em média, por pessoa, para aliviar com a pobreza no Brasil, totalizando um custo de R\$ 1.717.955.185 mensais e R\$ 20.615.462.223 no ano.

As informações revelam quanto custaria para completar a renda de cada brasileiro até a linha de R\$ 118 nacional (ou 125 reais a preços da grande SPO – vide apêndice), ou seja, o menor valor das transferências suficientes para içar cada miserável até o piso de suas necessidades básicas.

Este exercício não deve ser lido como uma defesa de determinadas políticas específicas, mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas. O dado é útil para traçar o alvo das políticas e organizar suas fontes de financiamento.

1.8 Políticas de Rendas: Estabilização e Eqüidade

Como se sabe, a mudança de patamar da miséria observada no período 1993 a 1995 esteve associada à implementação do Plano Real. Agora, quais são as características associadas às mudanças da pobreza observadas entre 2003 e 2006, em particular, durante o último ano de 2006, cuja evidência acabou de se disponibilizada? Quais são as diferenças dos determinantes do desempenho social baseado em renda nos últimos mandatos de governos e perspectivas futuras da combinação, nem sempre harmoniosa dos vetores crescimento e desigualdade e da resultante mudança da miséria e do bem estar social? Qual seria o papel de mudanças nos ambientes externo e interno nestes cenários futuros e na história pregressa? Mais especificamente, que papel políticas públicas tais como, mudanças de regime macroeconômico - metas inflacionárias, responsabilidade fiscal e cambio flutuante – e políticas educacionais progressas desempenham nos indicadores trabalhistas e nos indicadores sociais baseados em renda? Por último, qual o papel de políticas de rendas patrocinados pelo estado, como a expansão do programa Bolsa Família e reajustes do salário mínimo, na explicação das mudanças observadas? Quais são os canais específicos de atuação dessas políticas? Essas são algumas das questões que gostaríamos de ver respondidas, para que as causas (e as conseqüências) da redução recente da desigualdade possam ser avaliadas. Oferecemos um mosaico de cada um desses elementos a partir de atualizações de trabalhos anteriores. Acreditamos que este tipo de análise ajuda a entender as mudanças sociais observadas durante os últimos anos, assim como os desafios, limitações e oportunidades para além do segundo mandato. Neste aspecto, dedicamos alguma atenção a preocupante evolução recente de indicadores de educação e avaliação prospectiva de políticas educacionais como determinantes chaves da distribuição de renda brasileira.

Uma parte importante desta queda da desigualdade se deu desde a virada do milênio em 2001, a ponto de termos cunhado a expressão de década da redução de desigualdade, da mesma forma que a década anterior pode ser chamada de década da estabilização, sendo ambas as conquistas na verdade parte do mesmo processo. É verdade que houve outras conquistas importantes como a universalização do ensino fundamental na segunda parte da década de

90, ou a reversão trabalhista dos últimos anos, que estão também associadas a maior equidade de renda obtida, mas esta última é sem dúvida aquela que se destaca no país que era o mais desigual do continente mais desigual do mundo. Similarmente, o Brasil tinha sido o país com mais inflação no mundo entre 1960 e 1995, superando inclusive a nossa maior rival também neste campo: a Argentina. O fato é que a inflação brasileira se encontra ainda hoje no menor nível em décadas e a desigualdade de renda brasileira se encontra hoje no menor nível desde 1976 quando os dados da PNAD se tornarem prática disponíveis. Em ambos os casos, seja na busca da estabilidade, seja na da equidade, as chamadas políticas de renda desempenharam papel instrumental central. Nos planos de anti-inflação inercial onde o Cruzado, o Collor e o Real foram os principais exemplos as chamadas políticas de renda patrocinadas pelo estado eram o ingrediente principal afetando – para o bem ou para o mal – diretamente o processo de formação de preços e rendas como congelamentos de preços, política cambial, conversões salariais e troca de moedas. No caso das políticas anti-iniquidade outros tipos de políticas de renda são utilizadas – para o bem ou para o mal – nos quais atua diretamente, transferindo do bolso coletivo para o bolso de agentes individuais, ou seja, através de programas redistributivos onde a semelhança dos elementos centrais programas anti-inflação também são denominados de políticas de renda e podem ajudar, ou prejudicar, na consecução dos objetivos perseguidos mas que tem como ponto comum a velocidade que imprimem aos processos de busca dos objetivos perseguidos, seja de estabilidade de preços, seja de equidade de rendas. Talvez função da capacidade de afetar rapidamente os processos, existe forte evidência de que tanto um como o outro tipo de política de renda foram utilizados em sintonia com o ciclo eleitoral. O valor da moeda defendido pelo Estado da estabilização é transferido pelo Estado da redistribuição. Obviamente, estabilização e redistribuição são faces da mesma moeda, uma vez que não há como obter redução de desigualdade sustentada com alta inflação. Estamos obviamente falando de condições necessárias, e não das suficientes. Fernando Henrique Cardoso fez a estabilização da moeda, Lula deu continuidade à estabilidade e a redistribui esta moeda estável através de uma estrutura de programas sociais iniciada por seu antecessor. Da mesma forma que demoramos a aprender no Brasil acerca da importância dos

fundamentos macroeconômicos na consecução da estabilidade duradoura, a consecução da queda sustentada de desigualdade depende dos fundamentos da economia e da igualdade de oportunidades, representada pelo acesso a estoques de ativos produtivos, como saúde e educação, que as pessoas tem acesso desde o princípio de suas trajetórias de vida. Fazer com que a mudança dos fluxos de renda sejam acompanhadas pelos estoques mais altos de riqueza produtiva futura dos mais pobres é o maior desafio da nova geração de políticas de renda redistributivas cujo melhor representante é o Bolsa-Família, seus antecessores tupiniquins (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Peti etc) e seus similares latino-americanos (Oportunidades e Progressa no México, Praaf em Honduras etc). Esta é a conquista que falta ser trilhada e consolidada na política social brasileira: reforçar o lado estrutural de políticas compensatórias com incentivos a demanda por acumulação da capital humano combinada à melhora da oferta da qualidade das políticas estruturais tradicionais associadas, onde saúde e educação ocupam lugar de destaque. Como exemplos nessa direção temos o PAC de educação e a nova agenda que desponta na área de saúde, que envolve não só ações setoriais como outros efeitos indiretos, a começar por unanimidades como a provisão de saneamento básico passando a áreas mais polêmicas como controle de natalidade e chegando a campanhas anti-tabagistas e contra acidentes de trânsito, pragas da saúde pública .

Já no que tange ao aspecto curto prazista do combate à desigualdade, não existe dúvida que se dispõe hoje no Brasil de uma geração de políticas muito mais bem focadas e capazes de redistribuir renda do que as políticas instituídas no passado mais distante e ainda vigentes. O problema do Brasil é que não se consegue fazer a escolha pelas políticas de nova geração em detrimento das outras menos eficazes - tanto no curto quanto no longo prazo - no ataque à desigualdade e à melhora do bem estar no *lato senso* (isto é, incluindo os efeitos do crescimento do bolo). A política híbrida menos focada vai ter menos impacto imediato do que se os recursos aplicados fossem alocados hoje, ou no futuro, na política mais focada. O Brasil tem optado por expandir ambas, as novas e as velhas políticas, com o perdão do palavrão, as focalizadas e as não focalizadas. Na expressão cunhada por Ricardo Paes de Barros, do IPEA, continuamos a jogar dinheiro de helicóptero, a diferença é que

agora as comportas dos helicópteros se abrem também sobre os grotões de pobreza e as favelas, territórios não contemplados pelas políticas anteriores.

1.9 Políticas de Rendas: Evidência Factual

Mas senão vejamos: Quais são os componentes de renda responsáveis pela redução da desigualdade observada? Em particular, como as diferentes fontes de renda interagiram neste processo de desconcentração de renda? As tabelas abaixo apresentam o nível e a composição de grandes grupos de fontes de renda para diferentes estratos de renda da população para 2006 que serão depois contrastados com outros tipos.

Na população em geral a renda per capita média da população é de R\$ 491 mensais sendo R\$ 372 de trabalho, R\$ 96 de benefícios previdenciários (contributivos e não contributivos), R\$ 11 de transferências governamentais a título de programas sociais e R\$ 12 de transferências privadas tais como pensões alimentícias e mesadas dadas entre domicílios. Agregando as rendas privadas (trabalho e transferências entre famílias) temos R\$ 384 e fazendo o mesmo para as rendas públicas temos R\$ 107 . As fontes de renda do trabalho compõe entre 75% e 76% dos grandes estratos de rendas e a renda de previdência ocupa menor espaço nos segmentos mais baixos da distribuição de renda - 16,24% da metade mais pobre contra 19,58% do total. A grande diferença se dá no acesso a outras transferências públicas vindas de programas sociais tais como o Bolsa-Família, o seguro desemprego e renda de juros que correspondem a 6,73% da renda do estrato inferior da distribuição de renda contra 2,16% do total.

Composição de Rendas no Ano de 2006

	Renda Média			
	Total	50-	40	10+
TODAS AS FONTES	490.82	142.13	496.02	2,080.76
TRABALHO	372.07	107.25	373.63	1,589.90
PREVIDENCIA	96.09	23.09	106.00	393.67
PROGRAMAS SOCIAIS	10.61	9.56	7.16	27.66
TRANSF PRIVADAS	12.03	2.23	9.21	69.39
TRANSF PUBLICAS (PREV + PROG SOC)	106.70	32.65	113.16	421.33

Composição Vertical da Renda Média

	Total	50-	40	10+
TODAS AS FONTES	490.82	142.13	496.02	2,080.76
TRABALHO	75.8%	75.5%	75.3%	76.4%
PREVIDENCIA	19.6%	16.2%	21.4%	18.9%
PROGRAMAS SOCIAIS	2.2%	6.7%	1.4%	1.3%
TRANSF PRIVADAS	2.5%	1.6%	1.9%	3.3%
TRANSF PUBLICAS (PREV + PROG SOC)	21.7%	23.0%	22.8%	20.2%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2006/IBGE

Desde 2001 quando a desigualdade sofre a referida inflexão a renda total dos 50% mais pobre cresceu 5,53% per capita ao ano contra 2,92% dos 40% intermediários e 1,33% dos 10% mais ricos. Quando abrimos por diferentes tipos de rendas vemos que a renda do trabalho dos mais pobres cresce (4,4% ao ano) a taxas duas vezes maiores que dos segmentos médios (2,1% ao ano) e mais de três vezes mais que no décimo superior (1,3% ao ano). Este maior ganho associado deve estar relacionado ao processo de universalização do acesso ao ensino fundamental do período anterior. Na renda da previdência o ganho relativo maior se dá no segmento dos 40% intermediários (10,6% ao ano) contra 4,1% ao ano dos 10% mais ricos e 10,2% ao ano dos 50% mais pobres. Ou seja, os fortes ganhos previdenciários – dado o peso relativo nos orçamentos familiares e públicos – observados no período não são particularmente pró-pobres. Entretanto, a prática de se diferenciar o reajuste previdenciário desde 1998 concedendo maiores reajustes ao piso vinculado ao salário mínimo do que aos demais se apresentou mais progressiva do que a prática anteriormente aplicada. Passando ao conceito que capta a expansão de novos programas sociais (mas infelizmente não só o efeito destes programas) temos um aumento de 40,8% deste programas entre

os mais 50% pobres, 30,3% ao ano para os 40% intermediários e 3,4% para os mais 10% mais ricos.

VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA TOTAL

	Total	TRABALHO	PREVIDÊNCIA	PROGRAMAS SOCIAIS	TRANSF. PRIVADAS
<i>2006/2005</i>	9,2%	9,1%	7,7%	33,5%	5,8%
<i>2005/2004</i>	6,6%	6,1%	7,3%	18,3%	9,0%
<i>2004/2001</i>	-0,9%	-1,5%	1,0%	18,5%	-2,9%
<i>2001/1995</i>	0,0%	-0,9%	4,5%	0,9%	-1,1%
<i>1995/1993</i>	11,4%	11,8%	11,6%	-36,5%	48,2%
Equidade <i>2006/2001</i>	2,5%	2,0%	3,6%	21,3%	1,1%
Total* <i>2006/1993</i>	2,7%	2,1%	5,2%	0,9%	6,1%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA TOTAL - 50% MAIS POBRES

	Total	TRABALHO	PREVIDÊNCIA	PROGRAMAS SOCIAIS	TRANSF. PRIVADAS
<i>2006/2005</i>	12,0%	10,0%	10,2%	54,1%	1,4%
<i>2005/2004</i>	8,6%	8,9%	7,9%	2,9%	16,3%
<i>2004/2001</i>	2,5%	1,2%	1,8%	51,8%	-2,2%
<i>2001/1995</i>	0,3%	-0,2%	1,1%	27,6%	2,3%
<i>1995/1993</i>	12,0%	11,3%	15,1%	-12,5%	27,8%
Equidade <i>2006/2001</i>	5,5%	4,4%	4,6%	40,8%	2,0%
Total* <i>2006/1993</i>	4,0%	3,3%	4,5%	25,1%	5,7%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA TOTAL - 40% INTERMEDIÁRIOS

	Total	TRABALHO	PREVIDÊNCIA	PROGRAMAS SOCIAIS	TRANSF. PRIVADAS
<i>2006/2005</i>	9.7%	8.9%	10.6%	44.4%	8.6%
<i>2005/2004</i>	5.7%	4.3%	10.4%	31.5%	0.4%
<i>2004/2001</i>	-0.1%	-0.8%	1.8%	25.5%	-1.5%
<i>2001/1995</i>	0.0%	-1.0%	5.6%	-2.0%	-0.4%
<i>1995/1993</i>	12.7%	13.3%	8.4%	-28.3%	46.3%
Equidade <i>2006/2001</i>	2.9%	2.1%	5.2%	30.3%	0.8%
Total* <i>2006/1993</i>	3.0%	2.3%	5.9%	4.2%	6.1%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA TOTAL - 10% MAIS RICOS

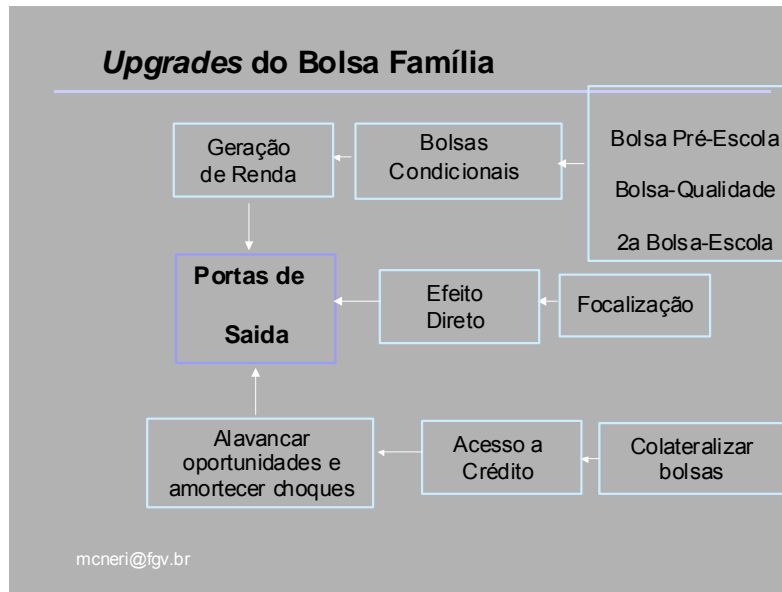
	Total	TRABALHO	PREVIDÊNCIA	PROGRAMAS SOCIAIS	TRANSF. PRIVADAS
2006/2005	7,9%	9,0%	4,1%	2,1%	5,5%
2005/2004	6,9%	7,1%	4,0%	28,0%	12,7%
2004/2001	-2,5%	-3,0%	-0,1%	-3,3%	-4,1%
2001/1995	-0,1%	-0,9%	4,7%	-2,4%	-1,8%
1995/1993	10,2%	10,7%	12,7%	-39,7%	53,1%
Equidade 2006/2001	1,3%	1,3%	1,6%	3,4%	0,9%
Total* 2006/1993	2,0%	1,6%	4,7%	-7,3%	6,2%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

1.10 A Nova Geração de Políticas de Rendas

O objetivo de longo prazo de políticas sociais é permitir aos indivíduos realizarem seu potencial produtivo. Este movimento pode se dar de formas diversas: completando o portfólio de ativos dos agentes ou o acesso aos mercados em que eles são transacionados. Estas políticas públicas fornecem portas de saída para a pobreza através da abertura de caminhos e plataformas de acesso aos mercados. Neste último caso é possível gerar ganhos de bem estar sem implicações fiscais, o que os torna particularmente atraentes. Os upgrades desejados do Bolsa-Família, organizados no esquema apresentado seriam: em primeiro lugar, buscar uma focalização cada vez mais eficaz do programa e combater alternativas menos focalizadas e mais permanentes como os reajustes do salário-mínimo e a universalização incondicional da renda mínima. Em segundo lugar, buscar melhoraria das condicionalidades do programa tais como: i) na faixa de 0 a 6 anos atuar na pré-escola e mesmo em creches, integrar estes incentivos de demanda com elementos de oferta de educação como os discutidos no âmbito do Fundeb e agora do chamado PAC educacional, pode ser mais interessante do que o Bolsa-Família como está que só cobra a vacinação das crianças. Melhorar a qualidade para as pessoas que estão na faixa dos 7 aos 15 anos de incentivo escolar, cobrar não só quantidade mas qualidade de educação, criar incentivos para isso baseados em novas fontes de informação como o Prova Brasil. E na fase posterior de atuação do Bolsa-Família criar não incentivo ao primeiro emprego mas, através de uma segunda Bolsa-Família, que melhoraria os baixos níveis educacionais observados em todas as partes do Brasil. Por fim, melhorar o acesso a

mercados de bens e financeiros, estendendo a fronteira creditícia até onde ela nunca foi antes: aos pobres e informais através da colateralização dos benefícios sociais⁹. Apresentamos um esquema de upgrades propostos a política de rendas no Brasil com especial ênfase ao Bolsa-Família.



A vantagem das políticas compensatórias é, em geral, a velocidade com que seus efeitos são sentidos. Em contraste, a metáfora associada às políticas estruturais é que "se dá à vara de pescar ao invés de se dar o peixe". A questão não é se as políticas envolvem a transferência de fluxos de renda ou de estoque de ativos, mas as suas implicações sociais de curto e de longo prazo. Uma ação compensatória que impeça a desestruturação produtiva, como as frentes de trabalho contra a seca, ou que incentivem a acumulação de capital, como a Bolsa-Família, podem exercer efeitos persistentes sobre a pobreza. O impacto de longo prazo de transferências de renda a título de seguro e de alavanca sociais é comparável à transferência, por si, de ativos.

⁹ Vide "O Efeito-Colateral" e "Alvorada: um projeto acima de qualquer governo" publicados na Revista Conjuntura Econômica em 2002.

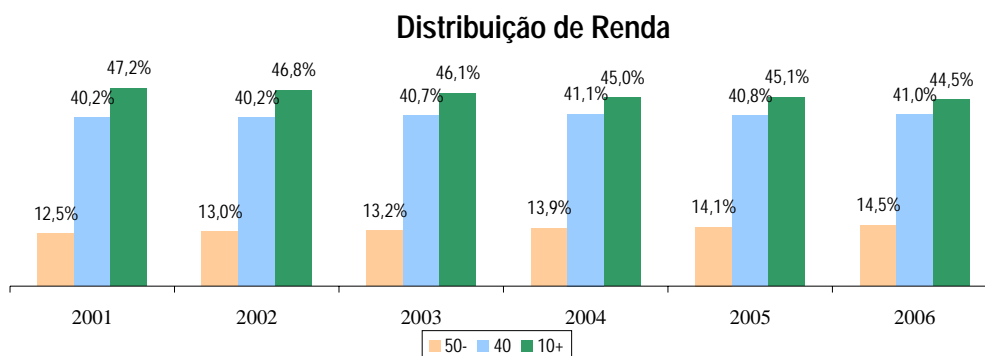
1.11 Plano do Trabalho

O trabalho está dividido além desta introdução que funciona como sumário executivo em treze seções. Na segunda seção, descrevemos os principais movimentos da distribuição de renda per capita dos últimos cinco anos através de indicadores de desigualdade. Na seção três apresentamos indicadores de Bem Estar Social e de Insuficiência de Renda como forma de sintetizar mudanças do nível e de desigualdade observadas. Na seção 4 apresentamos a evolução da miséria enquanto insuficiência de renda por tamanho de cidade, aonde apontamos a superação da crise metropolitana conforme trabalhos anteriores do CPS. A semelhança na seção 5 voltamos ao cumprimento da primeira meta do milênio de extrema pobreza como insuficiência de renda à guisa de comparabilidade internacional. Na seção 6 traçamos cenários conjuntos de crescimento e desigualdade de renda per capita na evolução da miséria usando a nossa linha de corte. de Nas seções 7 e 8 discutimos, respectivamente, o custo mínimo de erradicação da miséria e as influencias dos ciclos políticos sobre a renda das pessoas e as transferências de renda patrocinadas pelo estado brasileiro. Na seção 9, detalhamos o perfil sócio econômico da miséria e da renda e sua evolução ao longo do tempo. Na seção 10 isolamos o papel de variáveis sócio-demográficas e da evolução desta influencia ao longo do tempo através de exercícios de regressão multivariados. As duas seções estão associadas ao banco de dados interativo e amigável disponibilizado no sítio da pesquisa. Na seção 11 discutimos paralelos entre políticas de rendas para fins de estabilização e de equalização de resultados. Na seção seguinte, olhamos para frente no sentido normativo e analisamos as propriedades desejáveis das principais políticas de rendas com fins de combate a pobreza e a desigualdade emanadas a partir do Estado brasileiro. Por fim, apresentamos na última seção as principais conclusões do estudo.

2. Mudanças Distributivas

2.1. Desigualdade

A abordagem inicial agrega a população em três grupos de renda: o décimo mais rico, que se apropria de quase metade da renda *per capita* em 2006 (mais precisamente, 44,5% – renda média de R\$ 2081); a metade mais pobre, que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (14,5% – R\$ 142 em média); e os 40% intermediários, cuja parcela na população e na renda praticamente coincidem (41% – R\$ 496, em média), e revela um país de renda média, uma espécie de Peru inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia. A abordagem por grupos de renda (Belíndia ou Belperdia) contrasta com aquela baseada no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em que a ponderação é proporcional à renda de cada pessoa: os indivíduos implicitamente “valem o que ganham”. Esse aspecto é especialmente relevante no caso brasileiro, no qual o alto grau de desigualdade de renda observada torna a sua média um mal indicador do nível de bem-estar social. A parcela dos 50% mais pobres atinge 14,5% da renda em 2006, contra 14,1% em 2005, e 12,5% em 2001, quando a desigualdade começa a sua inflexão descendente. Já a parcela dos 10% mais ricos, por sua vez cai de 47,2%, em 2001, para 45,1% em 2005, e 44,5% em 2006. A tabela a seguir sintetiza a dança distributiva desses grupos, ano a ano, ao longo da presente década.



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

O período de 2001 a 2003 se caracterizou por perdas de renda com redução de desigualdade. Apesar de tais perdas atingirem todos os segmentos

da população foram menos pronunciadas para os de mais baixa renda: -0,3% contra os -4,1%, ao ano, dos mais ricos (-0,6% e 7,8% no acumulado do período). No período mais recente (2003 a 2006), o crescimento anual total de 6,28% também se distribuiu de forma diferenciada entre os seguimentos populacionais. Os mais pobres foram os que mais ganharam, com acréscimos anuais de 9,62% na renda (contra 5,09% do décimo mais rico, e 6,48% do grupo intermediário).

Isolando-se o último ano disponível da pesquisa, a renda média do brasileiro sobe, segundo a Pnad, 9,16% em 2006, contra 2,3 % do crescimento do PIB *per capita* no mesmo ano. Em 2006, a renda dos 50% mais pobres sobe 11,99%, a parcela dos 40% intermediários sobe 9,66%, e a renda dos 10% mais ricos sobe 7,85%. Em compensação, a desigualdade medida pelo índice de Gini cai um valor intermediário de -1,06%, valor esse bem abaixo daqueles da queda dos três anos anteriores: -1,2%, em 2002, 1%, em 2003, -1,9% em 2004, -0,6% em 2005. Sintetizando os resultados: todos ganharam aumentos maiores que em todos os anos da década, ou seja, a melhoria de 2006 domina a dos anos anteriores, inclusive a de 2004.

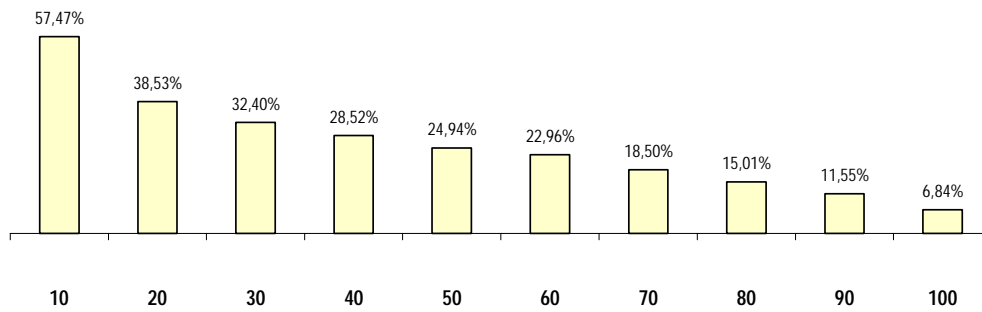
Varição Anual da Renda Per Capita dos brasileiros

	Total	50% mais pobres	40% médios	10% mais ricos
2006	9,16	11,99	9,66	7,85
2005	6,63	8,56	5,74	6,89
2004	3,14	8,34	4,13	0,68
2003	-5,81	-4,15	-4,67	-7,32
2002	0,30	3,65	0,34	-0,68

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda entre 2001 e 2006 por cada décimo da população. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (57,47%) ao último décimo (6,84%).

Variação Acumulada da Renda Média - Brasil (2006/2001)

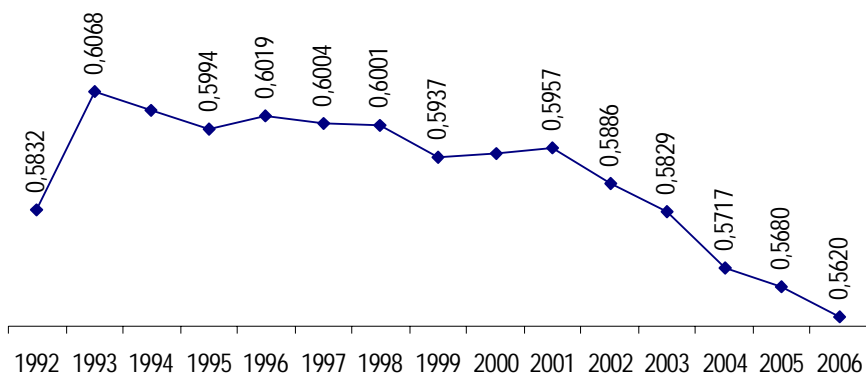


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

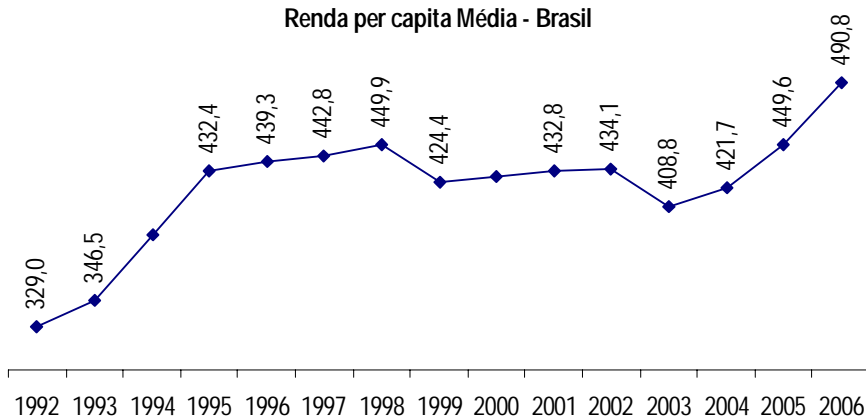
3. Medida de Bem Estar Social de Sen

A fim de fornecer uma síntese final acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem estar social simples proposta por Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia. Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média * (1 – Gini)). Logo a desigualdade funciona como um fator redutor de bem estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 490 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 43,8% deste valor, 215 reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. Apresentamos na tabela abaixo a evolução ano a ano da média de renda, da desigualdade de renda e da combinação das duas, dada por essa medida de Bem Estar.

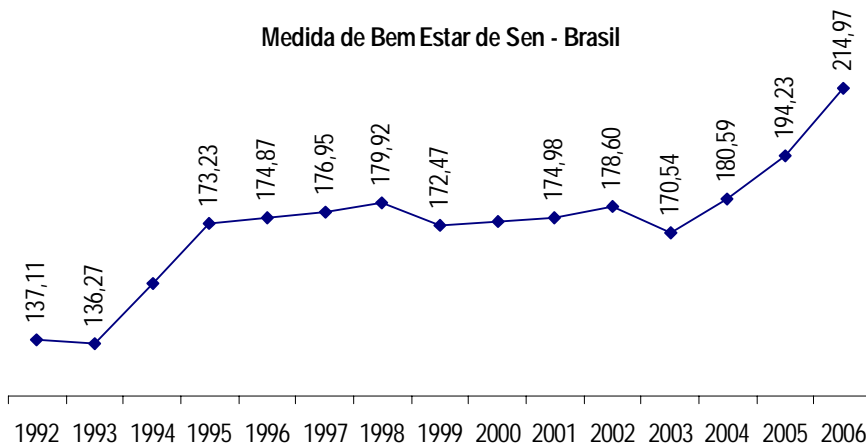
Índice de Gini - Desigualdade de Renda per capita - Brasil



Renda per capita Média - Brasil



Medida de Bem Estar de Sen - Brasil



OBS: 1994 e 2000 são médias. Nesses anos a PNAD não foi a campo

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

O gráfico demonstra crescimento de renda média e da medida sintética de bem estar de Sen de 1993 até 1998 (medidos a preços constantes de 2006), com ênfase ao crescimento de 27% no período 1993 a 1995, quando a renda média sofre forte recuperação e a desigualdade uma pequena redução. No período seguinte a renda média sofre forte oscilação, superado apenas agora, em 2006, o valor de 1998, já que em 2005 as duas se equivaliam. A renda aumenta após a recessão de 2003 e a desigualdade apresenta marcada redução após 2001. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar per capita ocorrida em 2004 é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003, quando o Gini passou de 0,596 para 0,583, mas desacelera em 2005 e reacelera em 2006. No último ano o ritmo de desconcentração de renda é 55% daquele observado em 2004, mas continua atípico frente ao histórico das séries brasileiras que comprovavam, até o início da década, o Brasil como um caso crônico de desigualdade inercial. Como consequência do novo ciclo de melhora distributiva nas duas frentes em 2004 o bem estar recupera os níveis de 1998 em 2004 e sofre um crescimento de 7,6% em 2005 e 10,68% no triênio 2003 a 2006, por sua vez, tem um crescimento de bem estar de 26,05% desempenho comparável ao do Real quando o mesmo sobe 27,12%, reforçando o paralelismo entre os episódios aqui explorados.

A variação acumulada da renda média e da desigualdade de renda contidas na tabela abaixo revelam que os dois períodos em questão são marcados tanto por aumentos do bolo como por melhoras na sua distribuição. Enquanto no período pós-real o maior componente foi o de crescimento, já no último período o principal componente foi a redução da desigualdade de renda. A última tabela sintetiza estes efeitos através da variação do índice de Miséria.

VARIAÇÃO ACUMULADA DE RENDA - POR DECIMOS

		TOTAL	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Lula I	2006/2002	13.1%	31.7%	30.2%	27.4%	26.2%	23.2%	21.8%	17.5%	14.9%	11.5%	7.6%
FHC	2002/1993	25.3%	66.6%	39.9%	33.9%	29.8%	30.1%	29.2%	29.0%	28.8%	27.3%	20.3%
FHC II	2002/1998	-3.5%	8.8%	5.5%	2.4%	0.0%	-0.3%	0.6%	-2.7%	-3.5%	-4.4%	-5.2%
FHC I	1998/1993	29.8%	53.2%	32.6%	30.7%	29.8%	30.5%	28.5%	32.6%	33.4%	33.2%	26.9%
Equidade	2006/2001	13.4%	57.5%	38.5%	32.4%	28.5%	24.9%	23.0%	18.5%	15.0%	11.6%	6.8%
Total	2006/1992	49.2%	120.0%	80.6%	68.9%	60.1%	57.2%	54.0%	47.3%	47.0%	45.3%	46.0%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DA RENDA MÉDIA - POR DECIMOS

		TOTAL	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Lula I	2006/2002	3.12%	7.13%	6.83%	6.25%	5.98%	5.35%	5.05%	4.12%	3.53%	2.76%	1.84%
FHC	2002/1993	2.53%	5.84%	3.80%	3.29%	2.94%	2.97%	2.89%	2.87%	2.85%	2.72%	2.08%
FHC II	2002/1998	-0.89%	2.13%	1.35%	0.60%	0.01%	-0.06%	0.15%	-0.69%	-0.88%	-1.12%	-1.33%
FHC I	1998/1993	5.36%	8.91%	5.80%	5.50%	5.35%	5.46%	5.14%	5.81%	5.94%	5.90%	4.89%
Equidade	2006/2001	2.55%	9.51%	6.74%	5.77%	5.15%	4.55%	4.22%	3.45%	2.84%	2.21%	1.33%
Total	2006/1992	2.90%	5.79%	4.31%	3.82%	3.42%	3.29%	3.13%	2.81%	2.79%	2.70%	2.74%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ACUMULADA DA MISÉRIA

		TOTAL
Lula I	2006/2002	-27.7%
FHC	2002/1993	-24.3%
FHC II	2002/1998	-1.7%
FHC I	1998/1993	-23.0%
Equidade	2006/2001	-30.1%
Total	2006/1992	-45.1%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

VARIAÇÃO ANUAL DA MISÉRIA

		TOTAL
Lula I	2006/2002	-7.79%
FHC	2002/1993	-3.05%
FHC II	2002/1998	-0.43%
FHC I	1998/1993	-5.10%
Equidade	2006/2001	-6.91%
Total	2006/1992	-4.19%

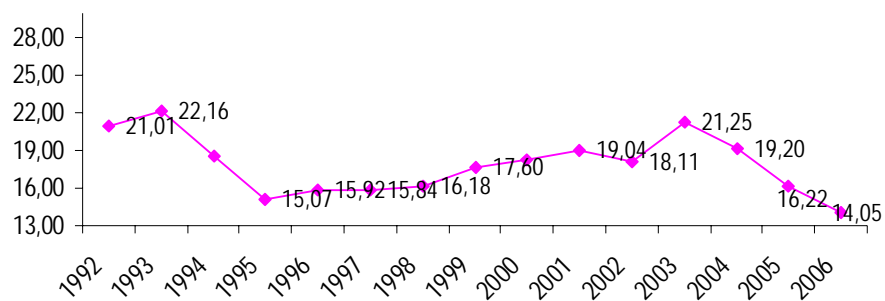
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

4. Tendências Rurais, Urbanas e Metropolitanas.

Com exceção dos períodos 1993-95 e 2003-06, a miséria nas grandes metrópoles subiu praticamente em todos os anos. Após forte queda no período de Lula de Mel com o plano Real, quando a miséria cai de 22,16% para 15,07%, ela sobe, atingindo 21,25% em 2003, e começa então uma queda que culmina uma trajetória em 2006, quando chega a 14,05%, e que acaba sendo o

menor ponto da série histórica da nova PNAD. Entre os principais fatores está a reversão da crise de desemprego e de redução de salários observada desde 1997, cujo epicentro foram as grandes metrópoles a partir do final de 2003, aliada a chegada do Bolsa-Família as áreas metropolitanas, uma vez que seus antecessores tinham um foco nos chamados grotões de miséria.

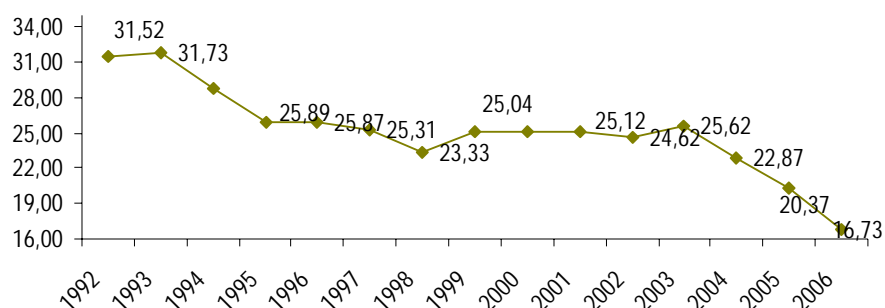
Miséria Metropolitana
Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

As áreas urbanas refletindo a boa performance de cidades de tamanho médio, são as que apresentaram, no período total de 1993 a 2006, a maior redução acumulada de miséria - 35,8% - superando as áreas metropolitanas e rurais que apresentam reduções de 26,8% e 27,2%, respectivamente. Tanto em termos de nível como nas variações ano a ano, a miséria urbana segue os padrões daquela observada para o país como um todo, inclusive os padrões de redução em anos eleitorais, como em 1998 e 2002. Olhando para o período entre 1992 e 2006 observamos queda sistemática da miséria urbana, de 31,52% para 16,73%.

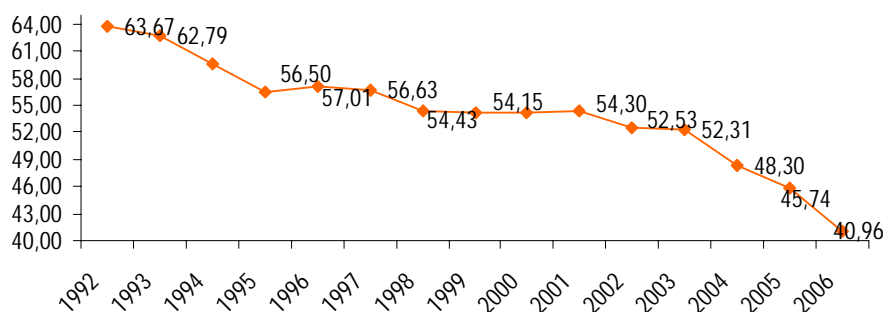
Miséria Urbana Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

As áreas rurais apresentam um desempenho mais regular nos diversos sub-períodos. A miséria rural cai sistematicamente em quase todos os anos da série, inclusive em períodos de seca do Nordeste, como 1998 e 2001. Este padrão foi influenciado por políticas públicas voltadas para o campo, em particular programas de transferência de renda.

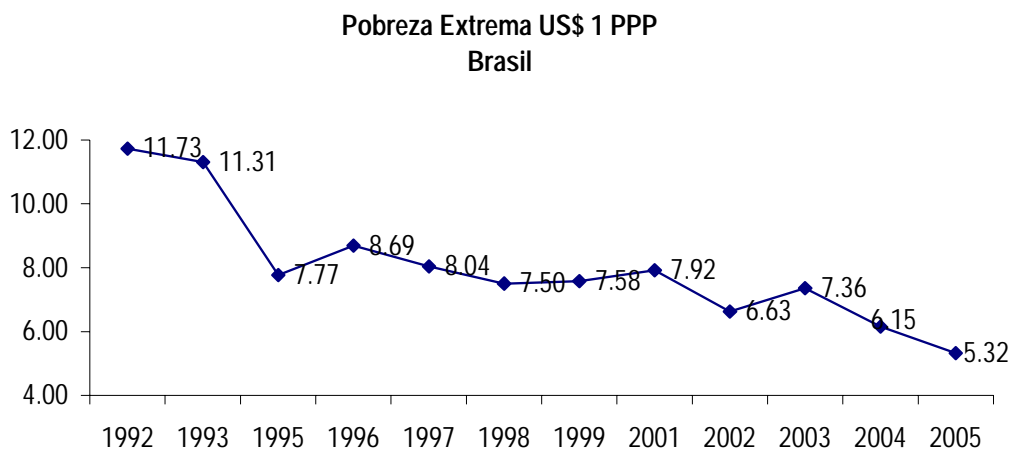
Miséria Rural Brasil



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

5. Cumprimento das Metas do Milênio

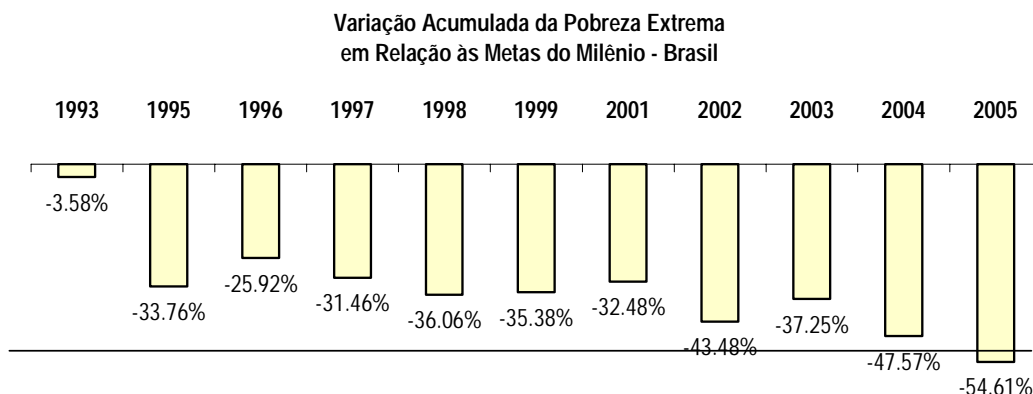
Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da miséria através da linha adotada na primeira Meta do Milênio, de redução da extrema pobreza a metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de 1 U\$S por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil (usamos também neste caso o deflacionamento dado pela POF 2003). Em 2006, a extrema pobreza também atinge seu nível mais baixo: 4,69% da população brasileira com renda domiciliar per capita inferior a esse valor. No gráfico a seguir apresentamos a série anual desses indicadores com trajetória similar a apresentada pela outra linha.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Os dados revelam o cumprimento da primeira meta em metade do tempo previsto (de 25 anos), ou entre 13 anos, contados a partir de 1992 dada à consistência metodológica dos questionários da PNAD e não do marco zero das metas em 1990. Tomando como base 1992, a redução acumulada de miséria até 2005 atinge 54,6%. Em 3 anos (1992-1995) já se podia notar uma redução de 33,76%, mas que estagnou 9 anos (1992-2001), em apenas 32,48% da miséria total. O último boom levou a queda da miséria acima do cumprimento da meta do milênio com queda acumulada de 58.54%. Ou seja, a

meia vida da extrema miséria do Brasil, que deveria ser de 25 anos pelos acordos internacionais acabou sendo aproximadamente a metade disso. O gráfico abaixo mostra a trajetória acumulada de redução ano a ano.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

6. Cenários Futuros de Miséria

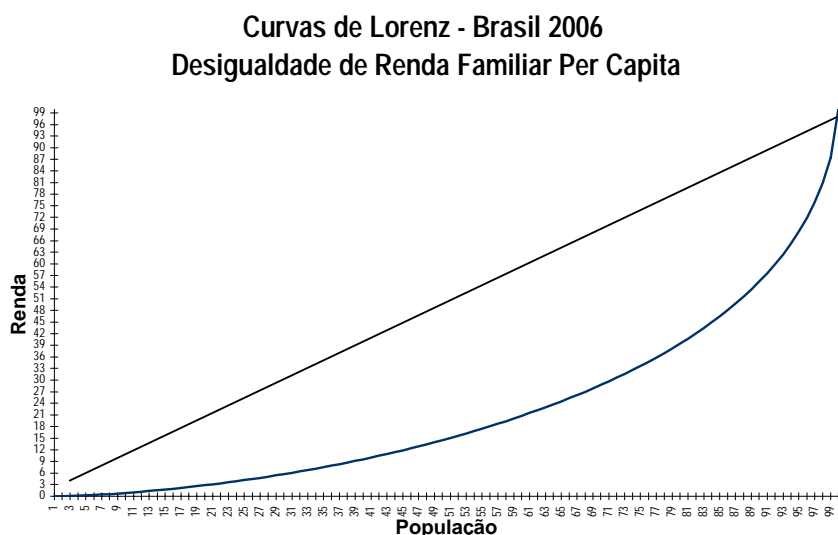
O Brasil estava pelo menos desde 2001 andando na contramão dos demais países emergentes. Nosso crescimento era considerado baixo (haitiano), mas com forte redução de desigualdade, ao contrário dos demais. Ou seja, éramos como uma imagem invertida no espelho da performance dos países emergentes. Em 2005, os dados da PNAD mostram uma aceleração do crescimento¹⁰ e uma desaceleração do ritmo de queda da desigualdade. No período 2001 a 2005, o crescimento dos extratos mais pobres equivalia a um crescimento chinês enquanto a média se encontrava estagnada. Neste ano houve nova aceleração nas duas frentes. O crescimento da renda do Brasil corresponde a 9,1% per capita, ou seja, descontado o crescimento populacional, corresponde a um ritmo de crescimento chinês recente, agora no agregado de renda e não apenas nas camadas mais pobres da população.

Esta é uma seção tradicional nos nossos estudos anuais de miséria lançados logo após a PNAD projetando para o ano seguinte. Em geral, se tem

¹⁰ Aí aparece uma primeira contradição com os dados do PIB per capita e da renda per capita da PNAD. Os primeiros desaceleraram moderadamente frente a 2004, mesmo considerando a posterior revisão das contas nacionais, enquanto a renda per capita da PNAD mostra aceleração atingindo o maior crescimento da década. A discrepância se repete agora em termos mais forte de 6 para 1!

a esta altura as informações fechadas de dois trimestres de contas nacionais, dados de mercado de trabalho metropolitano da PME e do Caged cobrindo pelo menos o mesmo período, que permitem a projeção do crescimento da PNAD e o da desigualdade se escolhendo uma curva de Lorenz de referencia e fazendo a associação com índices sintéticos, mais notadamente com o índice de Gini que é o mais popular deles. Entretanto, temos tido mais dificuldades de prever em 2005 e 2006 a tendência do produto.

Apresentamos abaixo a curva de Lorenz Brasileira em 2006. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da Curva de Lorenz. isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior do gráfico.



Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Senão vejamos: se a sociedade fosse totalmente igualitária, isto é, ordenando dos mais pobres para os mais ricos a participação acumulada dos indivíduos na população crescesse pari-passu com a participação das suas respectivas rendas no total, estaríamos exatamente sobre a reta de 45 graus. Neste caso a medida de desigualdade conforme o índice de Gini seria zero. No outro caso polar, de uma sociedade totalmente desigual, onde apenas um indivíduo detém toda renda da economia (e os demais possuem renda zero)

estaríamos caminhando sobre as laterais do triângulo da curva de Lorenz. Neste caso o índice de Gini seria unitário.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre, mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29) não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem um importante aliado na redução da pobreza. Vejamos alguns cenários.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 125 por mês a preços da Grande São Paulo em Outubro de 2006) cairá dos 19,3% de 2006 para 18,55% em 2007, uma queda de 3,95%, se a renda per capita nacional crescer 3% no ano. Se o crescimento de renda for similar ao último biênio (9%), a taxa de miséria cairá a 17%, queda de 12%, conforme observado na tabela a seguir.

Cenários de Pobreza

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Varição
Brasil 2006	489,56	19,315	
Efeito Crescimento de			
1%	494,45	19,035	-1,45%
2%	499,35	18,764	-2,85%
3%	504,24	18,553	-3,95%
4%	509,14	18,347	-5,01%
5%	514,04	17,906	-7,29%
6%	518,93	17,683	-8,45%
7%	523,83	17,450	-9,66%
8%	528,72	17,205	-10,92%
9%	533,62	17,008	-11,94%
10%	538,51	16,809	-12,97%
11%	543,41	16,584	-14,14%
12%	548,30	16,455	-14,81%
13%	553,20	16,223	-16,01%
14%	558,10	15,986	-17,24%
15%	562,99	15,841	-17,99%
16%	567,89	15,480	-19,86%
17%	572,78	15,342	-20,57%
18%	577,68	15,096	-21,84%
19%	582,57	14,939	-22,66%
20%	587,47	14,840	-23,17%
21%	592,36	14,679	-24,00%
22%	597,26	14,350	-25,71%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A redução seria ainda maior se esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade. Se a expansão 3% fosse combinada com uma queda do índice de Gini (atingindo patamares fluminenses de 0,5605, por exemplo), a miséria brasileira cairia cerca de 14,57%. A proporção de miseráveis passaria para 16.50%.

Numa visão de longo prazo, a pobreza poderia recuar 28,21% se nos próximos quatro anos a renda crescer 4% ao ano, combinado a uma queda de desigualdade que leva ao nível do Sudeste (0.54479 em 2004).

Cenários Sobre a Miséria

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Varição
Brasil 2006	489.56	19.32	
<i>Efeito Desigualdade (RJ)</i>			
<i>taxa de crescimento*</i>			
0%	490.82	18.63	-3.55%
3%	505.55	18.06	-6.50%
9%	534.99	16.57	-14.22%
12%	549.72	15.99	-17.19%
<i>Efeito Desigualdade (Sudeste)</i>			
<i>taxa de crescimento*</i>			
0%	490.82	17.16	-11.17%
3%	505.55	16.50	-14.57%
9%	534.99	15.36	-20.49%
12%	549.72	14.68	-23.98%
16%	569.35	13.87	-28.21%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

7. Custo da Erradicação da Miséria

O conceito de dívida social aqui proposto é de natureza prospectiva. O conceito visa alongar os horizontes temporais do debate sobre pobreza e desigualdade considerando sucessivos períodos. Outro objetivo é integrar melhor a discussão econômica e social, a partir de linguagem e conceito similares. Uma dificuldade é o tratamento agregado das questões, onde o PIB ocupa lugar absoluto. Num lugar desigual, números agregados revelam tanto quanto escondem. A literatura social busca cobrir parte dessa lacuna, explorando diferentes formas de somar o nível de bem-estar dos indivíduos através de índices de pobreza e outra funções de bem estar social.

Uma medida útil no desenho de políticas públicas é o hiato de renda (P1). Isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer no mercado suas necessidades básicas. Utilizando como base nossa linha de pobreza, o déficit médio expresso em termos monetários de cada brasileiro miserável seria R\$ 48,52 mensais.

Na tabela encontra-se o menor custo mensal do alívio completo da miséria no país. Os dados mostram que seriam necessários R\$ 9,37 em média,

por pessoa, para acabar com a pobreza no Brasil, totalizando um custo de R\$ 1.717.955.185 mensais e R\$ 20.615.462.223 no ano.

Custo de Erradicação da Miséria

	População Total	Taxa de Miséria	População Miserável	P1*	P2**
Brasil 2006	183305600	19,32	35.405.477	7,96	4,83

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da amostra da PNAD/IBGE.

*Notas: Membros efetivos do domicílio. * Hiato Médio de Miséria.*

*** Hiato Quadrático Médio de Miséria; #Participação no Total da Miséria.*

Custo de Erradicação da Miséria

	Transferências Mínimas para Erradicar a Miséria			Miséria	
	R\$ pessoa	R\$ total mês	R\$ total ano	R\$ não miserável	R\$ miserável
Brasil 2006	9,37	1.717.955.185	20.615.462.223	11,62	48,52

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da amostra da PNAD/IBGE.

As informações revelam quanto custaria para completar a renda de cada brasileiro até a linha de R\$ 118, ou seja, o menor valor das transferências suficientes para içar cada miserável até o piso de suas necessidades básicas. Por exemplo, quem recebesse renda Zero ganharia R\$ 118. Enquanto, quem recebesse renda acima de R\$ 118 não receberia nada. A transferência média recebida pelos miseráveis deveria ser de R\$ 48,52 mensais para que a pobreza fosse aliviada até o mês seguinte. A pergunta complementar é quanto de renda deveria ser transferido por cada pessoa que está acima da linha de pobreza. Isto é, olhamos o problema agora na perspectiva dos não miseráveis. Este número é de R\$ 11,62 por mês.

Obviamente, se mudasse a linha de miséria arbitrada as transferências de renda também mudariam. Em todos os casos, seria razoável escalonar a estrutura de contribuição para diferenciar o agente remediado daquele que está mais bem de vida. Uma possibilidade simples seria usar critério semelhante ao dos recebimentos dos miseráveis e escalonar o pagamento de forma proporcional ao excesso de renda em relação a um valor situado além da linha de miséria.

Este exercício não deve ser lido como uma defesa de determinadas políticas específicas, mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas. O dado é útil para traçar o alvo das políticas e organizar suas fontes de financiamento.

7.1 A Dívida Social

O conceito de dívida social corresponde ao estoque que daria origem prospectivamente ao fluxo de insuficiência de renda. Isto é, o montante a ser aplicado de uma só vez que geraria os recursos necessários para saciar o dia-a-dia da fome dos miseráveis. A resposta a esta pergunta depende da taxa de juros assumida. Por exemplo, se fossem aplicados os 0.5% ao mês da caderneta de poupança, R\$ 48,52 mensais transferidos perpetuamente corresponderiam a um estoque de R\$ 2.323. Já se a taxa de juros fosse 1% ao mês a dívida social por não-miserável seria de R\$ 1.162 e assim por diante.

Estes exemplos são pedagógicos, pois frisam a importância como objeto de política pública de natureza estrutural não só o volume de capital transferido como a sua respectiva taxa de retorno. Quanto mais alto o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital necessário para se chegar ao menor custo de um programa estrutural capaz de eliminar a insuficiência de renda.

Custo de Erradicação da Miséria

	Taxa de Miséria	População Miserável	Transferências de Riqueza por Não Miserável		
			0.5 % a.m.	1 % a.m.	2 % a.m.
Brasil 2006	19,315	35.405.477	2323	1162	581

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da amostra da PNAD/IBGE.

Obviamente, o fluxo de R\$ 48,52 mensais é muito menor do que o estoque de R\$ 2.323, o que decorre do fato de que aliviar a miséria é mais barato do que erradicá-la. Isto acontece quando olhamos para os sucessivos períodos que estão por vir. É preciso transcender o campo conjuntural da distribuição da insuficiência de resultados correntes e encarar o universo bem mais complexo e desafiador da distribuição das oportunidades. Estes números devem funcionar apenas como uma referência do custo de oportunidade social aos diversos programas sociais. Mostrar quão factível é a erradicação da

insuficiência de renda. Os programas sociais mais focalizados sejam compensatórios ou estruturais, conseguem aproveitar as possibilidades redistributivas oferecidas por uma sociedade com alta desigualdade, mas paradoxalmente com um relativamente alto orçamento social.

8. Eleições e Políticas de Rendas

“A média de crescimento da renda mediana em anos pré-eleitorais foi de 12,1%, enquanto em anos pós-eleitorais a mesma foi de -11,9%”.

As estreitas relações entre economia e eleições são estudadas no campo dos “Ciclos Políticos de Negócios” cuja principal característica são booms pré-eleitorais, com aumento dos níveis de emprego e de renda, resultante do objetivo de proporcionar um ambiente positivo capaz de influenciar o resultado do sufrágio. Seguido no período pós-eleitoral, de políticas contracionistas reestabilizadoras desequilíbrios inflacionários, orçamentários ou no balanço de pagamentos gestados. A utilização de políticas monetárias, fiscais e cambiais com objetivos político-eleitorais implica significativas flutuações da economia. A mistura pós-eleitoral de estagnação com inflação, a chamada estagflação, decorreria da combinação oportunista pré-eleitoral de expansão com inflação, que denominamos “expansão”.

A literatura enfatiza as expansões de demanda pré-eleitorais, o que implicaria um aquecimento a curto prazo e mais inflação a longo prazo, quando as defasagens existentes no processo de formação de expectativas inflacionárias fossem eliminadas. Rigidez de expectativas e assimetrias de informação, por si só, implicam incentivos para a “expansão” pré-eleitoral. A nova democracia brasileira está repleta de lançamentos de pacotes em sintonia com o calendário eleitoral. Planos que geram custos imediatos, traduzidos em desemprego mais alto, como o Cruzado II, Collor, a desvalorização do real, foram lançados após as eleições. Ao passo que booms desinflacionários são, em geral, produzidos no período pré-eleitoral - vide planos Cruzado, Verão e Real. Entretanto, o instrumental utilizado nesses episódios é de oferta e não de demanda.

À época da inflação alta, a aplicação de políticas de renda como controle de preços, câmbio, tarifas e/ou salários permitem o combate à inflação sem custos de desemprego no curto prazo. O caminho das políticas de demanda tende a ser mais lento e de duração mais incerta, o que diminui a sua utilidade no uso com fins político-eleitorais¹¹.

8.1 Ciclos e Eleições

O ano de 2006 dá seqüência portanto, à tradição da nova democracia brasileira de apresentar melhores resultados sociais em anos eleitorais, conforme a tabela abaixo ilustra:

Variação da Renda Mediana e Ciclos Eleitorais*					
1982	3%	1989	6%	1998	2%
1983	-23%	1990	-2%	1999	-4%
1984	-%	1992	-3%	2001	2%
1985	20%	1993	-2%	2002	1%
1986	53%	1995	25%	2003	-4%
1987	-27%	1996	0%	2004	6%
1988	-11%	1997	3%	2005	9%
				2006	10%

Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Obs: Em 1991, 1994 e 2000 não houve PNAD.

Os dados da tabela demonstram que a renda domiciliar per capita mediana cresceu em todos os anos de eleições nacionais, legislativas ou presidenciais ocorridas desde 1980, isto é - 1982, 1986, 1989, 1998, 2002 e 2006 - caiu em todos os anos pós-eleitorais - 1983, 1987, 1990, 1999 e 2003 - A taxa média de variação da renda mediana em anos pré-eleitorais foi de 12,52% contra -11,87% em anos pós-eleitorais, quando a conta do ajuste é cobrada. Nas eleições mais recentes os ciclos políticos foram menos exacerbados, porém ainda com ciclos eleitorais marcados: 4,38% dos anos eleitorais contra -3,68% dos anos pós-eleitorais. A literatura sobre ciclos político-eleitorais estuda o comportamento de políticos que tentam ludibriar o eleitor, sinalizando oportunisticamente melhoras de vida em anos eleitorais de forma a influenciar o sufrágio. Segundo a literatura da economia política, o

¹¹ A desvantagem das políticas de oferta é o enrijecimento das decisões em nível microeconômico, o que, além de produzir ineficiências alocativas, alimenta as expectativas de futuras intervenções na economia.

eleitor mediano é aquele que decide as eleições, daí a escolha da renda mediana que, por virtude da PNAD, é datada próxima do primeiro turno dos pleitos, no começo de outubro. O fato de a PNAD não ter ido a campo em 1994 e ainda não ter ido em 2007 não permite captar o efeito dos ciclos associados aos dois episódios que desempenham papel de destaque neste estudo¹². Apresentamos na tabela abaixo um resumo sobre as flutuações da taxa de miséria em anos pré e pós-eleitorais de um período mais longo.

Variação da Taxa de Miséria e Ciclos Eleitorais*					
1982	0%	1990	1%	1998	-5%
1983	19%	1991	0%	1999	4%
1984	-1%	1992	0%	2000	-1%
1985	-13%	1993	0%	2001	-1%
1986	-37%	1994	-10%	2002	-3%
1987	47%	1995	-10%	2003	5%
1988	13%	1996	1%	2004	-10%
1989	-5%	1997	-2%	2005	-10%
				2006	-15%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE

* Em 1991, 1994 e 2000 não houve PNAD.

Similarmente, quando analisamos a as flutuações da miséria partir da tabela a seguir, observamos que ela caiu praticamente em todas as sete eleições legislativas desde 1980 (1981 é a exceção), sobe em todos os anos eleitorais, e é negativo nos demais. A taxa média de variação de miséria em anos pré-eleitorais foi de -7,69%, contra 3,75% em anos pós-eleitorais.

Analisamos em seção posterior os canais da ação pública que afeta a renda nos episódios eleitorais recentes que podem ser captados pela nova PNAD, quais sejam 1998, 2002 e 2006. . A tabela abaixo sintetiza os valores encontrados:

Equação do Log da Renda Domiciliar per Capita - Diversas Fontes

	Todas as Fontes	Trabalho Principal	Previdência	Programas Sociais
1) Vota	0,4192 **	0,3125 **	0,5129 **	0,2857 **
2) Eleitoral	0,0611 **	0,0316 **	0,1051 **	0,2257 **
3) Vota * Eleitoral	0,0136 **	0,0127 **	0,0274 **	0,0343 **

** Significante a 95%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Obs: Controlados por Sexo, Cor, Educação do chefe, Tamanho de Cidade, Migração e UF

¹² Há evidências de que o que distingue estes dois anos de outros ciclos eleitorais não é o timing de entrada da política adotada, mas o grau de permanência dos seus efeitos.

Os dados mostram com clareza para todas as fontes de renda (leia-se renda do trabalho principal, renda de aposentadoria e renda de programas sociais) para o conjunto delas que: 1) as rendas per capita das pessoas acima da idade de voto que¹³ corresponde a 16 anos ou mais no Brasil de qualquer fonte de renda é inferior as demais que não é uma novidade nem no Brasil ou em outras partes; o maior diferencial de renda é encontrado para a renda previdenciária 51,29% maior para os votantes e o menor a renda de programas sociais onde a renda de 28,57%. 2) as rendas crescem mais em anos eleitorais o que caracteriza em si a existência de ciclo eleitoral. Neste caso a renda de programas sociais é a que cresce mais em pleitos eleitorais 22,57%, seguido de previdência 10,51% e de trabalho 3,16%, já em outro patamar o que indica o uso de políticas de transferência de renda ao sabor do ciclo eleitoral. 3) finalmente, e mais importante, o teste mais específico é se - apesar de considerarmos as rendas domiciliar per capita que suaviza por construção os efeitos aqui testados - a renda das pessoas em idade de voto cresce mais em ano eleitoral do que as das crianças e adolescentes que não participam diretamente deste mercado. Esta diferença em diferença é captada pela interação das variáveis. Neste caso mais uma vez o principal ganho relativo neste caso é de renda de programas sociais com 3,43% a mais de ganho dos votantes em anos eleitorais frente os demais, isto é crianças e adolescentes abaixo da idade de voto, a previdência vem a seguir com 2,74%, seguido do efeito indireto da renda do trabalho principal com 1,27%¹⁴. Note que em teste empírico anterior a hipótese 3) apresentava o sinal esperado mas não era significativa para a renda do trabalho principal e previdenciária, o que ilustra a magnitude potencial do impacto das últimas eleições presidenciais sobre os dados de renda. O atenuante qualitativo que deve ser feito as eleições de 2006 e de 1994 cujos dados não foram coletados, ou ainda estão disponíveis é que os efeitos parecem ter mais permanência que de todos os demais episódios

¹³ A rigor a renda de programas sociais inclui Bolsa-Família, seguro-desemprego entre outros programas públicos mas também renda financeira cujo principal pagador também é o estado. As rendas de todas as fontes incluem também renda de outros trabalhos, aluguéis e transferências privadas entre domicílios (pensões alimentícias, mesadas etc).

¹⁴ Ilustramos na respectiva seção a importância de ciclos políticos diretos na renda trabalhista através de aumentos de funcionalismo públicos dos três níveis de governo, em particular os municipais nas épocas dos pleitos locais. No caso de contratação de funcionários públicos o efeito é negativo talvez pela própria restrição de contratação em anos eleitorais.

eleitorais ocorridos na nova democracia brasileira. Por outras palavras falamos de expansões de carácter mais sustentado nas condições de vida das pessoas, daí talvez a expressão real vá além da denominação monetária, e se aplique a estes dois episódios¹⁵.

O gráfico Ada pobreza na página inicial deste trabalho apresenta as flutuações na miséria enquanto insuficiência de renda a partir dos dados da PNAD do período 1992 a 2004, cujos questionários e conceitos são comparáveis entre si. As evidências indicam que neste período onde os ciclos políticos são menos pronunciados, eleições são períodos de redução de pobreza. A eleição de 1994 não pode ser captada nos detalhes, pois neste ano a PNAD não foi a campo. De qualquer forma é visível a redução de pobreza entre 1993 e 1995, fruto da aplicação do Plano Real em Julho de 1994 que não será explorada a seguir. Segundo o nosso trabalho anterior às eleições de 1998 e 2002 apresentam reduções temporárias da pobreza, isto é redução da miséria além da tendência.

Iremos agora testar os impactos através dos quais eleições impactam as diferentes fontes de renda das pessoas, considerando apenas as duas últimas, onde o ciclo eleitoral é menos pronunciado. Realizamos experimentos controlados onde as variáveis explicadas são os diferentes tipos de renda, os controles são sexo, idade, raça, educação, migração, estado e tamanho de cidade apresentando todas os sinais esperados. As principais variáveis explicativas a serem observadas são a idade de voto das pessoas acima de 16 anos, o ano eleitoral e a interação entre ambas que testa a operação de um ganho diferenciado de renda dos votantes em ano eleitoral.

A variável idade de voto revela que os grupos participantes ativos do mercado eleitoral possuem maiores níveis de todos os tipos de renda em questão. Quando comparamos pessoas com as mesmas características consideradas, a renda per capita das pessoas com 16 anos ou mais é 41% maior no caso da renda de todas as fontes, 31% da renda do trabalho principal, 50% de aposentadoria e 29% no caso de outras rendas tais como as advindas de programas como seguro desemprego, bolsa-família. A variável ano eleitoral é 4,3% maior para rendas de todas as fontes, 3.2% indica que no caso da

¹⁵ A blindagem da política social em período eleitoral foi tentada sem aparente sucesso na última eleição presidencial mexicana mas sé uma agenda a ser perseguida.

renda do trabalho principal, 6.9% de aposentadoria e 24% no caso de outras rendas. Em suma, em termos domiciliares per capita, a renda mais afetada pela faixa etária de voto é a renda da previdência enquanto a mais afetada pelo calendário eleitoral são as outras rendas.

Equação do Log da Renda

	Todas as Fontes	Trabalho Principal	Previdência	Outras
Vota	0.4127 **	0.3072 **	0.5007 **	0.2859 **
Não vota	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Eleitoral	0.0428 **	0.0315 **	0.0689 **	0.2400 **
Não Eleitoral	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

** Significante a 95%

A nossa principal preocupação aqui é captar em que medida a interação entre idade de voto e ano eleitoral afetam cada tipo de renda, considerando as variáveis acima e a operação da tendência temporal de longo prazo das variáveis. Em outras palavras, observamos que estas rendas aumentam mais para os votantes em ano eleitoral do que para os demais. Sendo a renda de todas as fontes, 0,77% mais elevados, e as outras rendas o principal canal que diferencia votantes e não votantes em períodos eleitorais, 5,4%. No caso da renda da previdência e do trabalho¹⁶ principal, apesar de maiores - 0,4% e 0,72% - não são estatisticamente diferentes de zero a 10% de significância (embora sejam significativamente maiores que zero a 20%).

¹⁶ Em artigo anterior abrimos o canal de impacto sobre a renda a renda do trabalho, a chance de ocupação em geral é maior em período eleitoral assim como a chance ocupação como funcionalismo público. Este último efeito é contrário ao previsto pela teoria dos ciclos políticos de negócios, mas pode ser explicado justamente por restrições à contratação do funcionalismo seis meses antes das datas de eleições, segundo a legislação eleitoral. O canal através do qual o ciclo eleitoral parece afetar o funcionalismo dos três níveis de governo é através de aumentos de salário: com ganhos em anos eleitorais de 3.63% no caso do funcionalismo federal, 8.1% no caso do funcionalismo estadual e 8.8% no caso do funcionalismo municipal.

Equação do Log da Renda

com tendência

	Todas as Fontes	Trabalho Principal	Previdência	Outras
Vota * Eleitoral	0.0077 **	0.0040	0.0072	0.0540 **

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

** Significante a 90%

A História brasileira está repleta de pacotes econômicos com variantes fiscais, monetárias, cambiais e salariais, lançados em sintonia com o calendário eleitoral. Planos que geram custos sociais traduzidos em desemprego mais alto, ou renda mais baixa, como o Cruzado II e o Collor ou mudanças cambiais como a maxi de 1983 e a flutuação do real de 1999, foram paridos logo após as eleições, ao passo que planos expansionistas, como os Cruzado, Verão e Real foram materializados no período pré-eleitoral. Agora qual é o custo do binômio expansão-estagflação determinado por motivação eleitoral? A adoção de medidas com objetivos oportunistas induz volatilidade, diagnósticos imprecisos e erros nas previsões futuras dos eventos econômicos, com conseqüências negativas sobre o bem-estar da sociedade. A instabilidade, problemática do ponto de vista ético, é também danosa à taxa de crescimento de longo prazo da economia.

A estabilização de caráter mais permanente proporcionada pelo plano Real parece ter inibido o uso de políticas de rendas associadas ao lançamento de pacotes macroeconômicos em sintonia com o calendário eleitoral. Depois a imposição de um sistema de metas inflacionárias aponta na mesma direção, inibindo este tipo de expediente. Por outro lado, o uso de políticas de

transferências estatais de recursos como programas sociais pode desempenhar papel similar. O bolsa família via-à-vis outros programas de transferência de renda não se apresenta particularmente ao ciclo político, pois é um programa de natureza permanente, diferente por exemplo de programas contra seca em ano eleitoral, e por se endereçar prioritariamente para a população abaixo da idade mínima de voto, o que não quer dizer que não seja usado neste sentido. Outros programas mais diretamente voltados às pessoas e idade de voto talvez tragam benefícios eleitorais mais diretos por unidade de recursos gasto.

De maneira geral, a redemocratização teria incentivado a classe dirigente a zelar mais pelos serviços prestados à sua clientela política. Como exemplo, temos a universalização da previdência rural promovida pela Constituição de 1988¹⁷. Seguindo trabalho anterior: “O problema no caso das crianças é que elas estão excluídas do mercado eleitoral. Nesse sentido, uma solução para aumentar o poder de barganha dos interesses infantis na definição das prioridades nacionais seria a introdução do voto das crianças, representadas pelas suas respectivas mães. Esta seria, na classe das soluções utópicas, para a miséria brasileira, a que produziria efeitos sociais mais duradouros”. Mais realisticamente, a adesão da sociedade civil se faz particularmente necessária em ações de longo prazo voltadas ao público infantil como a da educação cujo melhor exemplo talvez seja o Compromisso Todos pela Educação que recém celebrou um ano e propõe metas e cobranças de longo prazo na área educacional.

9. Mudanças por Grupos Sócio-Demográficos

O sítio da presente pesquisa disponibiliza um banco de dados interativo que permite a cada um decompor e analisar os níveis e as mudanças de indicadores sociais baseados em renda desde uma perspectiva própria. Traçamos aqui um breve retrato de 2006 e de algumas das mudanças observadas frente o ano anterior.

¹⁷ Neri et alli. “Gastos Sociales Basicos en Brasil y la Iniciativa de 20/20”, em Gasto Público en Servicios Sociales Básicos en América Latina y el Caribe: Análisis desde la perspectiva de la Iniciativa 20/20, Editorial Celta, CEPAL, organização Ganuzza et alli, Santiago, Chile, Outubro 1999.

9.1 Panorama do Nível e da Evolução Social em 2006.

Miséria - <http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/Panorama2/miseria.htm>

Renda - <http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/Panorama2/renda.htm>

Devido a sua natureza anual e nacional, a PNAD nos permite monitorar a evolução de diversos indicadores relevantes. O lançamento dos dados da PNAD é o momento quando a sociedade se debruça sobre uma espécie de espelho vê a sua cara e avalia os seus avanços e percalços. O panorama disponível no site da pesquisa apresenta a evolução temporal de diferentes indicadores como miséria e renda média (entre outros indicadores) desde o início da década de 90. A seguir um quadro das variáveis disponíveis para análise.

Cada uma destas combinações pode ser analisada para o conjunto geral da população ou por subgrupos abertos: i) características demográficas como sexo, idade, anos de estudo, raça, a posição na família; ii) características sócio-econômicas como maternidade, posição na ocupação; iii) espaciais como local de moradia, área (metropolitana, urbana não metropolitana e rural), estados, conforme detalhado a seguir:

Características Demográficas

<input checked="" type="checkbox"/> População Total	<input type="checkbox"/> Sexo	<input type="checkbox"/> Faixa Etária
<input type="checkbox"/> Anos de Estudo do chefe	<input type="checkbox"/> Cor ou Raça	<input type="checkbox"/> Posição na Família
<input type="checkbox"/> Imigração		

Características Sócio-Econômicas

<input type="checkbox"/> Posição na Ocupação	<input type="checkbox"/> Tempo de Empresa	<input type="checkbox"/> Maternidade
--	---	--------------------------------------

Características Espaciais

<input type="checkbox"/> Tipo de Cidade	<input type="checkbox"/> Local de Moradia	<input type="checkbox"/> Região Geográfica
<input type="checkbox"/> Estado	<input type="checkbox"/> Região Metropolitana	

9.2 Evolução Temporal

Apresentamos nessa seção uma fotografia desagregada do *status quo* da pobreza da população brasileira. Procuramos identificar quais são os grupos mais vulneráveis da população brasileira e sua importância relativa na determinação da pobreza.

As tabelas a seguir apresentam um perfil de miséria para o ano 2006 e sua evolução no último ano. No anexo, disponibilizamos a contribuição de cada grupo na pobreza e renda total, a fim de complementar essas informações com o tamanho dos universos em questão.

9.3 Sexo

Não encontramos grandes diferenças na proporção de miseráveis e médias de renda entre homens ou mulheres. Isso se deve ao fato de utilizarmos como conceito de renda a domiciliar per capita que assume a perfeita socialização da renda no interior dos domicílios em sua grande maioria co-habitado por pessoas dos dois gêneros. Tudo passa como se toda a renda convergisse para um pote comum e daí fosse repartido igualmente por todos os membros dos domicílios. Olhando para o último ano, encontramos ganhos de renda pouco maior para os homens (9,43% contra 8,9% das mulheres), por outro lado, elas apresentaram redução de miséria ligeiramente maior (-14,83% para homens e 15,46% para mulheres).

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Sexo								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2005.00	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Homem	89219410	48.67	19.41	22.79	-14.83	494.04	451.46	9.43
Mulher	94086190	51.33	19.22	22.74	-15.46	487.76	447.9	8.90

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.4 Idade

A incidência da pobreza declina quase que monotonicamente com a idade do indivíduo. Talvez a parte mais interessante dessa associação em consonância com a sabedoria convencional de retorno no mercado de trabalho

de acordo com a experiência (geralmente aproximada por idade), é que isso persiste para aqueles com mais de 60 anos, os menos miserável de todos os grupos etários (5,02% contra 38% dos grupos até 9 anos de idade). As pessoas da terceira idade foram também foram as que apresentaram maior redução da taxa (-25,55% entre 2005 e 2006) função provavelmente do reajuste do salário mínimo concedido. Em relação à renda, o maior ganho foi apresentado por aqueles entre 50 e 54 anos, com acréscimo de 11,21% atingindo o segundo maior nível de renda (R\$ 702,38), perdendo apenas para faixa seguinte que tem entre 55 e 59 anos (732,95).

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Faixa Etária								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
0 a 4	13798142	7.53	33.88	38.66	-12.35	305.63	279.22	9.46
5 a 9	16312711	8.90	33.32	38.21	-12.81	297.76	272.24	9.37
10 a 14	17248564	9.41	29.79	34.08	-12.58	321.29	294.26	9.19
15 a 19	16995337	9.27	21.85	25.82	-15.38	384.01	354.05	8.46
20 a 24	16857360	9.20	16.79	19.31	-13.05	471.52	431.5	9.27
25 a 29	15465502	8.44	16.48	20.07	-17.91	520.46	475.86	9.37
30 a 35	16419462	8.96	18.32	21.39	-14.36	507.00	465.5	8.92
36 a 39	10595543	5.78	16.82	20.25	-16.95	510.98	479.06	6.66
40 a 44	12855837	7.01	15.39	18.32	-16.02	554.27	505.03	9.75
45 a 49	10760288	5.87	13.71	15.12	-9.31	615.60	576.75	6.74
50 a 54	9649584	5.26	11.79	14.12	-16.49	702.38	631.57	11.21
55 a 59	7492867	4.09	9.84	12.42	-20.80	732.95	671.94	9.08
60 ou Mais	18854403	10.29	5.02	6.74	-25.55	693.28	655.19	5.81

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.5 Educação

Como sempre, o mais relevante determinante da desigualdade e da pobreza no país é a educação. A tabela indica, que a renda aumenta monotonamente com os anos de escolaridade. A boa notícia é que a distância entre os extremos diminuiu no último ano. A renda per capita que era 8,1 vezes maior para os que terminaram o segundo grau em relação aos sem escolaridade cai para 7,7, seguindo tendências de anos anteriores. Conseqüentemente, no último grupo, 35,10% das pessoas estão abaixo da linha de miséria, enquanto a primeira categoria tem 2,8%, com aumento da taxa no período de 2005 a 2006.

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Anos de Estudo								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
0	25914922	14.14	35.10	39.69	-11.56	212.50	193.59	9.77
1 a 3	29957215	16.34	30.85	35.86	-13.96	254.29	229.68	10.72
4 a 7	53029380	28.93	20.40	23.69	-13.91	336.99	313.07	7.64
8 a 11	56209988	30.66	10.16	11.81	-13.96	524.83	499.47	5.08
12 ou Mais	17528393	9.56	2.82	2.43	15.86	1652.20	1568.1	5.36

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.6 Migração

A taxa de miséria é maior entre os nativos (22,88%). E quando analisamos os migrantes, a taxa de miséria cai à medida que estão estabelecidos há mais tempo no estado de residência (10,7% para aqueles com mais de 10 anos). Com ganhos de 8,09%, esse último grupo é o que apresenta maior média de renda em 2006 (R\$ 618,64 contra R\$ 441,57 dos nativos).

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Imigração								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Não migrou	110239074	60.14	22.88	26.68	-14.23	441.57	404.07	9.28
Menos de 4 anos	5104859	2.78	18.83	20.36	-7.51	581.11	532.02	9.23
De 5 a 9 anos	4425544	2.41	18.10	19.52	-7.29	556.39	509.43	9.22
Mais de 10 anos	25319878	13.81	10.70	13.3	-19.54	618.64	572.33	8.09

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.7 Posição na Ocupação

Em relação ao *status* da ocupação, os desempregados e os empregados agrícolas e não remunerados apresentam a maior proporção de miserabilidade (28,79%, 29,14% e 34,7%, respectivamente). No outro extremo, os empregadores, com renda de R\$ 1.619,50, apresentam apenas 3,57% dos pobres. Em termos de variação destacamos funcionários públicos e empregados com carteira (queda de -24,9% e -21,54% na taxa de miséria); e os não remunerados apresentaram os maiores ganhos de renda (12,25%),

corroborando o ganho de importância de fontes alternativas de renda a do trabalho.

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Posição na ocupação								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Sem Emprego	8141149	4.44	28.79	32.34	-10.99	314.84	291.78	7.90
Inativo	57945806	31.61	19.62	22.49	-12.75	464.03	435.39	6.58
Empregado Agrícola	4598429	2.51	29.14	34.47	-15.45	227.68	210.1	8.37
Empregado Doméstico	6415287	3.50	17.54	21.29	-17.64	286.48	260.99	9.77
Empregado com carteira	24654519	13.45	4.23	5.39	-21.54	632.47	600.84	5.26
Empregado sem carteira	10462277	5.71	12.67	14.66	-13.58	486.65	464.48	4.77
Conta-própria	18404061	10.04	16.86	20.22	-16.63	525.86	470.41	11.79
Empregador	3932568	2.15	3.57	3.05	17.12	1619.50	1514.9	6.91
Funcionário público	9697858	5.29	4.14	5.52	-24.99	955.96	857	11.55
Não-remunerado	8942575	4.88	34.70	40.82	-14.99	285.84	254.65	12.25
Ignorado	30111071	16.43	33.58	0	0.00	301.36	0	0.00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.8 Cor ou Raça

A incidência da pobreza é maior entre negros e pardos (23,57% e 27,59%) que juntos representam 49% dos brasileiros. Já os brancos (a outra metade da população) acumulam a menor taxa (11,88%) e a maior queda do período (-16,83%). Em relação a renda, esses apresentam médias cerca de 2 vezes maior que os primeiros. Os demais grupos apresentam pouca representatividade na população total. A maior queda de miséria foi observada entre os que se declaram indígenas de -21,85% mas que representam apenas 0,27% da população. Na divulgação das tabulações da PNAD, o IBGE ressaltou o aumento daqueles que se intitulam pretos o que segundo Marcelo Paixão, a frente de laboratório especializado em questões raciais na UFRJ "é um avanço" e que nós concordamos. Embora dificulte a comparabilidade temporal das mudanças de indicadores de renda.

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Cor ou raça								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Indígena	499865	0.27	26.21	33.54	-21.85	352.79	356.48	-1.03
Branca	92227496	50.31	11.88	14.28	-16.83	658.05	602.99	9.13
Amarela	903581	0.49	9.78	9.29	5.23	1038.80	1121.3	-7.36
Preta	12641660	6.90	23.57	26.64	-11.52	338.76	315.78	7.28
Parda	77029039	42.02	27.59	32.38	-14.80	310.03	280.03	10.72

Ignorado	3959	0.00	26.32	0	0.00	266.09	0	0.00
----------	------	------	-------	---	------	--------	---	------

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.9 Posição na Família

Com relação à posição na ocupação, os filhos apresentam maior taxa de miséria (24,87% contra 14,97% dos chefes) e uma redução menor no ano anterior (-13,87% contra -16,13% dos chefes) a despeito da expansão do Bolsa-Família que se volta a este grupo (família com filhos).

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Posição na Família								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Chefe	58229040	31.77	14.97	17.85	-16.13	579.57	536.66	8.00
Cônjuge	37720586	20.58	15.77	18.89	-16.52	547.97	502.74	9.00
Filho(a)	76062711	41.50	24.87	28.87	-13.87	401.62	364.23	10.27
Outro parente	10678215	5.83	16.52	18.67	-11.49	429.35	409.99	4.72
Agregado	615048	0.34	9.87	16.06	-38.57	682.33	534.28	27.71

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.10 Aglomerado Subnormal

A queda da miséria foi menos pronunciada em aglomerados subnormais quando comparado ao total (-12,24% contra -15,34%). O mesmo aconteceu com a renda média, onde o ganho relativo foi de apenas 6,97% nos agregados subnormais.

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Local de moradia								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Não especial	176020890	96.03	18.99	22.43	-15.34	500.66	458.46	9.20
Aglomerado subnormal	7249484	3.95	26.99	30.76	-12.24	253.60	237.08	6.97

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

9.11 Estados

No ranking espacial, excluímos os Estados da região Norte, uma que as áreas rurais dessa região não estão incluídas na amostra.

O Mato Grosso do Sul, seguido de Santa Catarina são os Estados que apresentaram a maior redução relativa da miséria no período (-29,56% e -26,3%, respectivamente). No extremo oposto, o Maranhão com menor redução

da miséria (-9,73%) foi o Estado que acumulou o maior ganho de renda no último ano (33,74%)¹⁸.

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita								
Estado								
Categoria	População		Miséria			Média de Renda		
	Total	% no Total	2006	2005	Var (%)	2006	2005	Var (%)
Rondônia	1067181	0.58	14.43	20.86	-30.84	489.42	446.3	9.66
Acre	460351	0.25	21.62	29.07	-25.62	449.90	374.93	20.00
Amazonas	2592075	1.41	18.61	21.61	-13.89	360.58	334.28	7.87
Roraima	333030	0.18	24.51	37.83	-35.20	405.96	281.4	44.26
Pará	5338987	2.91	25.78	27.95	-7.76	325.37	302.33	7.62
Amapá	579569	0.32	20.24	24.46	-17.23	348.72	367.51	-5.11
Tocantins	1331282	0.73	24.83	30.78	-19.33	328.66	299.41	9.77
Maranhão	6174842	3.37	44.23	49	-9.73	251.37	187.96	33.74
Piauí	3028070	1.65	40.08	46.47	-13.76	276.09	234.26	17.85
Ceará	8201575	4.47	36.05	43.47	-17.07	265.59	246.18	7.89
Rio Grande do Norte	3041536	1.66	29.57	35.03	-15.58	326.54	316.82	3.07
Paraíba	3619286	1.97	30.54	39.18	-22.06	309.41	277.7	11.42
Pernambuco	8496951	4.64	36.77	41.89	-12.22	300.08	274.3	9.40
Alagoas	3051521	1.66	44.44	50.12	-11.34	274.85	212.39	29.41
Sergipe	2003775	1.09	30.84	35.81	-13.88	323.12	292.09	10.62
Bahia	13927754	7.60	34.72	40.24	-13.71	290.58	255.95	13.53
Minas Gerais	19454621	10.61	16.56	19.94	-16.96	466.23	416.99	11.81
Espírito Santo	3467645	1.89	16.89	21.03	-19.68	480.69	451.69	6.42
Rio de Janeiro	15557046	8.49	11.84	13.86	-14.54	649.15	580.69	11.79
São Paulo	41056265	22.40	9.94	11.32	-12.22	656.53	616.28	6.53
Paraná	10378661	5.66	9.79	13.04	-24.91	555.32	520.9	6.61
Santa Catarina	5945492	3.24	4.68	6.35	-26.23	640.70	577.31	10.98
Rio Grande do Sul	10940384	5.97	10.20	12.22	-16.54	586.46	548.5	6.92
Mato Grosso do Sul	2294716	1.25	12.50	17.74	-29.56	493.75	435.39	13.40
Mato Grosso	2862607	1.56	15.48	17.58	-11.94	454.38	416.74	9.03
Goiás	5729829	3.13	13.48	17.46	-22.78	453.09	441.46	2.63
Distrito Federal	2370549	1.29	11.80	14.46	-18.37	937.26	854.87	9.64

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

¹⁸ Até 2004, as áreas rurais da região Norte não faziam parte dos dados coletados pela PNAD. A fim de manter a comparação temporal, adotamos a mesma metodologia de exclusão dessas áreas nos anos mais recentes (2004 a 2006).

10. Equações de Renda e Miséria (e Simuladores Associados)-

Um sistema de simuladores de probabilidades foi desenvolvido, a partir de modelos multivariados aplicados a variáveis de interesse contínuas (ex: renda) ou discretas (eg. probabilidade de estar abaixo da linha da miséria) controlado por atributos individuais e geográficos derivados de microdados. Os resultados estimados permitem identificar, por exemplo, vários fatores relativos a renda, a insuficiência de renda e seus impactos. Uma vez encontrados, todos esses fatores são sintetizados num único indicativo de probabilidade. Este exercício permite, de forma amigável e interativa, calcular a probabilidade de um indivíduo, dadas as suas características sócio-demográficas, geográficas e econômicas, ser ou não pobre.

10.1 Visão Geral dos Simuladores de Renda e Miséria -

http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/SIM_PNAD_port/renda.htm

Ferramenta utilizada para simular probabilidades, através da combinação de seus atributos. Para isso, selecione as suas características no formulário abaixo e clique em Simular.

Sexo	Masculino	Local de Moradia Precário	Sim
Raça	Branco	Grau Urbano	Metropolitana
Faixa Etária	35-45	Estado	SP
Anos de Estudo do Chefe	4 - 7	Nativo do Estado	Sim
Ano	1993		

Os gráficos apresentados mostram, na ordem:

- os valores médios de renda
- as probabilidades de estar ou não abaixo da linha da miséria

Uma das barras representa o Cenário Atual, com o resultado segundo as características selecionadas; a outra Cenário Anterior apresenta a simulação anterior.

10.2 Análise de Equações de Renda e de Pobreza

O objetivo desta parte é apresentar um quadro sobre os diferenciais de renda da população segundo idade, escolaridade, gênero, raça, status migratório e localização geográfica. As equações de renda aqui descritas conseguem explicar quase metade da variância da renda per capita observada entre os entrevistados pelo IBGE. Aplicamos a técnica de diferença em diferença que permite analisar os grupos que obtiveram maiores ganhos relativos ao longo do tempo.

Esse exercício foi aplicado para os períodos 1993-2006 e 1993-2005. Optamos como centro de análise a evolução temporal entre 1993 e 2006, uma vez que a comparação mais recente não permite tanta variabilidade nas estimativas controladas por grupos quando interagimos com a variável ano. Conforme podemos ver na tabela apresentada no apêndice, os termos interativos possuem pouca significância, quando analisados no período 2005-2006.

A tabela a seguir apresenta para característica da população os coeficientes estimados que correspondem à sua respectiva taxa de retorno da renda, controlado pelos demais atributos considerados, daí a sua utilidade. Exemplificando: podemos captar das informações bivariadas apresentadas anteriormente que a renda do homem é maior que a das mulheres. Agora a comparação que nos interessa particularmente aqui é aquela que compara homens e mulheres mantendo as demais características consideradas exatamente iguais.

Análises Multivariadas

A análise multivariada procurará dar conta das inter-relações através da análise de regressões de diversas variáveis explicativas tomadas conjuntamente, com o objetivo de se isolar o efeito de cada variável.

Regressão Logística - Essa técnica permite analisar as chances de ocorrência de um determinado evento para um indivíduo com iguais atributos, exceto um. Por exemplo, pode-se comparar as chances de indivíduos com o mesmo sexo, idade, anos de estudo, exceto a renda, de estar ou não abaixo da linha da miséria. A regressão logística permite estimar as probabilidades de ocorrência de um evento dado o conjunto de características observáveis.

Regressão de Mínimos Quadráticos Ordinários - Trabalhamos com uma análise da correlação entre renda por meio de uma regressão em variável contínua que permite comparar indivíduos que são iguais em uma série de atributos

observáveis menos a variável estudada. Por exemplo, a equação de renda permite estudar o papel de cada determinante dos níveis de renda da população.

Para uma descrição completa dos exercícios multivariados realizados neste trabalho basta acessar os simuladores presentes no site da pesquisa.

Apresentamos os principais resultados da equação de renda domiciliar per capita. De maneira geral esta regressão explica 46% da variabilidade de renda observada na população brasileira, o que corresponde a um bom coeficiente de explicação neste tipo de exercício.

O primeiro resultado é aquele que a renda aumenta com a idade, chegando a 83,9% maior para aqueles com 60 anos ou mais de idade. Olhando numa perspectiva temporal de diferença em diferença, todos os grupos etários obtiveram maiores ganhos relativos de renda entre 1993 e 2006 quando comparado à população com menos de 15 anos no mesmo período (base).

O segundo resultado é que renda sobe monotonicamente com a escolaridade. O retorno do investimento em educação para os que têm mais de 12 anos de estudo é bastante superior à base (183%). Numa visão temporal, essa distância entre os grupos vem diminuindo, já que o ganho relativo de renda foi maior entre os menos educados, conforme podemos ver pelo sinal negativo dos termos interativos (educação e ano). O mesmo resultado é encontrado na regressão logística de miséria, que apontam maiores chances, porém reduzidas ao longo do tempo no grupo sem escolaridade.

Os homens apresentam renda controlada maior que a das mulheres (3,4%). O ganho relativo deles entre 1993 e 2006, comparado ao delas no mesmo período é 2% maior.

A discrepância de renda entre afro e não afro-descendentes apresentam ligeira melhora ao longo tempo. Apesar da menor renda controlada do afrodescendentes, esses obtiveram um pequeno ganho relativo no período. (estatística significativa ao nível de 90%). Esse resultado também pode ser visto pelas chances reduzidas de miséria desse grupo (ao longo do tempo) quando comparado aos não afro-descendentes.

Em termos espaciais, os grandes centros possuem maior renda controlada (52,5% nas metropolitanas e 37,7% nas urbanas). Porém, os dados apontam decadência relativa dessas áreas frente as rurais. Resultado obtido pela interação dessa variável com o ano. Na equação de renda a perda relativa chega a -14,3% e -6,5% e na regressão logística a chance controlada de miséria no período é 35,2% e 8,5% maior, comparado à evolução rural no mesmo período.

Quando avaliamos o tipo de setor, as favelas apresentam pior resultado. A renda controlada das demais áreas é 20% maior e o ganho relativo em 2006, 7,2%.

Santa Catarina é o único Estado que estatisticamente significativo a 95% possui renda controlada maior que a de São Paulo (2,1%). Em termos de variação no período, o Estado da Paraíba é o destaque, onde os ganhos de renda no período foram os maiores quando comparado aos ganhos de renda de São Paulo (33,7%). No extremo oposto, o destaque é Roraima (-37,5%). Estes resultados são consistentes com as estatísticas controladas de miséria.

Equação do Log da Renda per CAPITA
Brasil - 1993 / 2006

Parâmetro	Categoria	Estimativa			
		Termo		Interativo com	
		Termo	Pr > t	ano	Pr > t
SEXO	HOMEM	0,034	<,0001	0,020	<,0001
COR	BRANCO	0,245	<,0001	-0,009	0,053
IDADE	De 15 a 25	0,322	<,0001	0,000	0,975
IDADE	De 25 a 35	0,297	<,0001	0,068	<,0001
IDADE	De 35 a 45	0,311	<,0001	0,084	<,0001
IDADE	De 45 a 60	0,570	<,0001	0,075	<,0001
IDADE	60 ou mais	0,839	<,0001	0,105	<,0001
EDUCA	1 a 3 anos	0,140	<,0001	-0,080	<,0001
EDUCA	4 a 7 anos	0,407	<,0001	-0,167	<,0001
EDUCA	8 a 11 anos	0,925	<,0001	-0,293	<,0001
EDUCA	12 ou mais	1,837	<,0001	-0,234	<,0001
TAM CIDADE	Metropolitana	0,525	<,0001	-0,143	<,0001
TAM CIDADE	Urbana	0,377	<,0001	-0,065	<,0001
SETOR	Não subnormal	0,201	<,0001	0,072	<,0001
UF	AC	-0,217	<,0001	-0,027	0,3853
UF	AL	-0,643	<,0001	0,038	0,0259
UF	AM	-0,388	<,0001	0,094	<,0001
UF	AP	-0,251	<,0001	-0,031	0,3967
UF	BA	-0,537	<,0001	0,132	<,0001
UF	CE	-0,718	<,0001	0,163	<,0001
UF	DF	-0,070	<,0001	0,147	<,0001
UF	ES	-0,306	<,0001	0,221	<,0001
UF	GO	-0,130	<,0001	0,050	<,0001
UF	MA	-0,755	<,0001	0,177	<,0001
UF	MG	-0,304	<,0001	0,183	<,0001
UF	MS	-0,147	<,0001	0,080	<,0001
UF	MT	-0,027	0,02	-0,025	0,0842
UF	PA	-0,378	<,0001	0,037	0,0025
UF	PB	-0,746	<,0001	0,337	<,0001
UF	PE	-0,723	<,0001	0,175	<,0001
UF	PI	-0,723	<,0001	0,210	<,0001
UF	PR	-0,169	<,0001	0,070	<,0001
UF	RJ	-0,272	<,0001	0,179	<,0001
UF	RN	-0,533	<,0001	0,161	<,0001
UF	RO	-0,198	<,0001	0,102	<,0001
UF	RR	0,092	0,05	-0,375	<,0001
UF	RS	-0,071	<,0001	0,007	0,4630
UF	SC	0,021	0,0406	0,103	<,0001
UF	SE	-0,412	<,0001	0,014	0,4258
UF	TO	-0,268	<,0001	-0,004	0,8518
MIGRA	Migrou	-0,010	<,0001		
ANO	2006	-0,092	<,0001		
Intercept		4,410	<,0001		

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Regressão Logística

População com Renda familiar per capita abaixo da Linha CPS - Brasil - 1993/2006

		Razão condicional			
		Termo		Interativo com	
Parâmetro	Categoria	Termo	sig	ano	sig
SEXO	HOMEM	0,940	**	0,963	**
COR	BRANCO	0,651	**	1,017	**
IDADE	De 15 a 25	0,455	**	1,026	**
IDADE	De 25 a 35	0,557	**	0,855	**
IDADE	De 35 a 45	0,535	**	0,809	**
IDADE	De 45 a 60	0,335	**	0,811	**
IDADE	60 ou mais	0,115	**	0,663	**
EDUCA	1 a 3 anos	0,794	**	1,150	**
EDUCA	4 a 7 anos	0,464	**	1,390	**
EDUCA	8 a 11 anos	0,166	**	1,690	**
EDUCA	12 ou mais	0,074	**	1,299	**
TAM CIDADE	Metropolitana	0,374	**	1,352	**
TAM CIDADE	Urbana	0,446	**	1,085	**
SETOR	Não subnormal	0,720	**	0,886	**
UF	AC	2,613	**	0,710	**
UF	AL	5,439	**	0,715	**
UF	AM	2,897	**	0,541	**
UF	AP	2,776	**	0,615	**
UF	BA	4,010	**	0,618	**
UF	CE	4,339	**	0,692	**
UF	DF	1,628	**	0,732	**
UF	ES	2,496	**	0,514	**
UF	GO	1,509	**	0,685	**
UF	MA	5,493	**	0,672	**
UF	MG	2,386	**	0,532	**
UF	MS	1,469	**	0,613	**
UF	MT	1,245	**	0,790	**
UF	PA	2,598	**	0,816	**
UF	PB	5,345	**	0,421	**
UF	PE	5,268	**	0,620	**
UF	PI	5,032	**	0,594	**
UF	PR	1,169	**	0,729	**
UF	RJ	1,733	**	0,710	**
UF	RN	4,162	**	0,539	**
UF	RO	1,539	**	0,754	**
UF	RR	1,638	**	1,391	**
UF	RS	1,070	**	0,852	**
UF	SC	0,782	**	0,529	**
UF	SE	3,332	**	0,758	**
UF	TO	2,103	**	0,782	**
MIGRA	Migrou	0,971	**	-	
ANO	2006	1,342	**	-	
Intercept		0,4035	**		

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

11. Inércia e políticas de renda¹⁹

“O hiato temporal envolvido no ataque à desigualdade inercial é superior ao mandato dos políticos, exigindo políticas de renda e metas sociais de longo prazo.”

O Brasil foi o recordista mundial de inflação no período 1973-1994, superando inclusive a Argentina, nossa eterna rival neste campo. Em bases médias anuais, eis o placar: Brasil 127% *versus* Mundo 17%. Uma das principais causas da goleada brasileira é a nossa crônica capacidade de acomodar conflitos. Cada agente, na tentativa de se defender da inflação através do reajuste periódico e automático de sua respectiva renda, acabava por perpetuar a inflação de todos. Esta é a essência da inércia inflacionária.

No livro “30 anos de indexação” publicado em 1995, Mário Henrique Simonsen estudou a mais longa experiência ininterrupta de indexação então em operação. Simonsen entendia melhor do que ninguém o papel das políticas de renda no Brasil tendo declarado em seu referido livro que o Brasil em 1995 era a mais longa experiência de indexação oficial de salários então em operação. Ele diz no novo livro que a principal característica da indexação tupiniquim era o seu caráter compulsório.

Outra característica era a sua generalidade, que afetava não só todos os preços-chave da economia (câmbio, tarifas públicas, etc.), mas toda a distribuição de salários. Existiam cláusulas oficiais de indexação para todos os níveis salariais privados. Uma espécie de amarra distributiva institucionalizada que não resolvia conflitos ou diferenças. Uma tentativa frustrada de amenizar conseqüências da convivência com a inflação que autopropagava a inflação. Simonsen foi buscar na teoria dos jogos, quando esta era desconhecida dos brasileiros, a teoria geral por trás da armadilha que transformava a inflação presente em inflação futura.

¹⁹ Este artigo reproduz palestra intitulada “Income Policies” como parte da Mário Henrique Simonsen Lecture, apresentada no Latin-American Meeting da Econometric Society, realizada na EAESP/FGV em agosto de 2002.

A principal tecnologia aqui desenvolvida no combate ao ciclo vicioso da inflação foi a busca de intervenções diretas no processo de formação de preços e salários. O objetivo deste tipo de política de renda era romper com a correia de transmissão da inflação, sem afetar o *status quo* da distribuição de renda. Até porque se a tentativa fosse atacar os dois problemas simultaneamente, seria um duplo fracasso. Desse tipo de enfoque surgiram prescrições de políticas que culminaram no plano Real. Simonsen não foi um dos pais do Plano Real, foi o avô.

O Plano Real foi antecedido de uma fase em que foi introduzida uma moeda (quase) perfeitamente indexada. A idéia foi reproduzir artificialmente o que acontece num processo de hiperinflação sem ter de passar por uma, embora tenhamos nos aproximado bastante do feito²⁰. Outro objetivo era se evitar o longo e custoso caminho de combater a alta inflação através da recessão, embora Simonsen sempre frisou da importância de políticas monetária e fiscal austeras para que a estratégia de estabilização baseada em políticas de renda funcionasse a médio prazo. O aumento da frequência de reajustes elimina a inércia inflacionária, facilitando a estabilização, quando os preços estão sincronizados em uma moeda alternativa, a URV aqui, ou o dólar nas hiperinflações, basta fixar a taxa de câmbio para cessar a inflação. O objetivo era evitar o longo e custoso caminho de combater a inflação alta através da recessão, embora Simonsen sempre frisasse a importância de políticas monetária e fiscal austeras.

Os gráficos apresentam a distribuição de frequências da taxa de variação dos salários nominais no setor formal da economia durante alguns meses de 1994, quando o Plano Real foi aplicado. O objetivo é fornecer em detalhe microeconômico o processo de entrada e saída da moeda indexada (URV), regida pela dupla fase de implantação do Plano Real. O aspecto que mais salta aos olhos é a acumulação da massa de reajustes nominais de salários em torno de uma faixa positiva no período de inflação alta, quando a URV passou a vigorar ser incorporado Março de 1994. Esta é uma medida de adesão à moeda indexada.

²⁰ Segundo a definição clássica de Cagan, um episódio de hiperinflação corresponderia a mais de seis meses com inflação superior a 50% mensais.

Nos meses anteriores, em janeiro e fevereiro, de 1994, observamos alguma concentração de massa no ponto de reajuste nominal zero (a reta vertical). Já nos meses pós-URV, de julho de 1994 em diante, observamos forte aumento de concentração de massa no ponto de reajuste nominal zero, fruto da baixa da inflação e introdução do real em substituição à duplicidade monetária anteriormente observada.

Esta sofisticada tecnologia de combate à inflação é de origem brasileira. Simonsen foi, provavelmente, o seu maior conhecedor, tanto na teoria como na prática. Falta agora aplicar essa engenhosidade, observada nas políticas de renda, a outros persistentes problemas brasileiros.

11.1 A desigualdade inercial

Hoje ocupamos o topo do *ranking* mundial da desigualdade de renda (de acordo com o ranking do relatório Equity and Development do Banco mundial passamos de 2001 a 2005 de 3 a 10 do ranking mundial – ver Ferreira. O que impressiona nas nossas séries históricas é não só o nível, mas a persistência da desigualdade, inalterada desde os anos 60. A inércia da desigualdade de renda brasileira é muito mais forte do que a da inflação. A inflação inercial era um fenômeno de no máximo bases anuais, enquanto a desigualdade inercial se transmite ao longo de gerações.

Mais uma vez, pelo menos parte das causas da desigualdade parece estar nas políticas de rendas fixadas e financiadas pelo Estado. Ricardo Paes de Barros do Ipea disse, certa vez, que o efeito distributivo dos gastos sociais brasileiros era pior do que aquele obtido ao se jogar dinheiro de helicóptero. A analogia se refere ao nível de desperdício e à falta de foco inerentes aos referidos processos.

Como na luta contra a inflação, é preciso desindexar a desigualdade, romper com o passado. Como quando se concede maiores reajustes dos benefícios sociais para os mais pobres. É verdade ainda que a adoção de políticas de renda alternativas, por si, não resolve nem os fundamentos da estabilidade, nem os da equidade. O que vai determinar em última instância a

estabilidade de preços são políticas fiscal e externa equilibradas ao longo do tempo. Da mesma forma que mudanças sustentáveis da distribuição de renda exigem alterações na distribuição da riqueza entre indivíduos.

A adoção de políticas de rendas pode acelerar o processo, o que é ainda mais crucial no caso da desigualdade do que no da inflação. O processo de redistribuição de riqueza opera de forma lenta. Por exemplo, o investimento em educação, principal determinante observável das disparidades de renda, demora décadas para maturar. O papel acelerador das transferências de renda deve ser combinado com o uso de incentivos à acumulação de capital pelos pobres para que a direção dos novos fluxos renda, seja consistente com a situação desejada para os estoques no longo prazo. O bolsa-escola procura fazer justamente isso em relação ao capital humano²¹.

A defasagem temporal envolvida no ataque à desigualdade é superior ao mandato dos políticos. O que o Estado pode fazer, além de propiciar aumento dos ativos produtivos dos pobres, é adotar políticas de renda socialmente inteligentes e atuar como coordenador do processo. Este descasamento de prazos e a complexa natureza política do problema exigem que a bandeira contra a desigualdade seja encampada por toda sociedade, caso contrário continuaremos deitados em berço esplêndido. Neste sentido a adoção de metas explícitas de redução de pobreza pode desempenhar papel central no ataque frontal à miséria, como elemento coordenador, disciplinador e motivador.

12. A Próxima Geração de Políticas de Rendas

Os pesquisadores da área social buscam, à luz da evidência empírica disponível, chegar a uma nova geração de políticas públicas. Uma espécie de Santo Graal, que nunca é alcançado, mas cuja busca conduz a renovadas conquistas. Se fossemos sintetizar os principais elementos hoje perseguidos no desenho de inovações das intervenções sociais - isto é, o que é IN em políticas

²¹ Eduardo Suplicy, certamente o maior defensor de renda mínima no país, atribui a autoria da idéia do Bolsa-escola a José Márcio Camargo. Outro exemplo da inventividade brasileira em políticas de renda. (Ver o artigo "O Máximo da Renda Mínima" publicado na Conjuntura Econômica de abril último).

sociais - poderíamos concluir que estes são: incentivos, informação e infância²².

Ao refletir sobre universalização versus focalização, lembramos de um debate interessante no Brasil, há cerca de quatro anos atrás. Na época, falar em focalização era palavrão, mantendo-se assim por um longo período de tempo. Atualmente, focalização avançou, conquistou espaço, cuja melhor representação é o próprio Bolsa-Família, algo diferente nos últimos cinco anos em relação aos últimos trinta. A desigualdade no Brasil caiu a olhos vistos como as séries não demonstravam até então. O Brasil fez realmente uma opção pela focalização por buscar os mais pobres, tendo no Bolsa-Família seu maior exemplo. Nesse ponto, defendemos até uma radicalização desse movimento. Ricos, pobres, classe média, todos precisam do Estado, mas os pobres devem ser os primeiros na fila desse acesso. Recentemente, nos últimos anos, o estado brasileiro começou a fazer isso. De acordo com Muhammad Yunus, o pobre deve entrar no Mercado, o que seria uma espécie de choque de capitalismo nos pobres. Os mais pobres precisam de portas de saída de pobreza e não de assistencialismo puro. Enquanto a classe média e a classe elite têm acesso a Mercado de alguma forma, os pobres não. Devemos ter uma estratégia que, ao fim, pense numa inserção produtiva. Hoje ainda não temos isso; este é um desafio a ser colocado. O pobre não precisa de uma bengala, nem de uma rede, ele precisa de um trampolim para acessar mercados. Não que seja fácil fazer isso, mas este seria o sonho. Mirar nos pobres, acertar nos pobres e transformar suas vidas. Os dois primeiros passos já estamos fazendo melhor do que anteriormente. Porém, o “transformar a vida dos pobres” permanece bastante desafiador.

Discutimos quais são os desafios da política social. O que fazer e o que não fazer com maior atenção na questão de transferência de renda, que ocupa hoje um lugar de destaque cada vez maior nos orçamentos sociais. Apresentamos uma discussão mais geral da política de transferência de renda. Na seção seguinte faremos uma discussão de melhoramentos nos principais programas de transferência de renda no Brasil, tais como Bolsa-Família, LOAS

²² Da mesma forma, o que está *Out* nas políticas públicas também começa com in: ineficiência, iniquidade e inflação.

e Previdência Social com alguma ênfase no primeiro. Na seção quatro discutimos upgrades do Bolsa-Família.

12.1 Pontos

O primeiro ponto que pode apresentar certa contradição é acharmos que o otimismo de uns é surpreendido pela visão sombria de outros. A solução deste paradoxo está em uns acharem que o Bolsa-Família é a boa política social em termos de foco e que o resto da política social brasileira é em geral muito ruim. Isso busca dizer que quem está dentro do programa Bolsa-Família tem uma visão melhor para quem olha o conjunto da política social. O Bolsa-Família tem um grande espaço de melhora. Ele é uma plataforma de acesso aos pobres que o Brasil nunca teve, mas por enquanto, é só uma plataforma. Ainda não tem uma pista para as pessoas decolarem, entretanto é uma possibilidade importante.

A meta do Bolsa-Família, fixada há três anos atrás, era atingir 11,1 milhões de famílias. Esta foi concluída em junho de 2005. Quando se atinge uma meta surgem algumas questões. O que fazer agora? Qual é o próximo desafio? É preciso refletir sobre tais questões. Se já alcançamos a meta, podemos agora melhorar em termos de qualidade e não aumentar a quantidade. Uma questão importante e preocupante diz respeito à universalização. A política de transferência social não é para ser universalizada.

A defesa de universalização da transferência de renda é um equívoco no meu entender. Nesta visão o Bolsa-Família seria um estágio para chegar a todos. Receberíamos transferências de renda, a título de política social? Isto seria um equívoco. O Brasil já gasta muito, e gasta mal na política social, em transferência de renda. Elevar os gastos seria um erro. Seria mais fácil atingir 25% da população do que 100%? Ter um sistema para 100% da população é uma operação de guerra complicada e inclusive existem dúvidas, obviamente são questões empíricas, como a influência na fecundidade. Se todo brasileiro tiver acesso a uma bolsa, então, ter filhos pode incentivar uma coisa que os pobres já fazem mais. O que não há dúvida é que um sistema desses pode gerar uma indústria de certidões de nascimento falsas, etc. O jeitinho brasileiro não deve ser menosprezado.

Há que se fazer alguns estudos, sobre o Bolsa-Família, objetivando melhorar a focalização. A focalização é uma qualidade e não um defeito. Os programas estão cada vez mais atingindo o alvo. O Bolsa-Escola do Governo Fernando Henrique fez isso, muito melhor do que os programas anteriores. O Bolsa-Família dá um passo além, fazendo a focalização num sentido até mais complexo.

Quando apreciamos os programas sociais antigos, e comparamos pessoas que têm a mesma renda, moram no mesmo estado, no mesmo tipo de cidade, do mesmo sexo, com a mesma educação paterna, etc., vemos que as características de controle dos programas antigos discriminavam implicitamente negros e favelados. Nos novos programas, o negro ou o favelado têm mais chances de ascender a esses programas. É como se fosse uma política de ação de afirmação implícita. Isso quer dizer que, ser negro ou favelado carrega um estigma de pobreza, e portanto, se a política favorece aos mais pobres, é mais fácil ter acesso a essa política.

O Brasil tem avançado muito e agora vive um paradoxo. Com a nova geração de políticas sociais, ele tem avançado bastante, mas tem mantido o seu antigo regime de políticas sociais intocado assim como expandido. Isso é bem representado pelo salário-mínimo. O Brasil fez dois movimentos: expandiu o Bolsa-Família a uma taxa bastante substantiva, mas também expandiu o salário-mínimo. Comparando, a capacidade deles em chegar aos pobres é completamente diferente. Apreciando-se os últimos quatro anos, cada Real aplicado no Bolsa-Família, tem a capacidade de reduzir a pobreza 4 a 5 vezes mais, ou seja, 400 % a 500% mais, do que um Real a mais de reajuste do salário-mínimo. Não falamos de 20%, nem 30%, falamos de 500%.

O Brasil tem dificuldade de fazer escolha. Essa é uma característica do brasileiro. A nossa tradição de alta inflação representava em parte isso. O fato é que todo mundo se defendia da inflação, resultando em mais inflação para o futuro. Essa mesma dificuldade é representada na alta desigualdade brasileira. Todo mundo é pobre no Brasil, e então não olhamos realmente para os brasileiros pobres. Estamos começando a fazer isso agora e isso envolve fazer escolhas difíceis que poderiam ser chamadas de “Escolhas de Sofia”.

Estamos agora em uma situação adversa, onde um regime antigo e ineficiente de políticas sociais cresce junto a um novo regime de melhor

qualidade. Isso acaba travando a economia brasileira. Nosso volume de gastos sociais e públicos é grande. Quando se expande o antigo regime, não se atenta para o fato dele ter catraca. Catraca constitucional que não volta. Uma vez que se decide reajustar o salário-mínimo, ele está no sistema até que uma hiperinflação o corra. Apesar das decisões de ampliar o antigo regime, ele é muito bem estruturado. Ele tem cláusulas do tipo: “O poder de compra é um poder que tem que se manter sobre qualquer circunstância”. O novo regime não tem isso, e não deve ter mesmo. Existem pessoas que falam: “Há uma desigualdade de tratamento. O Bolsa-Família que não está na Constituição. O salário-mínimo e a Previdência estão na Constituição. Então, vamos botar o Bolsa-Família na Constituição”. Isso é errado. É importante buscar uma equidade mas penso que deveríamos botar em todos os programas de Assistência Social - uma tarefa politicamente impossível no mesmo lugar. Por qual razão uma pessoa que mora na área rural que nunca contribuiu para a previdência, tem acesso, por exemplo, ao LOAS, a uma aposentadoria rural, ou ainda a uma renda de um salário-mínimo, enquanto uma criança, também, que nunca contribuiu, recebe dez vezes menos? Qual é o critério de justiça nessa questão? A nossa preocupação está num regime que expande e já é dez vezes maior para pessoas que deveriam ter um tratamento igual.

O Brasil deveria integrar o tratamento dado na área de assistência e de transferência de renda, colocando a Previdência Social num outro compartimento. Existe o compartimento das transferências sociais e um conjunto de políticas sociais. Não está clara qual é lógica social para dar um tratamento para um idoso na área rural muito diferente do que para uma criança que vai determinar o futuro do Brasil. E essa é a realidade. Temos o Bolsa-Família em expansão. Mas em 1991 qual era a renda per capita, a renda domiciliar per capita de uma criança e a de um idoso? A do idoso era duas vezes a de uma criança. Hoje em dia é três vezes maior. Estamos aumentando a distância de tratamento. A focalização, pensando em um regime mais pró-pobre, é uma característica bastante importante. O grande centro da política de combate à pobreza do governo federal chama-se Bolsa-Família e não Fome Zero. Cabe agregar outros programas a essa plataforma de acesso aos pobres e pensar estratégias.

Apreciando-se os dados ocorridos no Brasil desde a recessão de 2003, temos colhidos reduções de pobreza e de desigualdade bastante diferenciados em relação ao nosso padrão histórico. Esse é o ponto positivo. Porém os dados na área de educação, de trabalho infantil, etc. têm demonstrado certa fraqueza. O trabalho infantil cresceu na última PNAD, educação está desacelerando o progresso educacional. Uma parte importante da agenda é olhar mais para o lado educacional do Bolsa-Família. Esse é um desafio que está colocado. O Bolsa-Família tem expandido, porém o trabalho infantil também. Há algo errado que precisa ser investigado. Vejamos a questão de cotas raciais versus cotas sociais. A estratégia de cotas sociais é bastante interessante, porque se botarmos muitas cotas, muitos tratamentos diferenciados, vai ser mais difícil ver o todo. Começando por um tratamento para uma pessoa com determinada característica específica, a possibilidade de se ver o conjunto da sociedade vai se tornar mais difícil. Existem evidências que políticas focalizadas tendem a favorecer mais afro-descendentes, mais pessoas que as cotas raciais ou de outra natureza deveriam atingir prioritariamente.

O Brasil tem um volume de gastos sociais muito grandes. Padrões internacionais mostram que o Brasil gasta 25% do PIB na área social. Qual o país da América Latina que gasta tanto em proporção ao PIB na área social? Incluímos os gastos com a previdência nessa conta. O Brasil gasta muito na área social, mas gasta mal. Ele precisa melhorar a qualidade, e um elemento fundamental na melhora de qualidade é a questão da focalização. Produzimos avanços importantes, mas não estamos separando o joio do trigo. Um outro avanço importante embutido no Bolsa-Família é a figura das mães. A utilização das mães como canal de acesso para se chegar às crianças das famílias pobres é alguma coisa bastante mais interessante do que usar uma estratégia única, baseada, por exemplo, na pessoa de terceira idade. O idoso mora com pouca criança. O idoso, hoje, não é pobre e uma criança é pobre em muito maior probabilidade do que um idoso. Existem estatísticas do IPEA, onde a probabilidade de você achar um idoso entre os pobres é cada vez menor, apesar de se encontrar cada vez mais idosos na nossa população.

Temos que fazer realmente uma opção pelo futuro, uma opção pelos mais pobres. Essa opção preferencial pelos pobres, que se identifica com a da Madre Teresa de Calcutá, é muito importante no Brasil. O Brasil nunca fez essa

opção. Está fazendo pela primeira vez uma escolha mais direcionada para isso e estamos colhendo resultados. Seria interessante vermos pesquisas, como as da PNAD, serem direcionadas. Ainda não são. Não estamos avaliando um programa específico, estamos olhando para a população brasileira como um todo. Os dados estão mostrando com muita clareza que a desigualdade no Brasil está caindo. O Bolsa-Família tem um impacto importante nesse processo. Isso é algo que deve ser comemorado. Pensando nas melhoras da política social, a concepção de um Bolsa-Família em buscar os mais pobres é uma concepção interessante. Precisamos fazer uma plataforma de acesso a serviços para aqueles que precisam mais, levando mais a sério a questão de condicionalidades.

Uma crítica que muitos fazem ao Bolsa-Família é a falta de fiscalização. Porém, não é necessário fiscalizar muito. Existem outras atividades que precisariam ser mais fiscalizadas. Por exemplo, a Bolsa-Pré-escola, vinculada à qualidade da educação de 7 a 15 anos. Existe a prova Brasil que avalia o aprendizado efetivo das crianças. Existem também referências para saber a situação de todas as escolas públicas no Brasil, uma a uma. Logo, poderia se criar um sistema de incentivos. Um outro “upgrade” importante é um pouco na linha do Yunus, na associação do acesso a crédito ao Bolsa-Família. Isso é possível. É muito mais barato e existem instituições creditícias, como a Caixa Econômica Federal, que têm o cadastro dos beneficiários do Bolsa-Família. O fluxo de caixa dessas pessoas é em larga medida, pobre e informal. O problema de assimetria de informações do próprio programa poderia ser resolvido. O Bolsa-Família seria transformado na linha de crédito consignado para aposentadorias. É factível dar algum grau de liberdade para a escolha de benefícios. Todos os custos fixos para executar boa parte deles já foram incorridos com a própria instituição do programa. As pessoas devem escolher ou não o que consumir?

É possível agregar esses graus de liberdade ao programa; falta dar mais transparência. O programa tem, por exemplo, uma coisa interessante no lado da transparência que é a lista dos beneficiários por município na Internet. Isso às vezes permite localizar a filha de um prefeito recebendo o Bolsa-Família. Isso é ótimo, porque depois de alguns escândalos desse tipo, o programa converge. Entretanto, não dá para comparar a disponibilização de dados do

nosso programa com o mexicano. O Bolsa-Família deles é chamado de Oportunidad. Em qualquer congresso internacional, a quantidade de trabalhos feitos por pessoas de altíssimo gabarito é significativa, face à base de dados deles. Um bom programa é assim: cada congresso, mais trabalhos. É uma maneira de obter uma transparência, uma avaliação da credibilidade. O Bolsa-Família tem muito a se beneficiar dessa transparência.

De uma maneira geral, a Constituição de 1988 fez vários avanços, mas uma concepção que está embutida dá o direito a estados e municípios a um determinado recurso na área de saúde, na área de educação, etc., mas não exige mostrar desempenho no uso desses recursos. É uma diferença de tratamento. O tratamento que o Bolsa-Família, por exemplo, dá a uma família é o seguinte: “Te dou o dinheiro e você põe o teu filho na escola, se não, tiramos o dinheiro!” Por quais razões os estados e municípios merecem um tratamento diferente desse? Então, deve-se levar o mesmo tipo de princípios do Bolsa-Família para a relação do governo federal com estados e municípios, para tornar os programas consistentes.

Defendemos um sistema de metas e crédito social. Um sistema onde estados e municípios mostrem avanços no seu desempenho social, merecendo mais acesso a recursos, do que aqueles que não oferecem esse tipo de desempenho. Estamos falando de eficiência. Pobre por definição não é eficiente, se o fosse não seria pobre. Um estado, um município eficiente não seria pobre. Mas é possível o desenho desse sistema de forma que seja uma estrutura que favoreça os mais pobres. Por exemplo, se a meta for 100% de crianças na escola, o estado que tem 50% das crianças na escola pode dobrar. Um que já tem 98% das crianças na escola estará batendo com a cabeça no teto. É uma corrida que favorece aos mais pobres. O Brasil precisa, de certa forma, se afastar desse modelo constitucional que não tem contrapartidas, aonde os gastos são rígidos. Se as nossas políticas e estruturas institucionais não forem capazes de acompanhar as mudanças que estão acontecendo, elas irão ficar velhas, como já estão velhas as mudanças constitucionais de 15 anos atrás. O Bolsa-Família é melhor, porque ele foi feito há dois anos.

Se tiver a fotografia de um programa e enrijecer a fotografia do passado, como aconteceu em muitos casos na Constituição, se perde a capacidade de fazer mudanças. Temos que ter um sistema competitivo entre programas.

Temos que pegar o mau programa social, ou o que não seja tão bom e diminuir. Isso não se faz no Brasil: o programa é instituído e fica. Não parar com isso aumenta a carga fiscal, colocando mais peso na economia. Nos últimos anos, a economia brasileira tem vivido esse paradoxo. Cresce muito pouco, embora nos dois últimos anos, haja controvérsias sobre isso. Pelos dados do PIB, em 2005 o Brasil cresceu 0,83 per capita, pela PNAD cresceu 6,6 %. Não sabemos se estamos no Haiti ou num país emergente. Entretanto, apreciando-se os últimos dez anos, o Brasil cresceu muito pouco: a renda média do Brasil per capita teve crescimento zero. A renda dos pobres aumentou porque a desigualdade caiu.

Ano	variação do Pib per Capita
1990	
1991	-0,67%
1992	-2,12%
1993	3,05%
1994	3,63%
1995	2,86%
1996	0,63%
1997	1,78%
1998	-1,49%
1999	-1,16%
2000	2,70%
2001	-0,18%
2002	1,23%
2003	-0,35%
2004	4,17%
2005	1,50%
2006	2,30%

Fonte: IBGE e IPEA

Esse não é um sistema sustentável no longo prazo. É atípico, bonito, mas nos próximos dez anos, teremos problemas. Temos que buscar eficiência, focalizando as políticas sociais. Temos que buscar as tais portas de saída da pobreza, através de mais opções. Na área social em particular temos dificuldade para fazer escolhas. O Brasil tem que começar a escolher e a série dos últimos anos mostra com clareza quais foram os avanços e quais foram os retrocessos. O que é interessante é que ambos são bem diferentes da série histórica do Brasil. O Brasil sempre foi o país que cresceu muito, com desigualdade alta. Agora somos um país que cresce pouco com desigualdade

em queda. Estamos refazendo a nossa história, e devemos aproveitar e buscar uma história mais interessante. Podemos crescer mais com melhora na desigualdade. Para tanto, temos que fazer uma escolha: desativar o antigo regime de políticas sociais e apostar num novo regime que busca mais os pobres e uma transformação na vida deles.

12.2 Bolsa-Família 2.0

Discutimos aqui em detalhes um pouco mais técnicos, o binômio de O QUE FAZER? (e O QUE NÃO FAZER?) na área social. Mais especificamente, olhamos estas questões sob a perspectiva das políticas de transferência de renda do governo federal que ocupam lugar de destaque no orçamento público brasileiro. Isto inclui: 1) A focalização e o volume de gastos sociais (e a carga tributária associada). 2) A interação destes gastos com o de outros setores tais como educação, saúde, infra-estrutura, entre outros através de condicionalidades. 3) As inovações no desenho e na operacionalização das políticas, em particular no Bolsa-Família que favoreçam o acesso dos mais pobres aos mercados. Isto equivale à criação de autênticas portas de saída, através do que se poderia chamar de choque de capitalismo nos pobres.

O Brasil continua a gastar muito e mal na área social, o que acaba por travar o crescimento da economia. Realizamos inovações como a criação e difusão de programas de transferências focalizadas e condicionadas de renda na linha das bolsa escola, e etc. de FHC, integrados e expandidos sob a égide do Bolsa-Família de Lula. Estes programas guardam a promessa de combater a pobreza presente e futura, através de subsídios cruzados a educação e a saúde voltados aos mais pobres. Por outro lado, continuamos a expandir aplicações em políticas menos efetivas com aquelas associadas aos reajustes reais do salário-mínimo. Estas são políticas que guardam menor capacidade relativa de chegar ao pobre e de transformar a vida deles. Reajustes do mínimo reduzem nossa capacidade de fazer escolhas pela irreversibilidade das cláusulas constitucionais que garantem a manutenção do poder de compra dos benefícios previdenciários ao longo do tempo.

Qual seria o melhor mix de tipos de políticas de transferências de renda? Uma separação entre previdência e assistência social, e uma maior integração

deste último componente a programas como o Bolsa-Família poderia ajudar na consecução das melhores escolhas. Defendo que se coloque sob um guarda-chuva integrado o conjunto de transferências governamentais não contributivas como a aposentadoria rural, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos diversos programas que compõe hoje o Bolsa-Família. É preciso também integrar no mesmo processo decisório de ganhos reais conferidos a pensões e aposentadorias vinculadas ao salário-mínimo. É tempo de se investir na qualidade (e não a quantidade) destas transferências, na sua capacidade de chegar aos mais pobres e de transformar as suas vidas de maneira perseverante. O centro dos debates de upgrades da política social deveria ser buscar uma maior unificação das diferentes ações sociais. Esta é uma das chaves da especificação do Bolsa-Família versão 2.0.

Os defensores do Bolsa-Família tem tipicamente se aliado a política de reajustes reais do mínimo e enfrentado a oposição daqueles por ótimos motivos preocupados com a questões fiscal e educacional brasileiras. Na verdade, os apreciadores do Bolsa-Família deveriam combater os do salário-mínimo, com quem disputam recursos públicos escassos. Uma alternativa que deve ser evitada é a da universalização das transferências de rendas segundo a qual cada brasileiro, inclusive os ricos, terá direito a uma renda mínima. O custo de universalizar uma renda mínima a cerca de 27% da renda das famílias, ou 5,6 vezes o valor da perfeita focalização que o Bolsa-Família tenta implementar. Os verdadeiros aliados do Bolsa-Família deveriam ser os defensores do erário público, como maneira fiscalmente mais efetiva de se chegar ao pobre - ou seja, de se fazer mais pelo social com menos recursos públicos. Neste sentido, a meta recém-atingida do atendimento de 11.1 milhões de famílias pelo Bolsa-Família, deveria suscitar a pergunta de até aonde ir com o programa. Defendemos que o tamanho chegou ao seu tamanho ideal de população e que devemos pensar em melhorar a qualidade, criando portas de saída do programa seja pela emancipação da pobreza, seja por melhorias do cadastro, trocando beneficiários pouco pobres, ou não pobres, por beneficiários mais pobres, excluídos do programa.

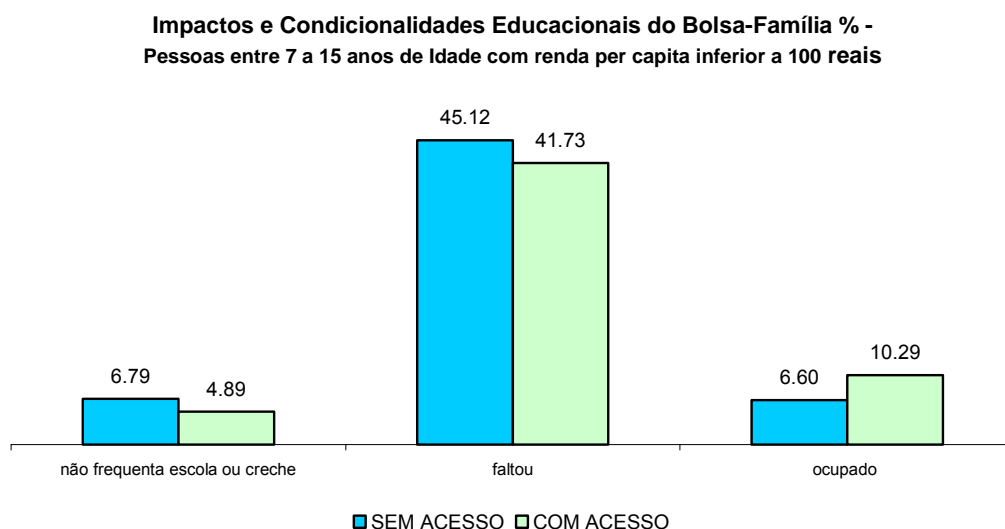
Outros aliados do Bolsa-Família 2.0 seriam os defensores da causa educacional. Educação ocupou papel central no debate presidencial recente acerca das transformações sociais possíveis, tal como a área de saúde ocupou

na eleição presidencial de 2002, função da candidatura de José Serra. Cristovam Buarque com o seu adorável samba de uma nota só e o surgimento de iniciativas da sociedade civil como o Compromisso Todos pela Educação, entre outros, colocam a educação como bola da vez das oportunidades de avanço. A adoção de políticas de renda pode acelerar o processo de redução de desigualdade. O processo de redistribuição de riqueza opera de forma lenta, particularmente no caso do investimento em educação, principal determinante observável das disparidades de renda que demora décadas para maturar. O papel acelerador das transferências de renda deve ser combinado com o uso de incentivos a acumulação de capital pelos pobres, para que a direção dos novos fluxos renda seja consistente com a situação desejada para os estoques no longo prazo. A Bolsa-Família foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionados a freqüência escolar no ensino fundamental, a vacinação e aos exames pré-natal. O foco neste grupo etário se justifica pelo nível mais alto das carências observadas, como pelo alto retorno de ações educativas encontradas. Diversas falhas de mercado justificam a correção de incentivos imposta pelo Bolsa-Família, como a existência de restrições ao crédito, retornos crescentes e da atuação de externalidades na educação. Essas imperfeições inibem o pobre de investir no futuro, seu e da sociedade, uma vez que a luta pela sobrevivência imediata goza de natural prioridade. A contrapartida de freqüência escolar da Bolsa-Família representa, em tese, um subsídio direto à educação tanto quanto os programas de merenda escolar e livros didáticos o são.

12.3 Upgrades Sociais

O Bolsa-Família dá incentivos às crianças de 7 a 15 anos a se matricularem na escola e a freqüentarem pelo menos 85% das aulas. Este é um segmento onde a quase a totalidade das crianças já estariam matriculadas na escola, mesmo sem o programa. Os dados abaixo gerados a partir do suplemento especial da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD) de 2004 comparam as taxas de matrículas e de freqüência escolar de beneficiários e de não beneficiários de programas infantis como o Bolsa-Família para a população pobre situada dentro dos limites do programa com renda per capita de até 100 reais por mês. Notamos uma melhora modesta na matrícula escolar e na

assiduidade escolar e uma surpreendente piora do trabalho infantil na faixa de renda e etária sujeita a condicionalidades educacionais.



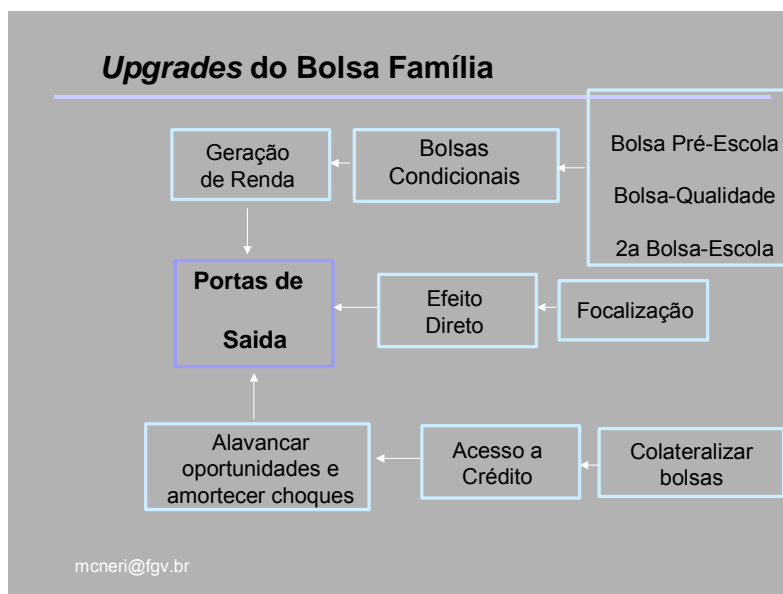
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Suplemento Especial da PNAD/IBGE de 2004

Através de modelos estatísticos, realizamos alguns exercícios controlados, onde simulamos as probabilidades de um menino, afro-descendente com 15 anos de idade, imigrante, residindo em favela situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, cuja renda domiciliar per capita era de R\$ 70,00 mensais e que tem acesso a algum programa social destinado a crianças. Sua probabilidade de freqüentar escola é 95,88%, faltar mais de 5 aulas (33,52%) e estar ocupado 15,81%. Caso esse menino não tivesse acesso a nenhum programa social, a probabilidade de faltar aulas seria maior (36,22%). Por outro lado, são reduzidas as probabilidades de freqüentar escola e estar ocupado (91,57% e 79,83%, respectivamente). Ou seja, os resultados qualitativos citados se mantêm no exercício quando se isola o efeito do acesso ao programa das demais características observáveis. Complementarmente, os dados da PNAD 2005 quando comparados aos de 2004, ao mesmo tempo em que apontam uma melhora até certo ponto surpreendente dos indicadores sociais da renda em geral, revelam alguns dados preocupantes de deterioração do trabalho infantil na faixa etária coberta pelo Bolsa-Família e de evasão escolar na faixa etária de 15 a 17 anos, logo acima da dos beneficiários do Bolsa-Família.

O Bolsa-Família parece ser um bom programa de transferência de renda—que dá o peixe—mas não um programa educacional revolucionário que ensina a pescar. Um norte é o da melhora na qualidade da educação. O problema crucial hoje não é a frequência, ou estar matriculado, na escola. Freqüentar a escola é importante, mas o que capta o efeito dessas duas coisas é a qualidade da educação que é baixíssima no Brasil. Usar incentivos pecuniários para que as crianças fiquem mais tempo nas escolas e as motivem a melhorar o seu aprendizado pode ser interessante. Hoje temos a nossa disposição os resultados frescos do Prova Brasil, avaliação de proficiência representativa em nível de cada escola pública. Criar sistemas de metas e de fornecimento de crédito social baseado no desempenho auferido pode ajudar na integração de oferta e demanda de educação. Cabe ressaltar que os incentivos devem ser para que as crianças melhorem de nota, ou seja condicionar na variação, e não no nível das notas. Outra extensão seria incorporar incentivos educacionais a outros segmentos etários: acho que dar atenção à pré-escola, às crianças de 4 a 6 anos, depois de 0 a 6 anos de idade, criar uma contrapartida de que na pré-escola a mãe não só vacine a criança, mas ponha na pré-escola é uma direção interessante, principalmente se combinada com programas de oferta de educação—como na passagem do FUNDEF para o FUNDEB, ora em discussão. Outra medida alinhada com a nova cobertura de idade do Fundeb seria estender o incentivo do Bolsa-Família para a população entre 16 a 19 anos continuarem a freqüentar a escola, substituindo com uma segunda bolsa de iniciativas, como a do primeiro emprego.

Finalmente, o estado brasileiro começa a entrar cada vez mais na vida das pessoas pobres através da concessão de benefícios sociais como Bolsa-Escola, cartão-alimentação e agora o Bolsa-Família, resultado da integração anunciada das ações sociais federais. Algumas modalidades de transferência de renda, como a previdência rural e o Benefício de Prestação Continuada, gozam de garantias constitucionais. Estes fluxos de caixa prospectivos constituem potenciais garantias creditícias. O estado pode se valer desses canais para expandir a oferta de crédito dos mais pobres. O efeito colateral das políticas redistributivas hoje em difusão no país é aumentar o potencial de garantias dos pobres. O fato de essas bolsas levarem ao setor informal

dinheiro e tecnologia informacional através de cartões eletrônicos de entidades com tradição creditícia cria oportunidade ímpar de alavancagem do colateral de empréstimos dos pobres. A colateralização das bolsas de programas sociais, assim como a regularização fundiária, são maneiras de democratizar o acesso ao crédito no país através do reconhecimento de direitos mais amplos de propriedade por parte dos seus detentores, no caso o direito do indivíduo usar ativos como garantia de empréstimos. Uma vantagem dessas medidas é combinar a velocidade das políticas compensatórias com a persistência de políticas estruturais. Outra é afrouxar o dilema entre eficiência e equidade implícito na adoção de políticas distributivas. Se os novos benefícios são colateralizáveis, eles aumentam a eficiência da economia através do mercado de crédito.



Maurício Andrade, o Realizador de Sonhos

Conheci Maurício Andrade quando do lançamento do Mapa do Fim da Fome I em 2001, ele me procurou aqui na FGV – o que diz muito de sua humildade e capacidade de tomar iniciativas. Depois do primeiro encontro não paramos de trocar idéias. Em 2004, lançamos conjuntamente junto com o SESC o Mapa do Fim da Fome II e mais tarde ele me fez o convite para fazer parte do conselho da Ação, que muito me orgulha. Lembro a quatro anos quando Maurício convocou uma reunião na Ação da Cidadania para discutir a transparência dos cadastros da política social com pessoas de todos os níveis da sociedade e do Estado brasileiros. Maurício com a ousadia e a habilidade que o caracteriza instou a abertura pública dos cadastros. O consenso à época era que a informação dos cadastros sociais eram sigilosas e ponto. Hoje o sítio do Ministério de Desenvolvimento Social apresenta a lista dos beneficiários do Bolsa-Família, município por município.

Como vimos, o Brasil se encontra hoje em relação a miséria da sua população numa situação muito melhor do que há alguns anos. Não tanto pelas melhoras já ocorridas mas muito mais pela capacidade de melhorar no futuro. Uma parte não desprezível das mudanças em escala nacional se deve a brasileiros especiais, no qual Maurício Andrade ocupa um capítulo à parte na nossa história. A redução recente da desigualdade é fruto de consciência social forjada por pessoas como ele. Maurício dispunha da rara combinação da perseverança obstinada de quem sabia a sua missão maior com a capacidade de perceber e implementar mudanças de curso que se faziam necessárias. Por exemplo, a mudança de norte da Campanha do Natal Sem Fome para Natal Sem Fome dos Sonhos, leia-se conversão do centro de ações da distribuição de alimentos para cultura e educação. Isto pela sua percepção de que o Estado brasileiro ocupa hoje o espaço que a sua entidade ocupava. Maurício tinha a visão de empreendedor de mudanças sociais e institucionais, a construção do Centro de Cultura e Cidadania que leva o seu nome é uma representação concreta desta capacidade de ousar, fazer e realizar. Maurício realizava os sonhos que pareciam a quase todos impossíveis.

13. Conclusões

O Brasil foi o país que apresentou a maior inflação do mundo no período de 1960 a 1995. Desde o começo dos anos 1980, conter a inflação passou a ser o foco de suas políticas públicas. Sucessivos pacotes macroeconômicos e de três planos foram tentados: o Plano Cruzado, em 1986; o Plano Collor, em 1990; e o Plano Real em 1994. De todas essas tentativas, apenas o Plano Real foi bem-sucedido em baixar e em controlar a inflação desde então, e produziu impactos de melhoria nos indicadores sociais baseados em renda *per capita*, tais como desigualdade, pobreza e bem-estar social (NERI e CONSIDERA, (1996), ROCHA, (2003); NERI, CONSIDERA e PINTO (1999); BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA (2000)). Na verdade, durante os últimos 25 anos mudanças nesses indicadores sociais têm refletido a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro: até 1994 as fontes de instabilidade foram às sucessivas tentativas, e falhas, de estabilização; enquanto a partir de 1995 a principal fonte de instabilidade foi à chegada (e a saída) de crises externas. Mas nesse último período o País expandiu programas de transferência de renda, amortecendo, assim, as conseqüências sociais de uma maior instabilidade externa, bem como as tendências internas de baixo crescimento observadas.

Similarmente, o Brasil tem sido conhecido como um dos países que tem a maior desigualdade de renda do continente latino americano e do mundo GASPARINI (2003). Após sua íngreme ascensão nos anos 1960, a desigualdade brasileira tem sido persistentemente alta, mas permaneceu estável entre 1970 e 2000 (LANGONI (1973); HOFFMAN (1989); BONELLI e SEADLACECK (1989); BARROS e MENDONÇA (1992); RAMOS (1993), e BARROS et al (2000)). Contudo, em anos recentes, particularmente a partir de 2001, entramos em um declínio que trouxe a desigualdade brasileira para os níveis mais baixos dos últimos 30 anos, notadamente em 1976, quando as séries da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) puderam ser na prática processadas – (NERI (2005 , 2006); FERREIRA et al. (2006); IPEA (2006) e, mais detalhadamente, BARROS, FOGUEL e ULYSSEA (2007)). É razoável afirmar que, da mesma forma que a década anterior foi a da

estabilização da inflação, a atual está sendo – até agora – a da redução da desigualdade de renda. O tema central deste estudo é a quantificação da recente inflexão da desigualdade brasileira, em relação à qual o País ainda ocupa lugar de destaque nos *rankings* das estatísticas internacionais, bem como a análise de seus impactos mais relevantes.

A iniquidade inercial brasileira, internacionalmente conhecida, que ficou mais ou menos estagnada nas três décadas anteriores, passa a dar sinais de queda consistente desde o começo da década. Vale ressaltar que a comparação de dados de crescimento de renda domiciliar *per capita* gerados a partir da Pnad e do PIB *per capita* apresenta fortes discrepâncias em suas taxas de crescimento, particularmente em 2005 e em 2006. Também cabe frisar que o objetivo final de políticas públicas não seria a redução da desigualdade em si, mas a melhoria do nível de bem-estar social que, objetiva e subjetivamente, depende dela, do crescimento e de outro fator subjetivo: a estabilidade econômica.

Finalmente, da mesma forma que a década anterior foi a de estabilização da inflação (e da universalização do ensino fundamental), a década atual é – pelo menos até agora – a de redução da desigualdade de renda e a de geração de emprego formal, que são momentos do mesmo processo. Cumpre assinalar tanto a importância da manutenção da estabilidade macroeconômica (manutenção de metas inflacionárias, da lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros) como a necessidade de alterações do regime de política social (como diminuição de ênfase nos reajustes reais do salário mínimo, introdução de novos *upgrades* no Bolsa Família, por exemplo, ligadas a condicionalidades educacionais, entre outros). Na verdade, o Brasil precisa investir maciçamente em educação de qualidade se quiser conjugar a redução da desigualdade com crescimento e atacar a pobreza dos dois lados e de maneira sustentável. Em síntese: para que alcancemos reduções sustentáveis e continuadas da desigualdade, com melhoras no bem-estar social, é preciso desmontar o antigo regime de políticas sociais relativamente pouco focado e, aqui, representado pelo salário mínimo, e enfatizar um novo regime de políticas sociais, representado, aqui, por *upgrades* no Bolsa Família e por uma política agressiva em prol da educação de qualidade.

14. REFERÊNCIAS

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: Ipea, 1992. (Texto para discussão, n. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BARROS, R.P. Foguel, M. N. Ulyssea G. (orgs) **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. IPEA , Rio de Janeiro, 2007.

BONELLI, R.P. de; SEDLACEK, G.L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G.L.; BARROS, R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: Ipea, 1989. (Série Monográfica 35).

BUCHMANN, G. **Gastos em educação geram capital público?**, 2005. Mimeografado.

FERREIRA, F.; LEITE, P.; LITCHFIELD, J. **The rise fall of Brazilian inequality: 1981-2004**. Washington, D.C.: World Bank, 2006. Mimeografado.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources. **Revista Brasileira de Economia** 57 (1), p. 59-92, 2003.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

HOFFMAN, R. A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1989.

IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, agosto de 2006. (Nota Técnica). Disponível também em versão eletrônica em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em nov. 2006

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty**. International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience**. International Poverty Centre, Brasilia, 2006a. (Working paper # 26).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Growth, Poverty and the Labor Market in Brazil**, Ensaios Economicos da EPGE, n.634, Escola de Pós-Graduação em economia da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Dezembro de 2006b

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Pro-Poor Growth and Social Programes in Brazil**, Ensaios Economicos da EPGE n.639, Escola de Pós-Graduação em economia da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Dezembro de 2006c

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973

NERI, M.C.; CONSIDERA, C.P. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Ipea, vol. 1, p. 49-82, 1996.

NERI, M.C.; CONSIDERA, C. PINTO, A. . A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. **Revista Economia Aplicada**, ano 3, vol. 3, p. 384-406, jul. -set. 1999.

NERI, M.C. Diferentes histórias em diferentes cidades. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). **Soluções para a questão do emprego**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

NERI, M.C. **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. mimeo Rio de Janeiro: FGV, vide: http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm . 2005.

NERI, M.C. **Eleições e Expansões**, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/> , 2006a.

NERI, M. **Miséria, desigualdade e estabilidade**: O segundo Real. mimeo, Rio de Janeiro: FGV, vide: <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/ . 2006b.

NERI, M. **Miséria, desigualdade e estabilidade** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a.

NERI, M.C.; **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007b.

NERI, M.C., BUCHMANN, G. **Monitoramento das Metas Educacionais de Dakar**. Avaliação do Caso Brasileiro para o Global Monitoring Report da UNESCO, 2007.

NERI, M.C.; CAMARGO, J. Distributive effects of Brazilian structural reforms. In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brazil in the 1990s**: a decade in transition, Palgrave. Macmillan's Global Academic Publishing, UK, 2001.

NERI, M.C.; COSTA, D.R.; **O Tempo das Crianças** em As caras da juventude, Caderno Adenauer, São Paulo, 2001.

RAMOS, L. **A distribuição de rendimentos no Brasil**: 1976/85. Rio de Janeiro: Ipea, 1993, 135 p.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

15 Anexos

ANEXO 1: Deflatores Regionais

O nosso estudo, e mais especificamente a quantificação do número de pobres nos diversos locais do país tem como base uma linha de R\$125 a preços de São Paulo, referente a uma cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta metodologia está especificada em Ferreira et al (2003) e Neri (2001). Fornecemos também uma outra medida passível de comparação com padrões internacionais, o cálculo da linha de pobreza nacional foi feito utilizando a linha internacional de U\$S 1 ajustada por diferenças de custo de vida internacionais (Paridade de Poder de Compra - PPP). A principal inovação do estudo é o ajuste por diferenças internas de custo de vida usando os deflatores regionais com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003, conforme metodologia de Skoufias (2006). A seguir os deflatores utilizados:

Região		População (%)	Índice de Preços - Laspeyres
Norte	Metropolitana Belem	1.05	0.968
	Urbana	4.69	0.924
	Rural	2.02	0.901
Nordeste	Metropolitana Fortaleza	1.7	0.906
	Metropolitana Recife	1.9	0.945
	Metropolitana Salvador	1.76	0.974
	Urbana	14.56	0.927
	Rural	7.95	0.901
Sudeste	Metropolitana Rio De Janeiro	6.3	0.946
	Metropolitana Sao Paulo	10.09	1
	Metropolitana Belo Horizonte	2.53	0.908
	Urbana	19.97	0.977
	Rural	3.76	0.889
Sul	Metropolitana Curitiba	1.51	0.919
	Metropolitana Porto Alegre	9.54	0.989
	Urbana	3.38	0.879
	Rural	1.39	0.849
Centro-Oeste	Brasilia	0.76	0.947
	Goiania Municipality	3.65	0.913
	Urbana	1.25	0.939
	Rural	0.2	0.919

Fonte: Skoufias, E. B. (2006)

Anexo 2: TIPO DE RENDA:

Todas as Fontes – Renda familiar per capita de todas as fontes é a divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família.

Renda do Trabalho – Renda Individual do proveniente do Trabalho, incluindo trabalhos secundários.

Transferências Públicas - Renda proveniente de transferências públicas, incluindo:

- Aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de jubilação, reforma ou aposentadoria do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL;
- Pensão de instituto de previdência ou do governo federal - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal, inclusive do FUNRURAL;
- Outro tipo de aposentadoria - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão;
- Outro tipo de pensão - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de pensão de caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa, e de pensão alimentícia (espontânea ou judicial);
- Abono de permanência - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de abono de permanência em serviço;

Transferências Privadas - Renda proveniente de transferências privadas, incluindo:

- Aluguel - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de aluguel, inclusive sublocação ou arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.;
- Doação recebida de não-morador - Para o rendimento mensal, normalmente recebido no mês de referência, de doação ou mesada, sem contrapartida de serviços prestados, proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar;

Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras e outros rendimentos - Para o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. Incluiu-se neste tipo o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de programa oficial de auxílio educacional (como o bolsa-escola) ou social (renda mínima, bolsa-família, benefício assistencial de prestação continuada – BPC-LOAS e outros).

ANÁLISES:

Miséria / Linha CPS – proporção de pessoas com renda familiar per capita proveniente de todas as fontes abaixo da linha de miséria (R\$ 124,63 a preços de São Paulo em 2006).

Miséria / Linha U\$S – proporção de pessoas com renda familiar per capita proveniente de todas as fontes abaixo da linha de miséria (R\$ 47,60 a preços de São Paulo em 2006).

Media de Renda – média de renda da população total.

Mediana de Renda - o nível de renda intermediário que divide a população em dois grupos de tamanhos populacionais iguais.

Anexo 3: Contribuição na Renda e na Miséria

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
População Total				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Total	183305600	100	100.00	100.00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Sexo				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Homem	89219410	48.67	48.91	48.99
Mulher	94086190	51.33	51.09	51.01

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Faixa Etária				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
0 a 4	13798142	7.53	13.21	4.69
5 a 9	16312711	8.90	15.35	5.40
10 a 14	17248564	9.41	14.51	6.16
15 a 19	16995337	9.27	10.49	7.25
20 a 24	16857360	9.20	7.99	8.83
25 a 29	15465502	8.44	7.20	8.95
30 a 35	16419462	8.96	8.50	9.25
36 a 39	10595543	5.78	5.03	6.02
40 a 44	12855837	7.01	5.59	7.92
45 a 49	10760288	5.87	4.17	7.36
50 a 54	9649584	5.26	3.21	7.53
55 a 59	7492867	4.09	2.08	6.10
60 ou Mais	18854403	10.29	2.67	14.53

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Anos de Estudo				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
0	25914922	14.14	25.69	6.12
1 a 3	29957215	16.34	26.11	8.47
4 a 7	53029380	28.93	30.55	19.86
8 a 11	56209988	30.66	16.13	32.79
12 ou Mais	17528393	9.56	1.39	32.19

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Cor ou raça				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Indígena	499865	0.27	0.37	0.20
Branca	92227496	50.31	30.94	67.46
Amarela	903581	0.49	0.25	1.04
Preta	12641660	6.90	8.42	4.76
Parda	77029039	42.02	60.02	26.54
Ignorado	3959	0.00	0.00	0.00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Posição na Família				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Chefe	58229040	31.77	24.62	37.51
Cônjuge	37720586	20.58	16.80	22.97
Filho(a)	76062711	41.50	53.42	33.95
Outro parente	10678215	5.83	4.98	5.10
Agregado	615048	0.34	0.17	0.47
Empregado doméstico			0.00	0.00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Imigração				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Não migrou	110239074	60.14	71.25	54.10
Menos de 4 anos	5104859	2.78	2.72	3.30
De 5 a 9 anos	4425544	2.41	2.26	2.74
Mais de 10 anos	25319878	13.81	7.65	17.41

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Posição na ocupação				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Sem Emprego	8141149	4.44	6.62	2.85
Inativo	57945806	31.61	32.11	29.89
Empregado Agrícola	4598429	2.51	3.79	1.16
Empregado Doméstico	6415287	3.50	3.18	2.04
Empregado com carteira	24654519	13.45	2.94	17.33
Empregado sem carteira	10462277	5.71	3.74	5.66
Conta-própria	18404061	10.04	8.76	10.76
Empregador	3932568	2.15	0.40	7.08
Funcionário público	9697858	5.29	1.13	10.30
Não-remunerado	8942575	4.88	8.76	2.84
Ignorado	30111071	16.43	28.56	10.09

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Tempo de Empresa				
Categoria	População		Contribuição	
			Miséria	Renda
Até 1 Ano	116333481	63.46	75.23	53.07
1 a 3 Anos	20640214	11.26	7.45	12.27
3 a 5 Anos	10263675	5.6	3.68	6.74
Acima de 5 Anos	36068230	19.68	13.63	27.92

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Maternidade				
Categoria	População		Contribuição	
			Miséria	Renda
É mãe	42099244	22.97	21.76	21.53
Não é mãe	29116125	15.88	13.90	18.02

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Tipo de cidade				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Metrópole	58459895	31.89	23.20	41.22
Urbana	98827186	53.91	46.70	52.33
Rural	26018519	14.19	30.10	6.45

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Local de moradia				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Não especial	176020890	96.03	94.40	97.95
Aglomerado subnormal	7249484	3.95	5.53	2.04
Embarcação	35226	0.02	0.07	0.00
Aldeia indígena			0.00	0.00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Região Geográfica				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Norte	10371193	5.66	6.53	4.16
Nordeste	51545310	28.12	53.22	16.41
Sudeste	79535577	43.39	27.48	53.12
Sul	27264537	14.87	6.81	17.77
Centro	14588983	7.96	5.97	8.55

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Região Metropolitana				
Categoria	População		Contribuição	
			Miséria	Renda
Pará	2034910	1.11	1.33	0.90
Ceará	3402298	1.86	2.24	1.40
Pernambuco	3639847	1.99	2.90	1.70
Bahia	3397757	1.85	2.16	1.77
Minas Gerais	4960258	2.71	1.58	3.41
Rio de Janeiro	11682332	6.37	3.79	8.99
São Paulo	19666573	10.73	6.55	15.07
Paraná	3214908	1.75	0.63	2.31
Rio Grande do Sul	4090463	2.23	1.22	3.19
Distrito Federal	2370549	1.29	0.79	2.47

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil de Pobreza - Renda Domiciliar Per Capita				
Estado				
Categoria	População		Contribuição	
	Total	% no Total	Miséria	Renda
Rondônia	1067181	0.58	0.43	0.58
Acre	460351	0.25	0.28	0.23
Amazonas	2592075	1.41	1.36	1.04
Roraima	333030	0.18	0.23	0.15
Pará	5338987	2.91	3.89	1.93
Amapá	579569	0.32	0.33	0.22
Tocantins	1331282	0.73	0.93	0.49
Maranhão	6174842	3.37	7.71	1.73
Piauí	3028070	1.65	3.43	0.93
Ceará	8201575	4.47	8.35	2.42
Rio Grande do Norte	3041536	1.66	2.54	1.10
Paraíba	3619286	1.97	3.12	1.24
Pernambuco	8496951	4.64	8.83	2.83
Alagoas	3051521	1.66	3.83	0.93
Sergipe	2003775	1.09	1.75	0.72
Bahia	13927754	7.60	13.66	4.50
Minas Gerais	19454621	10.61	9.10	10.08
Espírito Santo	3467645	1.89	1.65	1.85
Rio de Janeiro	15557046	8.49	5.20	11.22
São Paulo	41056265	22.40	11.52	29.96
Paraná	10378661	5.66	2.87	6.41
Santa Catarina	5945492	3.24	0.79	4.23
Rio Grande do Sul	10940384	5.97	3.15	7.13
Mato Grosso do Sul	2294716	1.25	0.81	1.26
Mato Grosso	2862607	1.56	1.25	1.45
Goiás	5729829	3.13	2.18	2.89
Distrito Federal	2370549	1.29	0.79	2.47

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Anexo 4: Exercícios Multivariados

i. Equação de Log da Renda Domiciliar

Equação do Log da Renda de todas as fontes per capita Brasil

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNRFPFC

Data Summary	
Number of Observations	4588194
Sum of Weights	2089428389
Weighted Mean of LNRFPFC	5.35424
Weighted Sum of LNRFPFC	1.11873E10

Fit Statistics	
R-square	0.4536
Root MSE	0.8163
Denominator DF	4588193

ANOVA for Dependent Variable LNRFPFC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	44	1.1556E9	26262559	86557.1	<.0001
Error	4.59E6	1.3921E9	303		
Corrected Total	4.59E6	2.5477E9			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	44	67153.3	<.0001
Intercept	1	3787739	<.0001
SEXO	1	1274.33	<.0001
cor	4	21383.3	<.0001
EDUCHEFE	4	254051	<.0001
NEW	2	56298.9	<.0001
MIGRAUF	4	1114.16	<.0001
chavuf	26	8954.81	<.0001
FXELEIT2	1	153526	<.0001
ANOEL3	1	4320.26	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3	1	43.51	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 4588193.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	6.4640314	0.00280372	2305.52	<.0001
SEXO Feminino	-0.0298563	0.00083636	-35.70	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.5197314	0.00808983	64.25	<.0001
cor Branca	0.3024506	0.00179501	168.50	<.0001
cor Indígena	-0.0644633	0.01013606	-6.36	<.0001

Parameter	Estimated Regression Coefficients			
	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
cor Parda	0.0362302	0.00178585	20.29	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.7493515	0.00196100	-892.07	<.0001
EDUCHEFE 2	-1.6495821	0.00192980	-854.79	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.4386422	0.00182001	-790.46	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.9866496	0.00186087	-530.21	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.
NEW Metropolitana	0.1008160	0.00107358	93.91	<.0001
NEW Rural	-0.3705412	0.00127550	-290.51	<.0001
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	-0.0056990	0.00262393	-2.17	0.0299
MIGRAUF Ignorado	0.0388860	0.00109079	35.65	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.0887103	0.00142082	62.44	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.0122323	0.00244076	5.01	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.2551262	0.00643483	-39.65	<.0001
chavuf AL	-0.5822194	0.00335799	-173.38	<.0001
chavuf AM	-0.4014750	0.00316104	-127.01	<.0001
chavuf AP	-0.3106760	0.00609884	-50.94	<.0001
chavuf BA	-0.4740694	0.00183990	-257.66	<.0001
chavuf CE	-0.6285412	0.00212297	-296.07	<.0001
chavuf DF	-0.0411255	0.00282370	-14.56	<.0001
chavuf ES	-0.1878029	0.00319724	-58.74	<.0001
chavuf GO	-0.1556650	0.00216378	-71.94	<.0001
chavuf MA	-0.6364961	0.00328244	-193.91	<.0001
chavuf MG	-0.2210487	0.00161771	-136.64	<.0001
chavuf MS	-0.1723167	0.00296154	-58.18	<.0001
chavuf MT	-0.1115549	0.00290350	-38.42	<.0001
chavuf PA	-0.4306605	0.00232438	-185.28	<.0001
chavuf PB	-0.5467118	0.00306405	-178.43	<.0001
chavuf PE	-0.6000953	0.00203275	-295.21	<.0001
chavuf PI	-0.6310230	0.00366924	-171.98	<.0001
chavuf PR	-0.1919197	0.00198249	-96.81	<.0001
chavuf RJ	-0.1301675	0.00179751	-72.42	<.0001
chavuf RN	-0.4541763	0.00333894	-136.02	<.0001
chavuf RO	-0.1875665	0.00433220	-43.30	<.0001
chavuf RR	-0.2308537	0.00819194	-28.18	<.0001
chavuf RS	-0.1004869	0.00187628	-53.56	<.0001
chavuf SC	0.0122983	0.00252662	4.87	<.0001
chavuf SE	-0.4358546	0.00351540	-123.98	<.0001
chavuf TO	-0.3858696	0.00374511	-103.03	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.4191694	0.00107819	388.77	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.0611294	0.00170254	35.90	<.0001
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0136230	0.00206538	6.60	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

*Equação do Log da Renda do trabalho per capita
Brasil*

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNRTPC

Data Summary	
Number of Observations	4226403
Sum of Weights	1921669223
Weighted Mean of LNRTPC	5.15611
Weighted Sum of LNRTPC	9908338961

Fit Statistics	
R-square	0.4633
Root MSE	0.8455
Denominator DF	4226402

ANOVA for Dependent Variable LNRTPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	44	1.1858E9	26950713	82918.7	<.0001
Error	4.23E6	1.3737E9	325		
Corrected Total	4.23E6	2.5595E9			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	44	63040.2	<.0001
Intercept	1	2923364	<.0001
SEXO	1	4225.51	<.0001
cor	4	15366.1	<.0001
EDUCHEFE	4	240741	<.0001
NEW	2	55300.8	<.0001
MIGRAUF	4	806.37	<.0001
chavuf	26	10482.6	<.0001
FXELEIT2	1	73846.7	<.0001
ANOEL3	1	1150.94	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3	1	32.21	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 4226402.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	6.4140674	0.00302949	2117.21	<.0001
SEXO Feminino	-0.0586404	0.00090211	-65.00	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.5006771	0.00910379	55.00	<.0001
cor Branca	0.2850294	0.00194263	146.72	<.0001
cor Indígena	-0.0888352	0.01106047	-8.03	<.0001
cor Parda	0.0434081	0.00193220	22.47	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.8702127	0.00217681	-859.15	<.0001

Parameter	Estimated Regression Coefficients			
	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
EDUCHEFE 2	-1.6827010	0.00211080	-797.19	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.4175131	0.00197214	-718.77	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.9456603	0.00200836	-470.86	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.
NEW Metropolitana	0.1304462	0.00115160	113.27	<.0001
NEW Rural	-0.3806678	0.00138622	-274.61	<.0001
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	0.0569345	0.00276506	20.59	<.0001
MIGRAUF Ignorado	0.0353530	0.00118470	29.84	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.0781769	0.00155593	50.24	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.0630671	0.00260370	24.22	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.2907883	0.00699953	-41.54	<.0001
chavuf AL	-0.6246580	0.00369275	-169.16	<.0001
chavuf AM	-0.3706087	0.00327701	-113.09	<.0001
chavuf AP	-0.3121122	0.00647307	-48.22	<.0001
chavuf BA	-0.5383838	0.00197896	-272.05	<.0001
chavuf CE	-0.7832446	0.00235954	-331.95	<.0001
chavuf DF	-0.0740262	0.00294416	-25.14	<.0001
chavuf ES	-0.2223241	0.00334966	-66.37	<.0001
chavuf GO	-0.1393155	0.00229755	-60.64	<.0001
chavuf MA	-0.7188054	0.00356942	-201.38	<.0001
chavuf MG	-0.2872878	0.00174699	-164.45	<.0001
chavuf MS	-0.1618876	0.00317655	-50.96	<.0001
chavuf MT	-0.0531624	0.00301252	-17.65	<.0001
chavuf PA	-0.4652544	0.00249267	-186.65	<.0001
chavuf PB	-0.7143233	0.00350892	-203.57	<.0001
chavuf PE	-0.7042893	0.00224623	-313.54	<.0001
chavuf PI	-0.8629884	0.00417186	-206.86	<.0001
chavuf PR	-0.2045567	0.00211194	-96.86	<.0001
chavuf RJ	-0.2131637	0.00192340	-110.83	<.0001
chavuf RN	-0.5624868	0.00376034	-149.58	<.0001
chavuf RO	-0.1361841	0.00453753	-30.01	<.0001
chavuf RR	-0.1845074	0.00836825	-22.05	<.0001
chavuf RS	-0.1766143	0.00202494	-87.22	<.0001
chavuf SC	0.0017193	0.00268815	0.64	0.5224
chavuf SE	-0.4816776	0.00371293	-129.73	<.0001
chavuf TO	-0.3888423	0.00402292	-96.66	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.3125189	0.00114909	271.97	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.0315732	0.00182792	17.27	<.0001
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0126677	0.00223194	5.68	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

***Equação do Log da Renda de previdência per capita
Brasil***

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNRPPC

Data Summary	
Number of Observations	1449498
Sum of Weights	671129733
Weighted Mean of LNRPPC	4.72470
Weighted Sum of LNRPPC	3170885851

Fit Statistics	
R-square	0.2608
Root MSE	0.9085
Denominator DF	1449497

ANOVA for Dependent Variable LNRPPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	44	1.9546E8	4442198	11622.9	<.0001
Error	1.45E6	5.5397E8	382		
Corrected Total	1.45E6	7.4943E8			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	44	8876.90	<.0001
Intercept	1	742502	<.0001
SEXO	1	14.14	0.0002
cor	4	4531.94	<.0001
EDUCHEFE	4	28981.4	<.0001
NEW	2	1623.30	<.0001
MIGRAUF	4	1321.33	<.0001
chavuf	26	840.90	<.0001
FXELEIT2	1	51630.4	<.0001
ANOEL3	1	2834.00	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3	1	37.80	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 1449497.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	5.1642341	0.00613290	842.05	<.0001
SEXO Feminino	0.0062289	0.00165666	3.76	0.0002
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.2397169	0.01446138	16.58	<.0001
cor Branca	0.2857001	0.00344614	82.90	<.0001
cor Indígena	0.0825952	0.01991743	4.15	<.0001
cor Parda	0.0463314	0.00342493	13.53	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.2982717	0.00433399	-299.56	<.0001

Parameter	Estimated Regression Coefficients			
	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
EDUCHEFE 2	-1.2700023	0.00436502	-290.95	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.1287421	0.00430114	-262.43	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.7561692	0.00454606	-166.34	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.
NEW Metropolitana	0.0533487	0.00220013	24.25	<.0001
NEW Rural	-0.0952810	0.00218558	-43.60	<.0001
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	-0.0118006	0.00688857	-1.71	0.0867
MIGRAUF Ignorado	0.1097162	0.00211740	51.82	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.1655675	0.00267824	61.82	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.0352852	0.00628725	5.61	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.1222714	0.01315897	-9.29	<.0001
chavuf AL	-0.1689746	0.00639584	-26.42	<.0001
chavuf AM	-0.3636551	0.00728136	-49.94	<.0001
chavuf AP	-0.2087067	0.01471148	-14.19	<.0001
chavuf BA	-0.1269324	0.00355871	-35.67	<.0001
chavuf CE	-0.1774616	0.00382507	-46.39	<.0001
chavuf DF	0.0806621	0.00702107	11.49	<.0001
chavuf ES	-0.0116112	0.00642069	-1.81	0.0705
chavuf GO	-0.1592401	0.00484055	-32.90	<.0001
chavuf MA	-0.2480486	0.00547676	-45.29	<.0001
chavuf MG	-0.0815738	0.00322215	-25.32	<.0001
chavuf MS	-0.2139209	0.00686102	-31.18	<.0001
chavuf MT	-0.2421547	0.00707394	-34.23	<.0001
chavuf PA	-0.3105443	0.00482420	-64.37	<.0001
chavuf PB	-0.1316059	0.00533890	-24.65	<.0001
chavuf PE	-0.2270586	0.00368418	-61.63	<.0001
chavuf PI	-0.0994587	0.00594884	-16.72	<.0001
chavuf PR	-0.1128926	0.00403861	-27.95	<.0001
chavuf RJ	0.1679823	0.00367478	45.71	<.0001
chavuf RN	-0.1502645	0.00600164	-25.04	<.0001
chavuf RO	-0.2506483	0.01055914	-23.74	<.0001
chavuf RR	-0.3189584	0.01899653	-16.79	<.0001
chavuf RS	0.0634935	0.00365073	17.39	<.0001
chavuf SC	0.0313157	0.00526636	5.95	<.0001
chavuf SE	-0.1126907	0.00700657	-16.08	<.0001
chavuf TO	-0.2614282	0.00763279	-34.25	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.5129318	0.00224696	228.28	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.1050666	0.00388938	27.01	<.0001
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0274100	0.00445838	6.15	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

*Equação do Log da Renda de outras fontes per capita
Brasil*

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNROPC

Data Summary	
Number of Observations	856714
Sum of Weights	381195612
Weighted Mean of LNROPC	2.97746
Weighted Sum of LNROPC	1134994614

Fit Statistics	
R-square	0.1459
Root MSE	1.5967
Denominator DF	856713

ANOVA for Dependent Variable LNROPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	44	1.6606E8	3774171	3326.90	<.0001
Error	856669	9.7184E8	1134		
Corrected Total	856713	1.1379E9			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	44	2721.05	<.0001
Intercept	1	76845.9	<.0001
SEXO	1	271.58	<.0001
cor	4	1567.45	<.0001
EDUCHEFE	4	6732.64	<.0001
NEW	2	2875.43	<.0001
MIGRAUF	4	285.38	<.0001
chavuf	26	367.62	<.0001
FXELEIT2	1	5655.43	<.0001
ANOEL3	1	4149.24	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3	1	20.67	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 856713.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	3.6578875	0.01405081	260.33	<.0001
SEXO Feminino	0.0633950	0.00384687	16.48	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.7517198	0.03461318	21.72	<.0001
cor Branca	0.4079606	0.00838640	48.65	<.0001
cor Indígena	0.1118233	0.04264446	2.62	0.0087
cor Parda	0.0892293	0.00802424	11.12	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.3579100	0.00929518	-146.09	<.0001

Parameter	Estimated Regression Coefficients			
	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
EDUCHEFE 2	-1.3754167	0.00922038	-149.17	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.2848092	0.00891172	-144.17	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.8924529	0.00928096	-96.16	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.0000000	.	.
NEW Metropolitana	0.1905225	0.00565061	33.72	<.0001
NEW Rural	-0.2700418	0.00473617	-57.02	<.0001
NEW Urbana	0.0000000	0.0000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	-0.0660781	0.01323508	-4.99	<.0001
MIGRAUF Ignorado	0.0731413	0.00524404	13.95	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.2161543	0.00729540	29.63	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.1798459	0.01207290	14.90	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.0000000	.	.
chavuf AC	-0.1120786	0.01872245	-5.99	<.0001
chavuf AL	-0.2119259	0.01199633	-17.67	<.0001
chavuf AM	-0.0052692	0.01611188	-0.33	0.7436
chavuf AP	0.1199508	0.02920174	4.11	<.0001
chavuf BA	-0.2085346	0.00873975	-23.86	<.0001
chavuf CE	-0.3229449	0.00866698	-37.26	<.0001
chavuf DF	0.1033931	0.01401008	7.38	<.0001
chavuf ES	-0.3883417	0.01670727	-23.24	<.0001
chavuf GO	0.2689400	0.01085253	24.78	<.0001
chavuf MA	-0.4371607	0.01217992	-35.89	<.0001
chavuf MG	-0.1200403	0.00910509	-13.18	<.0001
chavuf MS	0.0220711	0.01533588	1.44	0.1501
chavuf MT	0.1280460	0.01793937	7.14	<.0001
chavuf PA	-0.1878202	0.01058566	-17.74	<.0001
chavuf PB	-0.2611570	0.01094721	-23.86	<.0001
chavuf PE	-0.1539434	0.00895451	-17.19	<.0001
chavuf PI	-0.1904402	0.01178975	-16.15	<.0001
chavuf PR	-0.1667457	0.01100812	-15.15	<.0001
chavuf RJ	0.2775775	0.01256310	22.09	<.0001
chavuf RN	-0.2940818	0.01216933	-24.17	<.0001
chavuf RO	0.0259212	0.02169823	1.19	0.2322
chavuf RR	0.0806649	0.02162573	3.73	0.0002
chavuf RS	-0.3293219	0.01043639	-31.56	<.0001
chavuf SC	0.0911424	0.01534061	5.94	<.0001
chavuf SE	-0.3737697	0.01630938	-22.92	<.0001
chavuf TO	-0.2060798	0.01350527	-15.26	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.0000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.2856587	0.00504429	56.63	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.0000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.2257090	0.00556682	40.55	<.0001
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.0000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0342894	0.00754285	4.55	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.0000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.0000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.0000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

ii. Equação de Log da Renda Domiciliar (com tendência)

Equação do Log da Renda de todas as fontes per capita Brasil

The SURVEYREG Procedure
Regression Analysis for Dependent Variable LNRFPC

Data Summary	
Number of Observations	4588194
Sum of Weights	2089428389
Weighted Mean of LNRFPC	5.35424
Weighted Sum of LNRFPC	1.11873E10

Fit Statistics	
R-square	0.4577
Root MSE	0.8131
Denominator DF	4588193

ANOVA for Dependent Variable LNRFPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	55	1.1662E9	21203442	70421.0	<.0001
Error	4.59E6	1.3815E9	301		
Corrected Total	4.59E6	2.5477E9			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	55	54590.6	<.0001
Intercept	1	3833022	<.0001
SEXO	1	1285.48	<.0001
cor	4	21746.5	<.0001
EDUCHEFE	4	251659	<.0001
NEW	2	56832.1	<.0001
MIGRAUF	4	1142.68	<.0001
chavuf	26	9038.87	<.0001
TEND	11	2572.24	<.0001
FXELEIT2	1	151961	<.0001
ANOEL3	0	.	.
FXELEIT2*ANOEL3	1	50.83	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 4588193.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	6.5755174	0.00324730	2024.92	<.0001
SEXO Feminino	-0.0298678	0.00083305	-35.85	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.5236355	0.00807661	64.83	<.0001
cor Branca	0.3054858	0.00178880	170.78	<.0001
cor Indígena	-0.0692438	0.01004697	-6.89	<.0001
cor Parda	0.0382097	0.00177922	21.48	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.7431864	0.00195735	-890.58	<.0001
EDUCHEFE 2	-1.6444905	0.00192423	-854.62	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.4362156	0.00181333	-792.03	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.9872197	0.00185425	-532.41	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.
NEW Metropolitana	0.1016735	0.00106973	95.05	<.0001

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
NEW Rural	-0.3703848	0.00127133	-291.34	<.0001
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	-0.0011509	0.00261269	-0.44	0.6596
MIGRAUF Ignorado	0.0406546	0.00108669	37.41	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.0894026	0.00141502	63.18	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.0164733	0.00242747	6.79	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.2568842	0.00641590	-40.04	<.0001
chavuf AL	-0.5829832	0.00334734	-174.16	<.0001
chavuf AM	-0.4024385	0.00313952	-128.18	<.0001
chavuf AP	-0.3137392	0.00607121	-51.68	<.0001
chavuf BA	-0.4745739	0.00183420	-258.74	<.0001
chavuf CE	-0.6297794	0.00211388	-297.93	<.0001
chavuf DF	-0.0418555	0.00281109	-14.89	<.0001
chavuf ES	-0.1879311	0.00318062	-59.09	<.0001
chavuf GO	-0.1565366	0.00215878	-72.51	<.0001
chavuf MA	-0.6384369	0.00326878	-195.31	<.0001
chavuf MG	-0.2210307	0.00161018	-137.27	<.0001
chavuf MS	-0.1725255	0.00295456	-58.39	<.0001
chavuf MT	-0.1126950	0.00289472	-38.93	<.0001
chavuf PA	-0.4321532	0.00232077	-186.21	<.0001
chavuf PB	-0.5469740	0.00303949	-179.96	<.0001
chavuf PE	-0.6005148	0.00202178	-297.02	<.0001
chavuf PI	-0.6314529	0.00365484	-172.77	<.0001
chavuf PR	-0.1920745	0.00197553	-97.23	<.0001
chavuf RJ	-0.1289765	0.00179085	-72.02	<.0001
chavuf RN	-0.4548123	0.00331887	-137.04	<.0001
chavuf RO	-0.1895461	0.00431151	-43.96	<.0001
chavuf RR	-0.2332620	0.00816019	-28.59	<.0001
chavuf RS	-0.1000729	0.00187444	-53.39	<.0001
chavuf SC	0.0122159	0.00252018	4.85	<.0001
chavuf SE	-0.4361915	0.00351021	-124.26	<.0001
chavuf TO	-0.3873932	0.00374185	-103.53	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
TEND 1	-0.2502706	0.00260096	-96.22	<.0001
TEND 2	-0.2556666	0.00259405	-98.56	<.0001
TEND 3	-0.0289693	0.00252406	-11.48	<.0001
TEND 4	-0.0392889	0.00255195	-15.40	<.0001
TEND 5	-0.0429203	0.00251807	-17.04	<.0001
TEND 6	-0.0443632	0.00206529	-21.48	<.0001
TEND 7	-0.0825213	0.00249476	-33.08	<.0001
TEND 8	-0.1039911	0.00249114	-41.74	<.0001
TEND 9	-0.1223145	0.00200194	-61.10	<.0001
TEND 10	-0.1688626	0.00249046	-67.80	<.0001
TEND 11	-0.1255472	0.00247238	-50.78	<.0001
TEND 12	-0.0684454	0.00244764	-27.96	<.0001
TEND 13	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.4158460	0.00107476	386.92	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0147031	0.00206224	7.13	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

***Equação do Log da Renda do trabalho per capita
Brasil***

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNRTPC

Data Summary	
Number of Observations	4226403
Sum of Weights	1921669223
Weighted Mean of LNRTPC	5.15611
Weighted Sum of LNRTPC	9908338961

Fit Statistics	
R-square	0.4680
Root MSE	0.8418
Denominator DF	4226402

ANOVA for Dependent Variable LNRTPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	55	1.1977E9	21777060	67586.7	<.0001
Error	4.23E6	1.3618E9	322		
Corrected Total	4.23E6	2.5595E9			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	55	51382.4	<.0001
Intercept	1	2971318	<.0001
SEXO	1	4267.50	<.0001
cor	4	15111.0	<.0001
EDUCHEFE	4	242040	<.0001
NEW	2	56351.8	<.0001
MIGRAUF	4	812.05	<.0001
chavuf	26	10546.8	<.0001
TEND	11	2792.98	<.0001
FXELEIT2	1	74989.2	<.0001
ANOEL3	0	.	.
FXELEIT2*ANOEL3	1	32.47	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 4226402.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	6.4578133	0.00352813	1830.38	<.0001
SEXO Feminino	-0.0586483	0.00089778	-65.33	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.4975355	0.00905693	54.93	<.0001
cor Branca	0.2822133	0.00193491	145.85	<.0001
cor Indígena	-0.0917802	0.01095859	-8.38	<.0001
cor Parda	0.0437896	0.00192395	22.76	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.8762009	0.00217334	-863.28	<.0001
EDUCHEFE 2	-1.6875195	0.00210473	-801.78	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.4212872	0.00196407	-723.65	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.9451575	0.00199909	-472.79	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.
NEW Metropolitana	0.1291593	0.00114483	112.82	<.0001
NEW Rural	-0.3847174	0.00138386	-278.00	<.0001

Parameter	Estimated Regression Coefficients			
	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	0.0579959	0.00274877	21.10	<.0001
MIGRAUF Ignorado	0.0348029	0.00117983	29.50	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.0782781	0.00154819	50.56	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.0623091	0.00258879	24.07	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.2906685	0.00695820	-41.77	<.0001
chavuf AL	-0.6239928	0.00366720	-170.15	<.0001
chavuf AM	-0.3704154	0.00325482	-113.81	<.0001
chavuf AP	-0.3104055	0.00643727	-48.22	<.0001
chavuf BA	-0.5379594	0.00197079	-272.97	<.0001
chavuf CE	-0.7816778	0.00234570	-333.24	<.0001
chavuf DF	-0.0741129	0.00292691	-25.32	<.0001
chavuf ES	-0.2223963	0.00333168	-66.75	<.0001
chavuf GO	-0.1391111	0.00229299	-60.67	<.0001
chavuf MA	-0.7184112	0.00355460	-202.11	<.0001
chavuf MG	-0.2869076	0.00173742	-165.13	<.0001
chavuf MS	-0.1619606	0.00317400	-51.03	<.0001
chavuf MT	-0.0532475	0.00301036	-17.69	<.0001
chavuf PA	-0.4607538	0.00249139	-184.94	<.0001
chavuf PB	-0.7145539	0.00348339	-205.13	<.0001
chavuf PE	-0.7038789	0.00222869	-315.83	<.0001
chavuf PI	-0.8615642	0.00415488	-207.36	<.0001
chavuf PR	-0.2037613	0.00210482	-96.81	<.0001
chavuf RJ	-0.2137530	0.00191246	-111.77	<.0001
chavuf RN	-0.5626976	0.00373397	-150.70	<.0001
chavuf RO	-0.1380968	0.00451132	-30.61	<.0001
chavuf RR	-0.1818563	0.00825174	-22.04	<.0001
chavuf RS	-0.1757995	0.00202182	-86.95	<.0001
chavuf SC	0.0027597	0.00268600	1.03	0.3042
chavuf SE	-0.4805648	0.00370421	-129.73	<.0001
chavuf TO	-0.3872436	0.00402982	-96.09	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
TEND 1	-0.1319170	0.00278185	-47.42	<.0001
TEND 2	-0.1527023	0.00279581	-54.62	<.0001
TEND 3	0.0823632	0.00273336	30.13	<.0001
TEND 4	0.0798808	0.00276678	28.87	<.0001
TEND 5	0.0667410	0.00273325	24.42	<.0001
TEND 6	0.0522126	0.00225065	23.20	<.0001
TEND 7	0.0019745	0.00272135	0.73	0.4681
TEND 8	-0.0426622	0.00271914	-15.69	<.0001
TEND 9	-0.0739209	0.00221333	-33.40	<.0001
TEND 10	-0.1291547	0.00271739	-47.53	<.0001
TEND 11	-0.1030662	0.00270808	-38.06	<.0001
TEND 12	-0.0565798	0.00269853	-20.97	<.0001
TEND 13	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.3143593	0.00114441	274.69	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0126928	0.00222763	5.70	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

***Equação do Log da Renda de previdência per capita
Brasil***

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNRPPC

Data Summary	
Number of Observations	1449498
Sum of Weights	671129733
Weighted Mean of LNRPPC	4.72470
Weighted Sum of LNRPPC	3170885851

Fit Statistics	
R-square	0.2734
Root MSE	0.9008
Denominator DF	1449497

ANOVA for Dependent Variable LNRPPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	55	2.0491E8	3725575	9916.99	<.0001
Error	1.45E6	5.4452E8	376		
Corrected Total	1.45E6	7.4943E8			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	55	7643.44	<.0001
Intercept	1	759110	<.0001
SEXO	1	15.39	<.0001
cor	4	5076.83	<.0001
EDUCHEFE	4	27136.5	<.0001
NEW	2	1595.01	<.0001
MIGRAUF	4	1381.53	<.0001
chavuf	26	881.74	<.0001
TEND	11	1897.21	<.0001
FXELEIT2	1	49744.7	<.0001
ANOEL3	0	.	.
FXELEIT2*ANOEL3	1	47.93	<.0001

The denominator degrees of freedom for the F tests is 1449497.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	5.3913011	0.00710941	758.33	<.0001
SEXO Feminino	0.0064414	0.00164186	3.92	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.2582685	0.01423453	18.14	<.0001
cor Branca	0.2989134	0.00341062	87.64	<.0001
cor Indígena	0.0751597	0.01961036	3.83	0.0001
cor Parda	0.0479865	0.00338876	14.16	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.2650935	0.00432331	-292.62	<.0001
EDUCHEFE 2	-1.2440144	0.00435156	-285.88	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.1126069	0.00429209	-259.22	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.7587146	0.00454296	-167.01	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
NEW Metropolitana	0.0608129	0.00218529	27.83	<.0001
NEW Rural	-0.0864986	0.00215004	-40.23	<.0001
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	-0.0017095	0.00682847	-0.25	0.8023
MIGRAUF Ignorado	0.1144607	0.00209871	54.54	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.1653409	0.00265150	62.36	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.0438341	0.00624551	7.02	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.1239719	0.01322751	-9.37	<.0001
chavuf AL	-0.1642191	0.00634555	-25.88	<.0001
chavuf AM	-0.3554698	0.00722833	-49.18	<.0001
chavuf AP	-0.2290966	0.01477223	-15.51	<.0001
chavuf BA	-0.1253439	0.00352226	-35.59	<.0001
chavuf CE	-0.1795601	0.00378904	-47.39	<.0001
chavuf DF	0.0787457	0.00700652	11.24	<.0001
chavuf ES	-0.0094111	0.00636549	-1.48	0.1393
chavuf GO	-0.1590847	0.00479038	-33.21	<.0001
chavuf MA	-0.2524673	0.00543445	-46.46	<.0001
chavuf MG	-0.0815302	0.00319516	-25.52	<.0001
chavuf MS	-0.2156472	0.00682659	-31.59	<.0001
chavuf MT	-0.2463725	0.00699676	-35.21	<.0001
chavuf PA	-0.3180256	0.00477112	-66.66	<.0001
chavuf PB	-0.1240123	0.00529342	-23.43	<.0001
chavuf PE	-0.2231462	0.00365406	-61.07	<.0001
chavuf PI	-0.0954462	0.00587438	-16.25	<.0001
chavuf PR	-0.1186578	0.00399191	-29.72	<.0001
chavuf RJ	0.1766324	0.00364716	48.43	<.0001
chavuf RN	-0.1432376	0.00594050	-24.11	<.0001
chavuf RO	-0.2624073	0.01042912	-25.16	<.0001
chavuf RR	-0.3319692	0.01907040	-17.41	<.0001
chavuf RS	0.0634424	0.00362724	17.49	<.0001
chavuf SC	0.0252810	0.00519996	4.86	<.0001
chavuf SE	-0.1084659	0.00700907	-15.48	<.0001
chavuf TO	-0.2746217	0.00754747	-36.39	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
TEND 1	-0.4346428	0.00555695	-78.22	<.0001
TEND 2	-0.4318089	0.00551350	-78.32	<.0001
TEND 3	-0.3404763	0.00546742	-62.27	<.0001
TEND 4	-0.3617745	0.00542478	-66.69	<.0001
TEND 5	-0.3213874	0.00537309	-59.81	<.0001
TEND 6	-0.2650575	0.00411065	-64.48	<.0001
TEND 7	-0.2426269	0.00533487	-45.48	<.0001
TEND 8	-0.1592785	0.00529930	-30.06	<.0001
TEND 9	-0.1928425	0.00391432	-49.27	<.0001
TEND 10	-0.1514392	0.00527396	-28.71	<.0001
TEND 11	-0.1334116	0.00529054	-25.22	<.0001
TEND 12	-0.0790300	0.00528923	-14.94	<.0001
TEND 13	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.5001153	0.00223821	223.44	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0307844	0.00444642	6.92	<.0001
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

*Equação do Log da Renda de outras fontes per capita
Brasil*

The SURVEYREG Procedure

Regression Analysis for Dependent Variable LNROPC

Data Summary	
Number of Observations	856714
Sum of Weights	381195612
Weighted Mean of LNROPC	2.97746
Weighted Sum of LNROPC	1134994614

Fit Statistics	
R-square	0.1954
Root MSE	1.5499
Denominator DF	856713

ANOVA for Dependent Variable LNROPC					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	55	2.223E8	4041879	3781.68	<.0001
Error	856658	9.156E8	1069		
Corrected Total	856713	1.1379E9			

Tests of Model Effects			
Effect	Num DF	F Value	Pr > F
Model	55	2844.09	<.0001
Intercept	1	80262.0	<.0001
SEXO	1	256.20	<.0001
cor	4	1739.11	<.0001
EDUCHEFE	4	6660.71	<.0001
NEW	2	2895.48	<.0001
MIGRAUF	4	304.85	<.0001
chavuf	26	408.09	<.0001
TEND	11	2548.15	<.0001
FXELEIT2	1	5361.64	<.0001
ANOEL3	0	.	.
FXELEIT2*ANOEL3	1	8.37	0.0038

The denominator degrees of freedom for the F tests is 856713.

Estimated Regression Coefficients				
Parameter	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
Intercept	3.8698643	0.01392700	277.87	<.0001
SEXO Feminino	0.0597162	0.00373083	16.01	<.0001
SEXO Masculino	0.0000000	0.00000000	.	.
cor Amarela	0.7566573	0.03401146	22.25	<.0001
cor Branca	0.4286067	0.00823054	52.08	<.0001
cor Indígena	0.0945410	0.04199308	2.25	0.0244
cor Parda	0.1009611	0.00785296	12.86	<.0001
cor Preta	0.0000000	0.00000000	.	.
EDUCHEFE 1	-1.3290190	0.00908470	-146.29	<.0001
EDUCHEFE 2	-1.3425416	0.00901118	-148.99	<.0001
EDUCHEFE 3	-1.2557653	0.00873064	-143.83	<.0001
EDUCHEFE 4	-0.8854381	0.00911109	-97.18	<.0001
EDUCHEFE 5	0.0000000	0.00000000	.	.
NEW Metropolitana	0.1794411	0.00549609	32.65	<.0001
NEW Rural	-0.2661537	0.00457493	-58.18	<.0001

Parameter	Estimated Regression Coefficients			
	Estimate	Standard Error	t Value	Pr > t
NEW Urbana	0.0000000	0.00000000	.	.
MIGRAUF 5 a 9 Anos	-0.0449270	0.01280953	-3.51	0.0005
MIGRAUF Ignorado	0.0817410	0.00508876	16.06	<.0001
MIGRAUF Mais de 10 Anos	0.2143970	0.00708090	30.28	<.0001
MIGRAUF Menos de 4 Anos	0.1903391	0.01173181	16.22	<.0001
MIGRAUF Não imigrou	0.0000000	0.00000000	.	.
chavuf AC	-0.1022896	0.01928304	-5.30	<.0001
chavuf AL	-0.2336971	0.01184337	-19.73	<.0001
chavuf AM	-0.0030709	0.01553041	-0.20	0.8433
chavuf AP	0.1009513	0.03033838	3.33	0.0009
chavuf BA	-0.2176365	0.00847468	-25.68	<.0001
chavuf CE	-0.3667385	0.00839347	-43.69	<.0001
chavuf DF	0.0552212	0.01351198	4.09	<.0001
chavuf ES	-0.3318857	0.01565524	-21.20	<.0001
chavuf GO	0.2402970	0.01059167	22.69	<.0001
chavuf MA	-0.4507325	0.01183251	-38.09	<.0001
chavuf MG	-0.1287594	0.00876126	-14.70	<.0001
chavuf MS	0.0350149	0.01473305	2.38	0.0175
chavuf MT	0.1140595	0.01726627	6.61	<.0001
chavuf PA	-0.1955813	0.01030468	-18.98	<.0001
chavuf PB	-0.3045526	0.01065297	-28.59	<.0001
chavuf PE	-0.1727770	0.00868033	-19.90	<.0001
chavuf PI	-0.2390280	0.01133962	-21.08	<.0001
chavuf PR	-0.1826543	0.01065002	-17.15	<.0001
chavuf RJ	0.3045964	0.01216186	25.05	<.0001
chavuf RN	-0.3256247	0.01182068	-27.55	<.0001
chavuf RO	0.0620808	0.02141647	2.90	0.0037
chavuf RR	0.0768517	0.02260537	3.40	0.0007
chavuf RS	-0.3185388	0.01008446	-31.59	<.0001
chavuf SC	0.1087553	0.01500390	7.25	<.0001
chavuf SE	-0.3660014	0.01539724	-23.77	<.0001
chavuf TO	-0.2372185	0.01300143	-18.25	<.0001
chavuf ZSP	0.0000000	0.00000000	.	.
TEND 1	-1.1513336	0.01345173	-85.59	<.0001
TEND 2	-1.0171515	0.01223060	-83.16	<.0001
TEND 3	0.1019011	0.01213280	8.40	<.0001
TEND 4	0.2417649	0.01306836	18.50	<.0001
TEND 5	0.3017362	0.01203031	25.08	<.0001
TEND 6	0.3481288	0.01057305	32.93	<.0001
TEND 7	0.3807665	0.01100302	34.61	<.0001
TEND 8	0.0837009	0.00874492	9.57	<.0001
TEND 9	-0.1710414	0.00662399	-25.82	<.0001
TEND 10	-0.4111866	0.00719795	-57.13	<.0001
TEND 11	-0.3138494	0.00681088	-46.08	<.0001
TEND 12	-0.0246234	0.00689218	-3.57	0.0004
TEND 13	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2 Vota	0.2777319	0.00486570	57.08	<.0001
FXELEIT2 ZNão vota	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
ANOEL3 ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 Vota Eleitoral	0.0214208	0.00740567	2.89	0.0038
FXELEIT2*ANOEL3 Vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota Eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.
FXELEIT2*ANOEL3 ZNão vota ZNão eleitoral	0.0000000	0.00000000	.	.

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

iii. Modelos Logísticos

População com Renda Domiciliar Abaixo da Linha de US\$ 1 - PPP

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
1	Intercept		-1.5844	0.0026	365380	**	.
2	SEXO	HOMEM	-0.0359	0.0007	2709.53	**	0.96476
3	SEXO	zMULHER	0.0000	0.0000	.		1.00000
4	COR	BRANCO	-0.3171	0.0008	154543	**	0.72829
5	COR	zNBRANCO	0.0000	0.0000	.		1.00000
6	IDADE	60 ou mais	-2.1770	0.0024	794829	**	0.11338
7	IDADE	De 15 a 25	-0.6298	0.0010	412627	**	0.53270
8	IDADE	De 25 a 35	-0.4100	0.0011	143953	**	0.66368
9	IDADE	De 35 a 45	-0.3704	0.0012	99785.1	**	0.69046
10	IDADE	De 45 a 60	-0.8099	0.0013	382625	**	0.44492
11	IDADE	zzAté 15 anos	0.0000	0.0000	.		1.00000
12	educach	1 a 3 anos	-0.1904	0.0008	51406.0	**	0.82664
13	educach	12 ou mais	-1.2306	0.0026	220103	**	0.29213
14	educach	4 a 7 anos	-0.6183	0.0010	384076	**	0.53886
15	educach	8 a 11 anos	-1.3505	0.0015	759694	**	0.25912
16	educach	zz0	0.0000	0.0000	.		1.00000
17	NEW	Metropolitana	-0.8728	0.0012	529771	**	0.41779
18	NEW	Urbana	-0.9261	0.0008	1294398	**	0.39611
19	NEW	zRural	0.0000	0.0000	.		1.00000
20	TIPOSET	Não subnormal	-0.1637	0.0021	6290.25	**	0.84902
21	TIPOSET	zSubnormal	0.0000	0.0000	.		1.00000
22	CHAVMIG	Migrou	-0.0563	0.0006	8880.25	**	0.94523
23	CHAVMIG	zNão Migrou	0.0000	0.0000	.		1.00000
24	ANO	06	0.2343	0.0035	4556.70	**	1.26406
25	ANO	z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
26	UF	AC	-0.3469	0.0139	622.21	**	0.70689
27	UF	AL	1.2131	0.0023	278768	**	3.36382
28	UF	AM	0.5417	0.0041	17059.8	**	1.71897
29	UF	AP	-0.7844	0.0183	1835.60	**	0.45638
30	UF	BA	1.0952	0.0016	469039	**	2.98983
31	UF	CE	1.5139	0.0017	811164	**	4.54435
32	UF	DF	0.3319	0.0049	4673.50	**	1.39365
33	UF	ES	0.9373	0.0026	126353	**	2.55303
34	UF	GO	-0.0450	0.0031	207.63	**	0.95598
35	UF	MA	1.7164	0.0018	956716	**	5.56419
36	UF	MG	0.5371	0.0017	102888	**	1.71111
37	UF	MS	-0.0021	0.0045	0.21		0.99794
38	UF	MT	-0.0642	0.0040	259.59	**	0.93779
39	UF	PA	0.3509	0.0034	10701.3	**	1.42031
40	UF	PB	1.5555	0.0021	570432	**	4.73758

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
41	UF	PE	1.5731	0.0017	905755	**	4.82169
42	UF	PI	1.7043	0.0021	669407	**	5.49767
43	UF	PR	-0.2127	0.0026	6874.31	**	0.80841
44	UF	RJ	0.2715	0.0021	16682.8	**	1.31195
45	UF	RN	0.8673	0.0026	113778	**	2.38039
46	UF	RO	0.4797	0.0063	5802.72	**	1.61553
47	UF	RR	0.8538	0.0118	5195.96	**	2.34859
48	UF	RS	-0.3077	0.0028	12407.9	**	0.73511
49	UF	SC	-0.3222	0.0035	8241.61	**	0.72457
50	UF	SE	0.8530	0.0031	74091.2	**	2.34660
51	UF	TO	0.4923	0.0041	14391.5	**	1.63611
52	UF	zzSP	0.0000	0.0000	.		1.00000
53	SEXO*ANO	HOMEM 06	-0.0192	0.0010	369.95	**	0.98098
54	SEXO*ANO	HOMEM z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
55	SEXO*ANO	zMULHER 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
56	SEXO*ANO	zMULHER z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
57	COR*ANO	BRANCO 06	0.0823	0.0012	5105.02	**	1.08581
58	COR*ANO	BRANCO z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
59	COR*ANO	zNBRANCO 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
60	COR*ANO	zNBRANCO z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
61	IDADE*ANO	60 ou mais 06	0.2083	0.0033	4105.61	**	1.23156
62	IDADE*ANO	60 ou mais z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
63	IDADE*ANO	De 15 a 25 06	0.0277	0.0014	380.98	**	1.02811
64	IDADE*ANO	De 15 a 25 z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
65	IDADE*ANO	De 25 a 35 06	-0.1029	0.0015	4506.00	**	0.90224
66	IDADE*ANO	De 25 a 35 z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
67	IDADE*ANO	De 35 a 45 06	-0.2096	0.0016	16181.2	**	0.81090
68	IDADE*ANO	De 35 a 45 z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
69	IDADE*ANO	De 45 a 60 06	-0.0039	0.0018	4.79	**	0.99612
70	IDADE*ANO	De 45 a 60 z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
71	IDADE*ANO	zzAté 15 anos06	0.0000	0.0000	.		1.00000
72	IDADE*ANO	zzAté 15 anosz1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
73	educach*ANO	1 a 3 anos 06	0.1786	0.0013	17719.7	**	1.19550
74	educach*ANO	1 a 3 anos z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
75	educach*ANO	12 ou mais 06	0.3193	0.0033	9494.39	**	1.37612
76	educach*ANO	12 ou mais z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
77	educach*ANO	4 a 7 anos 06	0.2369	0.0015	26274.8	**	1.26734
78	educach*ANO	4 a 7 anos z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
79	educach*ANO	8 a 11 anos 06	0.4296	0.0020	47271.1	**	1.53669
80	educach*ANO	8 a 11 anos z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
81	educach*ANO	zz0 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
82	educach*ANO	zz0 z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
83	NEW*ANO	Metropolitana06	0.3345	0.0017	39634.3	**	1.39726

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
84	NEW*ANO	Metropolitanaz1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
85	NEW*ANO	Urbana 06	0.0850	0.0012	4772.19	**	1.08870
86	NEW*ANO	Urbana z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
87	NEW*ANO	zRural 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
88	NEW*ANO	zRural z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
89	TIPOSET*ANO	Não subnormal06	-0.0777	0.0027	838.92	**	0.92528
90	TIPOSET*ANO	Não subnormalz1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
91	TIPOSET*ANO	zSubnormal 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
92	TIPOSET*ANO	zSubnormal z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
93	ANO*UF	06 AC	0.7936	0.0155	2608.74	**	2.21135
94	ANO*UF	06 AL	-0.2926	0.0031	8718.54	**	0.74632
95	ANO*UF	06 AM	-0.7215	0.0058	15367.6	**	0.48600
96	ANO*UF	06 AP	0.4970	0.0203	602.24	**	1.64377
97	ANO*UF	06 BA	-0.6336	0.0022	84578.8	**	0.53070
98	ANO*UF	06 CE	-0.7768	0.0023	114072	**	0.45987
99	ANO*UF	06 DF	-0.3699	0.0062	3589.89	**	0.69082
100	ANO*UF	06 ES	-1.1462	0.0043	71969.1	**	0.31783
101	ANO*UF	06 GO	-0.3696	0.0044	7199.73	**	0.69104
102	ANO*UF	06 MA	-0.7303	0.0024	90096.5	**	0.48179
103	ANO*UF	06 MG	-0.8307	0.0024	121910	**	0.43573
104	ANO*UF	06 MS	-0.2553	0.0061	1742.95	**	0.77471
105	ANO*UF	06 MT	-0.3058	0.0055	3145.19	**	0.73654
106	ANO*UF	06 PA	-0.3457	0.0042	6739.17	**	0.70774
107	ANO*UF	06 PB	-1.1540	0.0032	132749	**	0.31538
108	ANO*UF	06 PE	-0.8544	0.0023	140721	**	0.42554
109	ANO*UF	06 PI	-0.8251	0.0030	76321.4	**	0.43817
110	ANO*UF	06 PR	-0.5165	0.0037	19555.8	**	0.59663
111	ANO*UF	06 RJ	-0.0704	0.0027	695.42	**	0.93202
112	ANO*UF	06 RN	-0.7184	0.0038	35315.6	**	0.48752
113	ANO*UF	06 RO	-0.5880	0.0087	4556.15	**	0.55542
114	ANO*UF	06 RR	-0.4900	0.0146	1123.50	**	0.61260
115	ANO*UF	06 RS	0.0344	0.0035	96.20	**	1.03501
116	ANO*UF	06 SC	-0.8864	0.0057	23938.0	**	0.41215
117	ANO*UF	06 SE	-0.6578	0.0046	20087.3	**	0.51796
118	ANO*UF	06 TO	-0.5570	0.0061	8449.07	**	0.57295
119	ANO*UF	06 zzSP	0.0000	0.0000	.		1.00000
120	ANO*UF	z1993 AC	0.0000	0.0000	.		1.00000
121	ANO*UF	z1993 AL	0.0000	0.0000	.		1.00000
122	ANO*UF	z1993 AM	0.0000	0.0000	.		1.00000
123	ANO*UF	z1993 AP	0.0000	0.0000	.		1.00000
124	ANO*UF	z1993 BA	0.0000	0.0000	.		1.00000
125	ANO*UF	z1993 CE	0.0000	0.0000	.		1.00000
126	ANO*UF	z1993 DF	0.0000	0.0000	.		1.00000

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
127	ANO*UF	z1993 ES	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
128	ANO*UF	z1993 GO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
129	ANO*UF	z1993 MA	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
130	ANO*UF	z1993 MG	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
131	ANO*UF	z1993 MS	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
132	ANO*UF	z1993 MT	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
133	ANO*UF	z1993 PA	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
134	ANO*UF	z1993 PB	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
135	ANO*UF	z1993 PE	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
136	ANO*UF	z1993 PI	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
137	ANO*UF	z1993 PR	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
138	ANO*UF	z1993 RJ	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
139	ANO*UF	z1993 RN	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
140	ANO*UF	z1993 RO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
141	ANO*UF	z1993 RR	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
142	ANO*UF	z1993 RS	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
143	ANO*UF	z1993 SC	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
144	ANO*UF	z1993 SE	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
145	ANO*UF	z1993 TO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
146	ANO*UF	z1993 zzSP	0.0000	0.0000	.	.	1.00000

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

População com Renda Zero

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
1	Intercept		5.0994	0.0019	7272983	**	.
2	SEXO	HOMEM	-1.7164	0.0005	1.141E7	**	0.17971
3	SEXO	zMULHER	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
4	COR	BRANCO	0.0510	0.0005	9055.86	**	1.05235
5	COR	zNBRANCO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
6	IDADE	60 ou mais	-5.9549	0.0013	2.141E7	**	0.00259
7	IDADE	De 15 a 25	-3.7561	0.0010	1.484E7	**	0.02337
8	IDADE	De 25 a 35	-4.7721	0.0010	2.147E7	**	0.00846
9	IDADE	De 35 a 45	-5.0348	0.0011	2.177E7	**	0.00651
10	IDADE	De 45 a 60	-5.0671	0.0011	2.117E7	**	0.00630
11	IDADE	zzAté 15 anos	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
12	educach	1 a 3 anos	0.0411	0.0007	3305.11	**	1.04191
13	educach	12 ou mais	-0.2214	0.0011	39575.1	**	0.80138
14	educach	4 a 7 anos	-0.0072	0.0007	104.05	**	0.99285
15	educach	8 a 11 anos	-0.1078	0.0008	17915.9	**	0.89779
16	educach	zz0	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
17	NEW	Metropolitana	-0.3654	0.0008	210168	**	0.69393
18	NEW	Urbana	-0.5229	0.0007	629614	**	0.59278

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
19	NEW	zRural	0.0000	0.0000	.		1.00000
20	TIPOSET	Não subnormal	-0.0309	0.0013	526.80	**	0.96956
21	TIPOSET	zSubnormal	0.0000	0.0000	.		1.00000
22	CHAVMIG	Migrou	-0.1066	0.0003	102150	**	0.89889
23	CHAVMIG	zNão Migrou	0.0000	0.0000	.		1.00000
24	ANO	06	-0.5048	0.0026	38611.5	**	0.60365
25	ANO	z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
26	UF	AC	-0.0075	0.0055	1.86		0.99256
27	UF	AL	0.2148	0.0019	13171.5	**	1.23965
28	UF	AM	0.2890	0.0024	14780.5	**	1.33508
29	UF	AP	0.5119	0.0057	8147.87	**	1.66846
30	UF	BA	0.2107	0.0010	42620.2	**	1.23457
31	UF	CE	0.0960	0.0013	5797.79	**	1.10078
32	UF	DF	-0.0018	0.0022	0.66		0.99817
33	UF	ES	0.0537	0.0018	893.45	**	1.05513
34	UF	GO	-0.0012	0.0015	0.66		0.99879
35	UF	MA	-0.0987	0.0015	4421.30	**	0.90600
36	UF	MG	-0.0890	0.0009	10181.2	**	0.91488
37	UF	MS	0.0399	0.0022	334.98	**	1.04067
38	UF	MT	0.2734	0.0020	18838.6	**	1.31448
39	UF	PA	0.1124	0.0018	3777.18	**	1.11898
40	UF	PB	0.1199	0.0017	5044.67	**	1.12743
41	UF	PE	0.1577	0.0012	17989.1	**	1.17081
42	UF	PI	0.2027	0.0019	11726.6	**	1.22465
43	UF	PR	0.0403	0.0011	1390.53	**	1.04112
44	UF	RJ	0.0125	0.0009	183.72	**	1.01262
45	UF	RN	0.0154	0.0019	64.98	**	1.01554
46	UF	RO	0.1451	0.0034	1821.17	**	1.15619
47	UF	RR	-0.0781	0.0074	111.25	**	0.92483
48	UF	RS	-0.2427	0.0011	52801.5	**	0.78453
49	UF	SC	0.0746	0.0014	2786.40	**	1.07744
50	UF	SE	0.0299	0.0024	156.70	**	1.03033
51	UF	TO	0.0602	0.0030	396.96	**	1.06203
52	UF	zzSP	0.0000	0.0000	.		1.00000
53	SEXO*ANO	HOMEM 06	0.7975	0.0007	1419962	**	2.21999
54	SEXO*ANO	HOMEM z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
55	SEXO*ANO	zMULHER 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
56	SEXO*ANO	zMULHER z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
57	COR*ANO	BRANCO 06	0.0049	0.0007	46.88	**	1.00488
58	COR*ANO	BRANCO z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
59	COR*ANO	zNBRANCO 06	0.0000	0.0000	.		1.00000
60	COR*ANO	zNBRANCO z1993	0.0000	0.0000	.		1.00000
61	IDADE*ANO	60 ou mais 06	-0.2548	0.0018	20000.7	**	0.77504

Obs	Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
62	IDADE*ANO	60 ou mais z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
63	IDADE*ANO	De 15 a 25 06	-0.0575	0.0014	1658.13	**	0.94413
64	IDADE*ANO	De 15 a 25 z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
65	IDADE*ANO	De 25 a 35 06	-0.4327	0.0015	84901.1	**	0.64873
66	IDADE*ANO	De 25 a 35 z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
67	IDADE*ANO	De 35 a 45 06	-0.4278	0.0015	77132.0	**	0.65191
68	IDADE*ANO	De 35 a 45 z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
69	IDADE*ANO	De 45 a 60 06	-0.2563	0.0015	27565.0	**	0.77392
70	IDADE*ANO	De 45 a 60 z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
71	IDADE*ANO	zzAté 15 anos06	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
72	IDADE*ANO	zzAté 15 anosz1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
73	educach*ANO	1 a 3 anos 06	-0.1020	0.0011	9157.91	**	0.90304
74	educach*ANO	1 a 3 anos z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
75	educach*ANO	12 ou mais 06	-0.0213	0.0015	213.14	**	0.97891
76	educach*ANO	12 ou mais z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
77	educach*ANO	4 a 7 anos 06	-0.0808	0.0010	6349.50	**	0.92242
78	educach*ANO	4 a 7 anos z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
79	educach*ANO	8 a 11 anos 06	-0.1193	0.0011	11847.9	**	0.88756
80	educach*ANO	8 a 11 anos z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
81	educach*ANO	zz0 06	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
82	educach*ANO	zz0 z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
83	NEW*ANO	Metropolitana06	0.3731	0.0011	112697	**	1.45223
84	NEW*ANO	Metropolitanaz1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
85	NEW*ANO	Urbana 06	0.2740	0.0009	85095.7	**	1.31523
86	NEW*ANO	Urbana z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
87	NEW*ANO	zRural 06	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
88	NEW*ANO	zRural z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
89	TIPOSET*ANO	Não subnormal06	0.0206	0.0017	140.67	**	1.02080
90	TIPOSET*ANO	Não subnormalz1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
91	TIPOSET*ANO	zSubnormal 06	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
92	TIPOSET*ANO	zSubnormal z1993	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
93	ANO*UF	06 AC	-0.0332	0.0070	22.71	**	0.96731
94	ANO*UF	06 AL	0.0133	0.0025	28.00	**	1.01344
95	ANO*UF	06 AM	0.0088	0.0030	8.54	**	1.00880
96	ANO*UF	06 AP	-0.1245	0.0068	339.67	**	0.88291
97	ANO*UF	06 BA	-0.2519	0.0014	33471.0	**	0.77731
98	ANO*UF	06 CE	-0.2662	0.0017	25024.8	**	0.76626
99	ANO*UF	06 DF	-0.0424	0.0029	210.04	**	0.95851
100	ANO*UF	06 ES	-0.1156	0.0024	2280.68	**	0.89079
101	ANO*UF	06 GO	-0.0512	0.0020	667.12	**	0.95007
102	ANO*UF	06 MA	0.1359	0.0020	4755.18	**	1.14554
103	ANO*UF	06 MG	-0.0907	0.0012	5780.02	**	0.91332
104	ANO*UF	06 MS	-0.1657	0.0030	3149.15	**	0.84732

Obs	Parâmetro	Categoria		Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
105	ANO*UF	06	MT	-0.0925	0.0026	1229.10	**	0.91169
106	ANO*UF	06	PA	-0.0354	0.0023	245.90	**	0.96526
107	ANO*UF	06	PB	-0.1885	0.0023	6595.19	**	0.82820
108	ANO*UF	06	PE	-0.1700	0.0016	11375.9	**	0.84368
109	ANO*UF	06	PI	-0.4012	0.0026	24287.7	**	0.66955
110	ANO*UF	06	PR	-0.1578	0.0015	11511.4	**	0.85405
111	ANO*UF	06	RJ	0.1289	0.0012	10890.5	**	1.13757
112	ANO*UF	06	RN	-0.0552	0.0026	460.85	**	0.94632
113	ANO*UF	06	RO	0.0190	0.0044	18.74	**	1.01921
114	ANO*UF	06	RR	-0.1427	0.0091	246.43	**	0.86703
115	ANO*UF	06	RS	-0.0108	0.0014	55.37	**	0.98928
116	ANO*UF	06	SC	-0.2230	0.0019	13553.6	**	0.80009
117	ANO*UF	06	SE	-0.0608	0.0032	367.51	**	0.94106
118	ANO*UF	06	TO	-0.3292	0.0040	6679.51	**	0.71950
119	ANO*UF	06	zzSP	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
120	ANO*UF	z1993	AC	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
121	ANO*UF	z1993	AL	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
122	ANO*UF	z1993	AM	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
123	ANO*UF	z1993	AP	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
124	ANO*UF	z1993	BA	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
125	ANO*UF	z1993	CE	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
126	ANO*UF	z1993	DF	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
127	ANO*UF	z1993	ES	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
128	ANO*UF	z1993	GO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
129	ANO*UF	z1993	MA	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
130	ANO*UF	z1993	MG	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
131	ANO*UF	z1993	MS	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
132	ANO*UF	z1993	MT	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
133	ANO*UF	z1993	PA	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
134	ANO*UF	z1993	PB	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
135	ANO*UF	z1993	PE	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
136	ANO*UF	z1993	PI	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
137	ANO*UF	z1993	PR	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
138	ANO*UF	z1993	RJ	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
139	ANO*UF	z1993	RN	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
140	ANO*UF	z1993	RO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
141	ANO*UF	z1993	RR	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
142	ANO*UF	z1993	RS	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
143	ANO*UF	z1993	SC	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
144	ANO*UF	z1993	SE	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
145	ANO*UF	z1993	TO	0.0000	0.0000	.	.	1.00000
146	ANO*UF	z1993	zzSP	0.0000	0.0000	.	.	1.00000

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE